

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do IBGE  
e Sociedade Brasileira de Estatística

A Revista não se responsabiliza  
pelos conceitos emitidos  
em artigos assinados

## PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Pedidos de assinatura anual e número avulso ou atrasado para:

**Diretoria de Divulgação:** Av. Brasil, 15.671 — Lucas — Rio de Janeiro — Brasil  
CEP — 21.241  
Tel.: 391-7788

**Livraria do IBGE:** Av. Franklin Roosevelt, 146/loja — Centro — RJ — Brasil  
CEP — 20.021  
Tel.: 220-9147 / 220-8163  
DDD: 011

## SUMÁRIO

### Artigos

- A mortalidade por algumas causas de óbitos registrados em 18 municípios de capitais do Brasil, em 1974 ou anos próximos  
**Mário F. G. Monteiro** ..... 337
- A teoria neoclássica sobre a apropriação dos benefícios líquidos dos investimentos do estado em infra-estrutura urbana: uma avaliação crítica  
**David Michael Vetter** ..... 357
- A mulher na força de trabalho  
**Sara Zulema Poggio** ..... 379
- Índices de avaliação para programas de treinamento de recursos humanos  
**Karl M. Lorenz** ..... 435

### Bibliografia

- Publicações de interesse para a estatística editadas por órgãos do IBGE no período de abril a junho de 1980  
Biblioteca Central do IBGE ..... 449
- Bibliografia sobre recenseamento no Brasil  
Biblioteca Central do IBGE ..... 451

**Revista Brasileira de Estatística / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** — Rio de Janeiro : IBGE, 1940, jan./mar. (A.1, n.) —

Trimestral.

Órgão oficial do IBGE e Sociedade Brasileira de Estatística.

Variações na denominação do editor : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística, Diretoria de Documentação e Divulgação 1936-1967. — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro de Estatística, Diretoria de Documentação e Divulgação, 1967-1969. — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de Divulgação Estatística, 1969-1973. — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Divulgação Estatística, 1973-1977. — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Divulgação, Centro Editorial, Departamento de Editoração, 1977.

Substitui "Revista de Economia e Estatística" do Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura, 1936, jul(v. 1)-1939, abr(v. 4). — Mensal.

Apresenta índices anuais e índices acumulados nos v. 25(v. 22-24, 1961-1963); v. 27(v. 25-26, 1964-1965); v. 29(v. 27-28, 1966-1967)

1. Estatística — Periódicos. I. IBGE.

# A MORTALIDADE POR ALGUMAS CAUSAS DE ÓBITOS REGISTRADOS EM 18 MUNICÍPIOS DE CAPITAIS DO BRASIL, EM 1974 OU ANOS PRÓXIMOS

Mario F. G. Monteiro  
DESPO/DIMPE

## SUMARIO

### Resumo

1. Introdução
2. Material e método
3. Resultados e discussão
4. Conclusões e sugestões
5. Anexos

## RESUMO

*A observação da mortalidade por algumas causas selecionadas da lista B em 18 capitais brasileiras mostra que a enterite e outras doenças diarréicas (B04) é, entre as doenças infecciosas e parasitárias, a principal causa de óbito, com taxas muito elevadas (acima de 100 óbitos por 100.000 habitantes), principalmente em municípios de capitais nordestinos. Também a tuberculose do aparelho respiratório (B05) participa da mortalidade com taxas elevadas (acima de 25,0) na maioria das capitais estudadas. Além destas duas foram observadas outras causas de óbito que deverão diminuir para que a esperança de vida ao nascer alcance valores mais altos.*

*No entanto, talvez o principal produto deste estudo seja a avaliação da qualidade dos dados e da maneira com que foram organizados, resultando em algumas sugestões para modificar a forma de apresentação no Anuário Estatístico do Brasil e reiterando-se a necessidade de separar os óbitos de "residentes" dos de "não-residentes" para diminuir a influência do fenômeno de invasão/evasão de óbitos sobre a estrutura de mortalidade.*

## 1 — INTRODUÇÃO

A estrutura de mortalidade, definida pelas causas de óbito que a compõe, fornece informações importantes para estudos epidemiológicos e populacionais, para o planejamento do setor saúde, na avaliação do nível de saúde regional ou de determinados segmentos da população, entre outras aplicações.

No entanto, se já não é fácil obter informações sobre a mortalidade por idade e sexo, mais difícil, talvez, de serem obtidas são as informações sobre a estrutura de causas da mortalidade, o que exige um preenchimento correto do atestado de óbito por parte do médico e uma equipe treinada para selecionar e codificar a *causa básica*, constituindo esta a informação mínima (e nem sempre suficiente) um estudo da estrutura de mortalidade segundo as causas de óbito.

Determinadas doenças podem ter sua participação na mortalidade distorcida por diversos fatores:

a) diferença nos critérios de classificação da causa básica ou de diagnóstico favorecendo determinadas causas e diminuindo a frequência de outras;

b) registros incorretos ou insuficientes nos atestados de óbito;

c) recursos diagnósticos escassos;

d) sub-registros ou registro tardio (às vezes vários anos após a morte);

e) o fenômeno de invasão/evasão de óbitos, quando o local de ocorrência é diferente do local de residência e não é feita a correção (a influência destas trocas nas medidas da mortalidade pode ser bastante diminuída se as tabulações forem realizadas também por local de residência e não apenas de ocorrência). Entre municípios próximos com diferenças acentuadas de recursos médico-hospitalares a invasão/evasão pode ser elevada.

Este estudo pretende observar e interpretar, quando possível, as diferenças, em 18 capitais do Brasil, das taxas de mortalidade específicas para algumas causas de óbito entre as doenças infecciosas e parasitárias e também para as seguintes causas (ou grupos de causas): “avitaminoses e outras deficiências nutricionais”, “pneumonia”, “anomalias congênitas”, “lesões ao nascer”, “partos distócicos e outras afecções e hipóxicas perinatais”, “outras causas de mortalidade perinatal” e “sintomas e estados mórbidos mal definidos”.

É também objetivo deste trabalho uma avaliação da qualidade do material utilizado.

## 2 — MATERIAL E MÉTODO

### 2.1 — Fontes

2.1.1 — *O Anuário Estatístico do Brasil-1977* (1), publicado pelo IBGE, informa a mortalidade segundo as causas de óbito baseado na lista B, 8.<sup>a</sup> revisão (1965), para 17 capitais. Algumas capitais como Rio de Janeiro e São Paulo não estão incluídas entre essas 17, sendo possível obter esses dados de outras fontes.

Serão comentados a seguir alguns aspectos referentes à forma de apresentação dos dados que, na opinião do autor, devem ser revisados com o objetivo de facilitar sua utilização e orientar os usuários de informações sobre causas de morte.

As tabelas de mortalidade publicadas pelo *Anuário Estatístico do Brasil* são organizadas pela Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística de Saúde, do Ministério da Saúde, que as envia ao IBGE para publicação. No entanto, essas tabelas não seguem fielmente a Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos, constituindo-se em um produto híbrido da Lista de Categorias de Três Algarismos com a Lista de 50 Grupos de Causas para Tabulações de Mortalidade, além de criar determinados grandes grupos que não existem na CID.

Por exemplo, ao observarmos essas tabelas (ver anexo) tem-se a impressão que “diabetes mellitus”, “avitaminoses e outras deficiências nutricionais”, “anemias”, “aborto” e “todas as outras causas” são grandes grupos, quando, segundo a CID, são algumas causas da lista B ou, mais especificamente, constituem os grupos B21, B22, B40 e B46 (10). Os grandes grupos a que algumas destas causas pertencem são: doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo (B21 e B22), doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos (B23) e complicações da gravidez, do parto e do puerpério (B40). O grupo B46 é constituído pelas doenças que não foram incluídas nos grupos anteriores da lista B e não tem correspondente entre os chamados grandes grupos.

Parece não ser aconselhável a tentativa de organizar essas tabelas da maneira como estão publicadas, mesmo porque é impossível reconstituir alguns grandes grupos com os grupos definidos pela lista B. Há causas que não estão definidas na lista B, ou melhor, estão grupadas em “B46 — todas as demais doenças”, que seriam necessárias para recompor determinados grandes grupos. Por exemplo: o grupo de “doenças do sistema nervoso” só tem identificada na lista B a meningite (B24), ficando no grupo residual “B46 — todas as demais doenças” algumas causas de óbito que são doenças do sistema nervoso como abscessos intracranianos, encefalites, doenças hereditárias e familiares do sistema

nervoso, esclerose múltipla, paralisia agitante, doenças dos neurônios motores etc... No entanto, na leitura das tabelas, verifica-se a coincidência entre o número de óbitos por "doenças do sistema nervoso" e por "meningite", o que provavelmente não é correto, sendo apenas o resultado da forma como foi composto: a partir da lista B em vez de ser a partir da Lista de Categorias de Três Algarismos (ver anexo).

2.1.2 — Para o Município do Rio de Janeiro a fonte dos dados utilizada foi uma publicação do Sistema de Informações para o Planejamento Estadual (SIPE), órgão da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (FIDERJ), denominada "Estado do Rio de Janeiro: Estatísticas do Sistema de Saúde", de 1977(6). Nesse documento as tabelas de mortalidade por causa, de 1968 a 1974, no Município do Rio de Janeiro, foram organizadas segundo a lista B, 8.<sup>a</sup> revisão (de 1965), com uma única diferença: as causas externas de mortalidade, BE47, BE48, BE49 e BE50 estão reunidas num só grupo: acidentes, envenenamentos e violências.

## 2.2 — As causas selecionadas

Em nosso trabalho as causas foram grupadas segundo a lista B, 8.<sup>a</sup> revisão (1965), da Classificação Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos(10).

No grupo das doenças infecciosas e parasitárias 6 causas foram selecionadas:

- B03 — disenteria bacilar e amebíase
- B04 — enterite e outras doenças diarréicas
- B05 — tuberculose do aparelho respiratório
- B12 — poliomielite aguda
- B14 — sarampo
- B16 — malária

Estas causas foram selecionadas por diversos motivos:

- a) um exame prévio das tabelas mostrou serem algumas delas, entre as doenças infecciosas, as principais componentes da mortalidade;
- b) são controláveis por saneamento básico, por imunizações ou por programas especiais de saúde pública;

c) estão associadas com o nível de saúde da população; nas regiões em que participam da estrutura de mortalidade em proporção maior a esperança de vida tem valores mais baixos <sup>1</sup>.

As outras causas escolhidas foram:

B22 — avitaminoses e outras deficiências nutricionais

B32 — pneumonia

B42 — anomalias congênitas

B43 — lesões ao nascer, partos distócicos e outras afecções anóxicas e hipóxicas perinatais

B44 — outras causas ou mortalidade perinatal

B45 — sintomas e estados mórbidos mal definidos

Estas 6 causas da lista B foram selecionadas por diversos motivos que serão discutidos com mais detalhe na análise dos resultados. A maioria participa da mortalidade em proporções maiores onde a esperança de vida é menor <sup>1</sup>, sendo possível reduzi-las com a aplicação adequada da tecnologia de saúde disponível e algumas auxiliam na avaliação da qualidade dos dados (B42 e B45).

### 2.3 — Medidas da Mortalidade

Para as capitais que têm dados publicados no *Anuário Estatístico do Brasil-1977*, foram utilizadas as taxas aí registradas.

Para o Município do Rio de Janeiro as taxas foram calculadas para uma população de 4.733.300 habitantes, em 1974, segundo estimativa do Departamento de Estudos de População do IBGE.

Todas as taxas referem-se ao número de óbitos por 100.000 habitantes.

### 2.4 — Período de referência

Os dados referem-se ao último ano disponível. A maioria é para 1974, havendo, no entanto, municípios cujos dados se referem a 1973 ou 1975.

---

<sup>1</sup> Esta associação foi observada na dissertação de mestrado do autor, a ser submetida a exame na Faculdade de Saúde Pública da USP, denominada *Correlação entre a mortalidade proporcional segundo a causa de óbito e a esperança de vida ao nascer*.

### 3 — RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 — Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias

As tabelas 1 e 2 informam, respectivamente, o número de óbitos registrados e as estimativas das taxas de mortalidade (óbitos por 100.000 habitantes) por 6 doenças infecciosas e para o grupo de doenças infecciosas e parasitárias.

São notáveis, logo à primeira vista, as elevadas taxas de mortalidade por este grupo de doenças na maioria das capitais referidas, principalmente as do Nordeste, com exceção de Aracaju cuja taxa, surpreendentemente, não é alta.

No trabalho "Renda e Concentração de Mortalidade" (4) encontram-se estimativas da esperança de vida ao nascer para dez regiões, desagregadas por lugar de residência e por renda familiar, para 1970. O Nordeste é a região com valores mais baixos para a esperança de vida, e o Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) a região com valores mais elevados.

A baixa taxa de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias de Aracaju não parece ser devido a condições de saúde favoráveis, pois a esperança de vida da Região Nordeste meridional urbano é de apenas 48,2 anos. O que talvez explique melhor esta taxa é a qualidade dos dados, afetada pelo sub-registro de óbitos e por alta percentagem de causas mal definidas.

A taxa bruta de mortalidade registrada no *Anuário Estatístico do Brasil* para Aracaju, em 1974, é de apenas 7,9 óbitos por mil habitantes e a mortalidade proporcional por causas mal definidas é de 38,6% (1). Este último aspecto será analisado novamente mais adiante.

#### QUADRO 1

##### ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER PARA A POPULAÇÃO URBANA DE ALGUMAS REGIÕES DO BRASIL — 1970

REGIÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO QUE COMPÕEM A REGIÃO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (URBANA)
Nordeste Setentrional.....	Maranhão e Piauí	49,2 anos
Nordeste Central.....	Ceará, R. G. do Norte, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha	43,8 anos
Nordeste Meridional.....	Sergipe e Bahia	48,2 anos
Sul.....	Sta. Catarina e R.G. do Sul	60,9 anos

FONTE: CARVALHO, J.A.M. & WOOD, C.H. — Renda e Concentração de Mortalidade no Brasil — *R. Est. Eco.*, São Paulo v. 7 n.º 1 janeiro/abril 1977.

O Centro Regional de Estatística de Saúde do Nordeste (CRESNE), da Fundação SESP, realizou, em 1973, uma pesquisa sobre a mortalidade em Aracaju(3), e entre as conclusões apresentadas destacamos a seguinte: “Com base nos dados disponíveis nos cemitérios, nas informações dos seus encarregados e coveiros, nas observações feitas nas maternidades e hospitais, casas funerárias, departamentos da Prefeitura, assim como da própria análise dos indicadores de saúde calculados com os dados oficiais, pode-se conjecturar que o número de óbitos do grupo etário de 0 a 1 ano, ocorridos durante o ano de 1972, deve ser superior a 350. Isto significa que mais da metade dos óbitos deste grupo não foi registrada”.

No município de Vitória a invasão de óbitos é tão elevada que a tábua de mortalidade para o triênio 1969/1971, calculada com os óbitos registrados de pessoas que faleceram neste município, mostra uma esperança de vida ao nascer de 38,47 anos para os homens e de 46,14 anos para as mulheres quando não são separados os óbitos de residentes e não residentes, subindo para 59,80 para os homens e 64,72 para as mulheres quando a tábua de mortalidade é construída apenas com os óbitos de pessoas residentes em Vitória(7).

A seguir será abordada, separadamente, a mortalidade pelos 7 grupos de doenças infecciosas descritos nas tabelas 1 e 8.

### 3.1.1 — *Disenteria bacilar e amebiana*

Observa-se que em São Luís a taxa de mortalidade registrada por disenteria bacilar ou amebiana é mais de 12 vezes superior às taxas de qualquer outra capital estudada.

O que terá provocado este valor elevado para São Luís? Algum fator epidemiológico, como deficiência de saneamento básico ou falta de higiene alimentar, ou será que critérios diagnósticos diferentes dos outros municípios provocaram um super-registro para esta causa? Pode ter acontecido, por exemplo, que a causa de óbito tenha sido registrada como “disenteria” ao invés de ser “gastroenterite”, e por ser esta uma causa de óbito freqüente, o grupo B03 — disenteria bacilar e amebiana foi “inflacionado”.

Estas são algumas hipóteses a serem investigadas.

### 3.1.2 — *Enterite e outras doenças diarréicas*

No grupo de doenças infecciosas e parasitárias (B01 a B18), a causa B04 — gastroenterite e outras doenças diarréicas é a de maior participação na mortalidade nas capitais brasileiras.

A desnutrição, a deficiência de saneamento básico e a falta de higiene alimentar são fatores que contribuem para elevar sua mortalidade, a qual incide preponderantemente em crianças. No Rio de Janeiro, em

1974, de 1.246 óbitos por gastroenterite (B04), 1.077 (86,4%) eram de crianças com menos de 1 ano e 67 (5,4%) eram de crianças entre 1 e 4 anos (6).

Observa-se na tabela 2 altas taxas para capitais do Nordeste, com exceção de Fortaleza e Aracaju, que apresentam valores altos para a mortalidade por causas mal definidas (ver tabelas 3 e 4).

Entre os países europeus é comum encontrar-se taxas de mortalidade por gastroenterite próximas a zero, sendo a maioria menor que 4,0, com exceção de Portugal (10,8) e Romênia (4,8) (12).

Os municípios estudados que mais se aproximam destas taxas são: Aracaju, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O caso de Aracaju, já discutido anteriormente, deve-se a um provável sub-registro alto e uma proporção elevada de óbitos por causas mal definidas.

Rio e Porto Alegre são talvez as capitais em melhores condições de saúde e as que apresentam taxas mais baixas para a mortalidade por gastroenterite, devendo-se observar, contudo, que muitos casos desta doença são classificados em B22 — avitaminose e outras deficiências nutricionais.

### 3.1.3 — Tuberculose do aparelho respiratório

Esta é também uma importante causa de óbito, associada às condições de vida em geral (alimentação, renda, condições de trabalho, possibilidade de repouso, etc.) e que incide com maior frequência em homens com mais de 35 anos. 70,0% dos óbitos por tuberculose do aparelho respiratório no Rio de Janeiro em 1974 ocorreram em pessoas do sexo masculino e entre os homens falecidos por esta doença 81,9% tinham mais de 35 anos (6).

As taxas mais elevadas encontram-se em Belém, São Luís, Teresina, Recife, Salvador e Vitória. Nestas capitais a taxa de mortalidade registrada é maior que 30,0 óbitos por 100.000 habitantes.

A taxa de valor mais baixo registrou-se em Brasília (5,3). Outras capitais com taxas intermediárias são: Fortaleza (17,1), Aracaju (19,1), Curitiba (16,1), Porto Alegre (20,7) e Goiânia (20,7). Provavelmente em Fortaleza e Aracaju interferiram os fatores citados nos comentários anteriores sobre gastroenterite.

### 3.1.4 — Poliomielite aguda

A importância de estudar a mortalidade por poliomielite não é tanto por sua participação proporcional na mortalidade global e sim pelo fato de ser uma causa de óbito possível de controle através da vacinação eficaz da população infantil. Teoricamente os óbitos por poliomielite são

totalmente evitáveis, no entanto, observa-se que em algumas capitais como Natal, Belo Horizonte e Goiânia a taxa de mortalidade por esta doença é maior que 3,0 óbitos por 100.000 habitantes.

### 3.1.5 — Sarampo

Esta é também uma causa de óbito que pode ser reduzida a taxas próximas a zero através de imunizações, e com uma participação na mortalidade maior que a da poliomielite aguda. A letalidade do sarampo é agravada por deficiência no estado nutricional da população infantil.

Em quatro capitais (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba) o sarampo foi a causa básica registrada de um número de óbitos superior a 100.

Em onze dos 18 municípios estudados a taxa de mortalidade por sarampo foi maior que 5,0: Manaus (8,6), São Luís (8,9), Teresina (19,5), Fortaleza (10,7), Natal (7,7), João Pessoa (9,8), Recife (5,2), Maceió (11,8), Belo Horizonte (17,8), Curitiba (16,2) e Goiânia (8,6).

Deve-se observar ainda que a mortalidade por sarampo frequentemente aparece nas tabulações com taxas inferiores às reais, devido não só ao sub-registro mas também a critérios de classificação diferentes ou a informações insuficientes. Na investigação de mortalidade na infância (10), de 1.777 óbitos, em que o sarampo foi a causa básica comprovada por informações do atestado e de outras fontes (prontuários hospitalares, histórias clínicas, relatórios de autópsia e entrevistas domiciliares) apenas 984 tinham sido atribuídos ao sarampo; 365 óbitos por esta doença foram atribuídos a outras doenças infecciosas e parasitárias, 287 a pneumonia ou gripe, 79 a deficiências nutricionais, 29 a sintomas e estados mal definidos e 102 a outras causas. Dos 984 óbitos atribuídos ao sarampo, 69 tiveram, segundo os investigadores, outra causa básica que não o sarampo.

### 3.1.6 — Malária

No Brasil a área considerada malarígena abrange todas as unidades da Federação, excluindo-se o Rio Grande do Sul (5).

Em 1975 foram notificados 88.630 casos de malária em todo o território nacional, sendo a maior parte, 56.675 (63,9%), na Região Norte, seguindo-se a Região Nordeste com 16.656 casos (18,8%) e a Região Centro-Oeste com 10.235 casos (11,5%); o restante (5,7%) ocorreu nas Regiões Sul e Sudeste (2).

A mortalidade nas capitais estudadas é influenciada por essa distribuição da morbidade, verificando-se a maior taxa numa capital do Norte (Manaus), seguida de São Luís (Nordeste) e Goiânia (Centro-Oeste).

É bastante provável que parte desses óbitos sejam "importados", isto é, de pessoas que adquiriram a doença no interior e foram à capital em busca de recursos médico-hospitalares. Com esta ressalva, os dados de mortalidade por malária parecem consistentes por sua associação com a morbidade regional.

### 3.2 — Mortalidade por outras doenças selecionadas da lista B

As tabelas 3 e 4 apresentam o número de óbitos registrados e a taxa de mortalidade específica para 6 causas selecionadas da lista B. Estas causas, com exceção das anomalias congênicas, associam-se negativamente com a esperança de vida ao nascer<sup>2</sup>.

Neste estudo a inclusão das anomalias congênicas foi realizada com o objetivo de tentar avaliar o sub-registro de óbitos infantis. A idéia é a seguinte: tendo-se observado que as anomalias congênicas, em 40 regiões estudadas, têm uma mortalidade proporcional superior a 0,5% e que, nestas regiões, a taxa de mortalidade por 100.000 habitantes foi, em todos os casos, mais alta que 3,5(11), considerar-se-ão estes os limites mínimos para as medidas de mortalidade por anomalias congênicas.

Para fins de análise estas causas serão comentadas separadamente.

#### 3.2.1 — Avitaminoses e outras deficiências nutricionais

Este grupo é um dos mais afetados por diferenças regionais nos critérios de classificação da causa básica de óbito. Isto porque é frequente sua associação com outras doenças como gastroenterite, sarampo e pneumonia.

Em sua tese de livre docência(8) o Dr. Ruy Laurenti, estudando uma amostra de 1.800 óbitos ocorridos em hospitais e pronto-socorros, representativos para todas as idades e ambos os sexos, verificou que em 279 casos (15,5%) as avitaminoses e outras deficiências nutricionais foram mencionadas nos atestados (em sua opinião este número deveria ser de 394); no entanto, estas deficiências nutricionais foram classificadas como causa básica em 71 casos (3,9%), o que significa uma redução de 1/4, isto é: em 75% dos óbitos, nos quais as avitaminoses e outras deficiências nutricionais eram mencionadas como uma das causas de morte, a *causa básica* foi atribuída a outra doença.

No Rio de Janeiro, segundo informações de técnicos da Secretaria de Estado de Saúde, o critério de seleção da causa básica privilegia as deficiências nutricionais: os óbitos por doenças infecciosas, em cujo atestado exista menção de avitaminoses e outras deficiências nutricionais, são classificados neste último grupo.

---

<sup>2</sup> Resultados obtidos na dissertação já referida em nota anterior.

Este fato deve ser uma das causas de a taxa de mortalidade por deficiências nutricionais ser mais alta no Rio de Janeiro que em outras capitais do Brasil (como as do Nordeste), não significando isto que esta doença participe em maior proporção na mortalidade do Rio de Janeiro do que, por exemplo, em Fortaleza, Recife e Salvador.

Parece não ser aconselhável utilizar as tabulações de causa básica de óbito para avaliar a deficiência nutricional nas capitais brasileiras.

### 3.2.2 — *Pneumonia*

Pode-se observar que algumas capitais da Região Nordeste mostram taxas elevadas de mortalidade por pneumonia, destacando-se Natal, João Pessoa, Recife e Salvador, todas com taxas superiores a 100 óbitos por 100.000 habitantes.

Nas capitais do Sul as taxas foram de 51,3 em Porto Alegre e de 58,6 em Curitiba. Isto parece indicar que sobre a mortalidade por pneumonia pesam mais as condições sociais e a desnutrição do que o clima frio.

Em Vitória pode-se atribuir uma parte da responsabilidade da alta taxa verificada ao fenômeno de invasão de óbitos.

Em Aracaju a taxa relativamente baixa deve ser consequência de um sub-registro alto e da indefinição da causa de óbito.

Em Fortaleza os óbitos por causas mal definidas corresponderam a 40% da mortalidade, e isto deve ter influenciado também na taxa de mortalidade por pneumonia, reduzindo-a.

### 3.2.3 — *Anomalias congênitas*

As causas das anomalias congênitas são diversas e nem todas conhecidas.

Entre as causas descobertas estão a rubéola materna, que pode originar cardiopatias congênitas, cataratas, microcefalias e surdez na criança, e a talidomida (administrada nos primeiros meses de gravidez) que pode produzir malformações das extremidades. Existem também fatores genéticos, anormalidades cromossômicas e uma série de fatores intra-uterinos, como as infecções que produzem anomalias congênitas(10).

A investigação Interamericana de Mortalidade na Infância observou anomalias congênitas em 10% das crianças falecidas com menos de um ano, e em 6% as anomalias congênitas foram a causa básica do óbito(10).

A taxa de mortalidade por estas anomalias em Aracaju pode ser considerada muito baixa, confirmando mais uma vez a hipótese de que

o sub-registro de óbitos nesta cidade é elevado, deformando a estrutura da mortalidade. Os 2 óbitos registrados por anomalias congênicas correspondem a uma proporção menor que 1% dos óbitos infantis.

### 3.2.4 — *Certas causas de mortalidade perinatal*

Antes de mais nada deve-se observar a diferença que há entre o que se convencionou chamar “certas causas de mortalidade perinatal” e a “mortalidade perinatal”.

Na Classificação Internacional de Doenças existe uma secção denominada “certas causas de morbidade e da mortalidade perinatal”, que é a 15.<sup>a</sup> secção, abrangendo as doenças e causas de óbito codificadas de 760 a 779 na Lista de Categorias de Três Algarismos e correspondendo, na lista B, aos grupos “B43 — lesões ao nascer, partos distociacos e outras afecções anóxicas e hipóxicas perinatais” e “B44 — outras causas de mortalidade perinatal” (9). São, portanto, causas de óbito que atuam preponderantemente no período perinatal.

A mortalidade perinatal é constituída por óbitos que ocorrem no período perinatal, isto é, entre a vigésima oitava semana de gestação e o sétimo dia de vida, podendo ocorrer por causas que não pertencem ao grupo das “perinatais” como, por exemplo, um acidente.

A mortalidade aqui estudada refere-se a causas classificadas em B43 ou B44 e só inclui a mortalidade de nascidos vivos, sendo, portanto, o período de referência do nascimento em diante.

A mortalidade infantil por causas perinatais apresenta-se bastante elevada em Manaus, Teresina e Vitória. Deve-se suspeitar, no entanto, da taxa de Vitória que provavelmente está superestimada. Ao contrário de São Luís e Aracaju, onde praticamente não houve registro de óbitos por “B43 — lesões ao nascer, partos distociacos e outras afecções anóxicas e hipóxicas perinatais” o que também é suspeito, tratando-se provavelmente de um sub-registro.

### 3.2.5 — *Sintomas e estudos mórbidos mal definidos*

Este grupo, B45, é tradicionalmente utilizado para avaliar a qualidade dos dados sobre mortalidade segundo a causa do óbito.

Observa-se que enquanto na maioria das 18 capitais estudadas a taxa é menor que 50 óbitos por 100.000 habitantes, em Fortaleza, João Pessoa e Aracaju esta taxa é bem mais elevada e corresponde, respectivamente, a 40,7%, 38,5% e 38,6% da mortalidade por todas as causas.

Conseqüentemente, esta proporção elevada de óbitos com indefinição da causa compromete a estrutura de mortalidade segundo a causa e provavelmente repercute com mais intensidade em determinados grupos, como o de doenças infecciosas e parasitárias.

#### 4 — CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Observando-se as restrições já comentadas, algumas conclusões, listadas a seguir, parecem razoáveis:

4.1 — Entre as doenças infecciosas e parasitárias a gastroenterite e outras doenças diarréicas (B04) é a mais importante causa de óbito nas capitais brasileiras estudadas, apresentando elevadas taxas em capitais do Nordeste.

4.2 — Na população adulta a tuberculose é ainda uma causa importante de óbito, tendo sido registradas em Belém, São Luís, Teresina, Recife, Salvador e Vitória taxas mais elevadas que 30,0 óbitos por 100.000 habitantes.

4.3 — O sarampo e a poliomielite aguda, doenças controláveis por imunizações, participam da mortalidade de algumas capitais brasileiras com taxas que poderiam ser reduzidas se houvesse um esquema eficiente de vacinação.

4.4 — A distribuição da mortalidade por malária, em termos regionais, mostrou-se coerente com a distribuição conhecida de casos por esta doença, sendo mais elevada em Manaus.

4.5 — A observação das taxas de mortalidade por avitaminoses e outras deficiências nutricionais nas capitais brasileiras parece indicar que não é aconselhável o uso de tabulações de causa básica do óbito para avaliar a deficiência nutricional no Brasil.

4.6 — A pneumonia como causa de óbito teve taxas mais elevadas em Natal, João Pessoa, Paraíba e Salvador que em Porto Alegre e Curitiba, o que aponta no sentido de a mortalidade por esta causa ser mais influenciada pelas condições sociais e pela desnutrição que pelo clima.

4.7 — A mortalidade por causas mal definidas é bastante elevada em Fortaleza, João Pessoa e Aracaju, comprometendo a distribuição dos óbitos segundo a causa.

4.8 — Em algumas capitais, como Aracaju, o sub-registro influi significativamente nas taxas de mortalidade.

4.9 — Em Vitória a invasão de óbitos pode ser responsabilizada por uma parte da elevada mortalidade registrada.

Assim, sugere-se que:

a) o *Anuário Estatístico do Brasil* volte a publicar a mortalidade por causas segundo a lista B da Classificação Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito, sem misturá-la com os grandes grupos;

b) seja publicada, junto com as tabulações de mortalidade segundo as causas, no *Anuário Estatístico do Brasil*, uma advertência aos usuá-

rios de que os valores e taxas divulgados podem estar afetados pela qualidade das informações, comprometidas em algumas capitais pelo sub-registro, pela invasão de óbitos ou pela elevada proporção de óbitos por causas mal definidas, não sendo possível a comparabilidade das taxas nas diversas capitais, e que, além disso, pode haver diferenças regionais nos critérios diagnósticos e de classificação da causa básica do óbito;

c) sejam adotadas medidas para diminuir o sub-registro de óbitos;

d) seja estimulado o preenchimento dos atestados informando as causas que contribuíram para o óbito;

e) seja recomendado às secretarias estaduais de saúde que enviem as informações disponíveis sobre mortalidade por causa, inclusive, onde for possível, que sejam elaboradas e divulgadas tabulações sobre as causas associadas de óbito e que sejam separados os óbitos de "residentes no município" dos "residentes em outros municípios", para avaliar-se a invasão de óbitos. Deve-se incluir aqui uma sugestão no sentido de que sejam feitos esforços para publicar a mortalidade segundo a causa de óbito para os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo.

**TABELA 1**

**NÚMERO TOTAL DE ÓBITOS REGISTRADOS, POR ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS, EM 18 CAPITAIS BRASILEIRAS — 1973-1975**

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	ÓBITOS REGISTRADOS								
		Ma-naus (1975)	Belém (1975)	São Luís (1973)	Tere-sina (1975)	Forta-leza (1974)	Natal (1974)	João Pessoa (1973)	Recife (1974)	Maceió (1974)
B03	Disenteria bacilar e amebiana	—	9	104	—	7	5	7	7	5
B04	Enterite e outras doenças diarréicas.....	532	682	393	355	840	725	351	1 594	837
B05	Tuberculose do aparelho respiratório.....	103	275	131	86	165	81	69	436	65
B12	Poliomielite aguda.....	1	—	—	—	5	11	3	23	5
B14	Sarampo.....	31	14	25	50	103	23	23	60	34
B16	Malária.....	20	11	12	1	1	—	—	1	—
B01 a B18	Grupo das doenças infecciosas e parasitárias.....	838	1.233	836	570	1.414	967	550	3.187	1.139

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	ÓBITOS REGISTRADOS								
		Ara-caju (1974)	Sal-vador (1975)	Belo Horizonte (1974)	Vitória (1975)	Rio de Janeiro (1974)	Curitiba (1975)	Porto Alegre (1974)	Goiânia (1973)	Bra-sília (1975)
B03	Disenteria bacilar e amebiana	—	2	1	—	3	5	—	1	—
B04	Enterite e outras doenças diarréicas.....	44	1.191	1.540	238	1.246	551	289	334	756
B05	Tuberculose do aparelho respiratório.....	37	553	392	51	1.081	124	195	89	55
B12	Poliomielite aguda.....	1	13	77	4	9	18	—	19	5
B14	Sarampo.....	3	54	237	1	214	125	17	37	15
B16	Malária.....	—	—	—	—	—	2	—	16	4
B01 a B18	Grupo das doenças infecciosas e parasitárias.....	114	2.508	3.362	418	3.633	1.167	831	1.087	1.233

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil — 1977 e Estado do Rio de Janeiro: Estatísticas do Sistema de Saúde — 1977

TABELA 2

**TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE PARA ALGUMAS  
DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS EM 18  
CAPITAIS BRASILEIRAS — 1973-1975**

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE (Óbitos por 100.000 habitantes)								
		Ma- naus (1975)	Be- lém (1975)	São Luís (1973)	Tere- sina (1975)	For- ta- leza (1974)	Natal (1974)	João Pes- soa (1973)	Recife (1974)	Ma- cóió (1974)
B03	Disenteria bacilar e amebiana	—	1,2	37,0	—	0,7	1,7	3,0	0,6	1,7
B04	Enterite e outras doenças diarréicas.....	148,4	91,0	139,9	138,1	88,2	241,4	150,1	137,2	290,3
B05	Tuberculose do aparelho res- piratório.....	28,7	36,7	46,6	33,5	17,1	27,0	29,5	37,5	22,5
B12	Poliomielite aguda.....	0,3	—	—	—	0,5	3,7	1,3	2,0	1,7
B14	Sarampo.....	8,6	1,9	8,9	19,5	10,7	7,7	9,8	5,2	11,8
B16	Malária.....	5,6	1,5	4,3	0,4	0,1	—	—	0,1	—
B01 a B18	Grupo das doenças infeccio- sas e parasitárias.....	233,7	164,7	297,5	221,9	146,8	322,1	235,2	274,2	394,8

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE (Óbitos por 100.000 habitantes)								
		Ara- caju (1974)	Sal- vador (1975)	Belo Hori- zonte (1974)	Vitó- ria (1975)	Rio de Ja- neiro (1974)	Curi- tiba (1975)	Porto Ale- gre (1974)	Goiá- nia (1973)	Bra- sília (1975)
B03	Disenteria bacilar e amebiana	0,5	0,2	0,1	—	0,1	0,4	—	0,2	—
B04	Enterite e outras doenças diarréicas.....	22,7	105,5	115,6	167,8	26,3	71,6	30,7	77,7	73,3
B05	Tuberculose do aparelho res- piratório.....	19,1	49,0	29,4	36,0	22,8	16,1	20,7	20,7	5,3
B12	Poliomielite aguda.....	0,5	1,2	5,8	2,8	0,2	2,33	—	4,4	0,5
B14	Sarampo.....	1,5	4,8	17,8	0,7	4,5	16,2	1,8	8,6	1,5
B16	Malária.....	—	—	—	—	—	0,3	—	3,7	0,4
B01 a B18	Grupo das doenças infeccio- sas e parasitárias.....	58,7	222,3	252,6	294,6	76,9	151,5	88,2	252,8	119,7

FONTES: *Anuário Estatístico do Brasil* — 1977, Estado do Rio de Janeiro: Estatísticas do Sistema de Saúde — 1977 e DESPO/IBGE

TABELA 3

NÚMERO TOTAL DE ÓBITOS REGISTRADOS, POR OUTRAS  
DOENÇAS SELECIONADAS DA LISTA B, EM 18 CAPITAIS  
BRASILEIRAS — 1973-1975

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	TOTAL DE ÓBITOS REGISTRADAS								
		Ma- naus (1975)	Be- lém (1975)	São Luís (1973)	Tere- sina (1975)	For- ta- leza (1974)	Natal (1974)	João Pes- soa (1973)	Recife (1974)	Ma- ceió (1974)
B22	Avitaminoses e outras defi- ciências nutricionais.....	21	18	71	24	119	22	34	184	51
B32	Pneumonia.....	152	551	205	225	228	331	261	1 672	286
B42	Anomalias congênitas.....	27	52	25	39	45	15	25	210	33
B43	Lesões ao nascer, partos dis- tócicos e outras afecções anóxicas e hipóxicas peri- natais.....	108	129	—	87	219	30	46	485	128
B44	Outras causas de mortali- dade perinatal.....	422	245	191	255	512	189	187	727	169
B45	Sintomas e estados mórbidos mal definidos.....	172	152	86	166	4 707	203	1 504	441	341

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	TOTAL DE ÓBITOS REGISTRADAS								
		Ara- caju (1974)	Sal- vador (1975)	Belo- Hori- zonte (1974)	Vitó- ria (1975)	Rio de Ja- neiro (1974)	Curi- tiba (1975)	Porto Ale- gre (1974)	Goiá- nia (1973)	Bra- sília (1975)
B22	Avitaminoses e outras defi- ciências nutricionais.....	21	308	585	207	1 760	136	227	32	32
B32	Pneumonia.....	58	1 274	1 125	147	4 026	669	483	245	402
B42	Anomalias congênitas.....	2	67	319	46	490	149	89	58	126
B43	Lesões ao nascer, partos dis- tócicos e outras afecções anóxicas e hipóxicas peri- natais.....	2	222	678	79	700	128	193	87	354
B44	Outras causas de mortali- dade perinatal.....	32	841	425	154	1 595	451	145	267	400
B45	Sintomas e estados mórbidos mal definidos.....	588	356	476	103	1 214	165	230	100	74

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil — 1977 e Estado do Rio de Janeiro: Estatísticas do Sistema de Saúde — 1977.

TABELA 4

TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE POR OUTRAS DOENÇAS  
SELECIONADAS DA LISTA B, EM 18 CAPITAIS BRASILEIRAS—  
1973-1975

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE (Óbitos por 100.000 habitantes)								
		Ma- naus (1975)	Be- lém (1975)	São Luís (1973)	Tere- sina (1975)	For- ta- leza (1974)	Natal (1974)	João Pes- soa (1973)	Recife (1974)	Ma- ceió (1974)
B22	Avitaminoses e outras defi- ciências nutricionais.....	5,9	2,4	25,3	9,3	12,4	7,3	14,5	15,8	17,7
B32	Pneumonia.....	42,4	73,5	73,0	87,5	23,7	110,2	111,6	143,9	99,2
B42	Anomalias congênitas.....	7,5	6,9	8,9	15,2	4,7	5,0	10,7	18,1	11,4
B43	Lesões ao nascer, parto dis- tócicos e outras afecções anóxicas e hipóxicas peri- natais.....	30,1	17,2	—	33,9	22,7	10,0	19,7	41,7	44,4
B44	Outras causas de mortali- dade perinatal.....	117,7	32,7	68,0	99,2	53,2	62,9	80,0	62,6	58,6
B45	Sintomas e estados mórbidos mal definidos.....	48,0	20,3	30,6	64,6	488,8	67,6	643,1	37,9	118,3

CÓDIGO NA LISTA B	DESCRIÇÃO DA CAUSA	TAXAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE (Óbitos por 100.000 habitantes)								
		Ara- caju (1974)	Sal- vador (1975)	Belo- Hori- zonte (1974)	Vitó- ria (1975)	Rio de Ja- neiro (1974)	Cur- tiba (1975)	Porto Ale- gre (1974)	Goia- nia (1973)	Bra- sília (1975)
B22	Avitaminoses e outras defi- ciências nutricionais.....	10,8	27,3	43,9	145,9	37,2	17,7	24,1	7,4	3,1
B32	Pneumonia.....	30,0	112,8	84,5	103,6	85,1	86,9	51,3	57,0	39,0
B42	Anomalias congênitas.....	1,0	5,9	24,0	32,4	10,4	19,4	9,5	13,5	12,2
B43	Lesões ao nascer, partos dis- tócicos e outras afecções anóxicas e hipóxicas peri- natais.....	1,0	19,7	50,9	55,7	14,8	16,6	20,5	20,2	34,3
B44	Outras causas de mortali- dade perinatal.....	16,5	74,5	31,9	108,6	33,7	58,6	15,4	62,1	38,8
B45	Sintomas e estados mórbidos mal definidos.....	303,8	31,5	72,6	72,6	25,6	21,4	24,4	23,3	7,2

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil — 1977, Estado do Rio de Janeiro: Estatísticas do Sistema de Saúde — 1977 e DESPO/IBGE

5.

**ANEXO**

(Fac-Símile da p. 199 do *Anuário Estatístico do Brasil* de 1977)

**SEÇÃO II — POPULAÇÃO C — SAÚDE**

## CAPÍTULO 11 — GRUPOS DE CAUSAS DE MORTE E CAUSAS DE MORTE

### 1 — Óbitos e taxas de mortalidade, segundo grandes grupos e causas de morte, nos municípios de Manaus, Belém e São Luís — 1975

GRUPOS E CAUSAS DE MORTE	MANAUS		BELÉM		SÃO LUÍS	
	Óbitos	Taxa de mortalidade por 100 000	Óbitos	Taxa de mortalidade por 100 000	Óbitos (1)	Taxa de mortalidade por 100 000
Doenças infecciosas e parasitárias.....	838	233,7	1 233	164,7	836	297,5
Cólera.....	—	—	—	—	—	—
Febre tifóide.....	—	—	2	0,3	—	—
Disenteria bacilar e amebiana.....	—	—	9	1,2	104	37,0
Enterite e outras doenças diarréicas.....	532	148,4	682	91,0	393	139,9
Tuberculose do aparelho respiratório.....	103	28,7	275	36,7	131	46,6
Tuberculose, outras formas.....	12	3,3	20	2,7	4	1,4
Peste.....	—	—	—	—	—	—
Difteria.....	1	0,3	6	0,8	6	2,1
Coqueluche.....	—	—	3	0,4	5	1,8
Angina estreptocócica e escarlatina.....	—	—	—	—	—	—
Infecções meningocócicas.....	13	3,6	8	1,1	—	—
Poliomielite aguda.....	1	0,3	—	—	—	—
Varíola.....	—	—	—	—	—	—
Sarampo.....	30	8,6	14	1,9	25	8,9
Tifo e outras riquetsioses.....	—	—	—	—	—	—
Malária.....	20	5,6	11	1,5	12	4,3
Sífilis e suas seqüelas.....	—	—	5	0,7	2	0,7
Todas as doenças infecciosas parasitárias.....	125	34,9	198	26,4	154	54,8
Febres paratífóides.....	—	—	—	—	—	—
Lepra.....	16	4,5	—	—	—	—
Tétano.....	22	6,1	66	8,8	35	12,5
Febre amarela.....	—	—	—	—	—	—
Encefalites víricas.....	—	—	—	—	9	3,2
Raiva.....	1	0,3	—	—	—	—
Leishmaniose.....	1	0,3	—	—	—	—
Tripanossomíase.....	—	—	—	—	1	0,4
Esquistossomíase.....	—	—	—	—	—	—
Esquistossomíase.....	—	—	—	—	17	6,1
Neoplasmas.....	268	74,8	480	64,0	185	65,9
Malignos.....	262	73,1	469	62,5	171	60,9
Benignos.....	6	1,7	11	1,5	14	5,0
Diabetes mellitus.....	30	8,4	65	8,7	28	10,0
Avitaminoses e outras deficiências nutricionais.....	21	5,9	18	2,4	71	25,3
Anemias.....	20	5,6	12	1,6	27	9,6
Doenças do sistema nervoso.....	27	7,5	30	4,0	29	10,3
Meningite.....	27	7,5	30	4,0	29	10,3
Doenças do aparelho circulatório.....	545	152,0	1 235	164,5	591	210,4
Febre reumática ativa.....	7	2,0	7	0,9	—	—
Doença reumática crônica do coração.....	—	—	32	4,3	5	1,8
Doenças hipertensiva.....	36	10,0	130	17,3	87	31,0
Doença isquêmica do coração.....	144	40,2	280	37,3	97	34,5
Outras formas de doença cardíaca.....	199	55,5	376	50,1	195	63,4
Doença cerebrovascular.....	159	44,3	410	54,7	207	73,7
Doenças do aparelho respiratório.....	178	49,7	605	80,7	279	99,4
Gripe.....	—	—	9	1,2	32	11,4
Pneumonia.....	152	42,4	551	73,5	205	73,0
Bronquite enfisema e asma.....	26	7,3	45	6,0	42	15,0
Doenças do aparelho digestivo.....	80	22,4	185	24,8	64	22,8
Úlcera do estômago e do duodeno.....	7	2,0	26	3,5	19	6,8
Apendicite.....	1	0,3	5	0,7	1	0,4
Obstrução intestinal e hérnia.....	10	2,8	32	4,3	15	5,3
Cirrose do fígado.....	62	17,3	122	16,3	29	10,3
Doenças do aparelho geniturinário.....	108	30,1	121	16,2	41	14,6
Nefrite e nefrose.....	108	30,1	116	15,5	41	14,6
Hiperplasia da próstata.....	—	—	5	0,7	—	—
Aborto.....	2	0,6	7	0,9	5	2,1
Complicações da gravidez, do parto e do puerpério.....	23	(2) 1,1	47	(2) 1,5	23	(3) 2,4
Parto sem menção de complicações.....	23	(2) 1,1	47	(2) 1,9	23	(3) 2,4
Apomalias congênitas.....	27	7,5	52	6,9	25	8,9
Certas causas de mortalidade perinatal.....	530	147,8	374	49,9	191	68,0
Parto distóxico, lesões obstétricas outros estados anóxicos e hipóxicos.....	108	30,1	129	17,2	—	—
Outras causas de mortalidade perinatal.....	422	117,7	245	32,7	191	68,0
Sintomas, senilidade e causas mal definidas.....	172	48,0	152	20,3	86	30,8
Sintomas e afecções mal definidas.....	172	48,0	152	20,3	86	30,6
Acidentes, envenenamentos e violências.....	325	90,6	467	62,3	210	74,7
Acidentes de veículos a motor.....	147	41,0	219	29,2	82	29,2
Todos os outros acidentes.....	122	34,0	125	16,7	48	17,1
Suicídios e lesões auto-infligidas.....	15	4,2	23	3,1	15	5,3
Todas as outras causas externas.....	41	11,4	100	13,3	65	23,1
Todas as outras causas.....	371	103,5	430	57,3	108	38,4
Todas as causas (menores de 1 ano).....	1 194	(2) 58,3	1 499	(2) 60,7	842	(3) 88,4
Todas as causas (todas as idades).....	3 565	(4) 9,9	5 513	(4) 7,4	2 800	(4) 10,0

FONTE — Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde.

(1) Dados de 1973 (2) Taxa por 1 000 nascidos vivos (3) Taxa por 1 000 menores de 1 ano (4) Taxa por 1 000 habitantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BRASIL — IBGE — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1977. Rio de Janeiro, v. 38, 1977.
- (2) BRASIL — MINISTÉRIO DA SAÚDE — *Boletim Epidemiológico*. Fundação SESP, Rio de Janeiro, semanas n.ºs 47 e 48, 1976.
- (3) BRASIL — MINISTÉRIO DA SAÚDE/FESESPE/CRESNE/SUDENE — *Mortalidade em Aracaju*. Publicação n.º 42 do Centro Regional de Estatística de Saúde do Nordeste (CRESNE), Recife, 1973.
- (4) CARVALHO, J. A. M. & WOOD, C. H. — Renda e concentração de mortalidade no Brasil. *R. Est. Eco.*, São Paulo, 7(1):107-30, 1977.
- (5) COUTINHO, J. O. — Geografia médica das protozooses. In: LACAZ, C. S. *et alii* — *Introdução à Geografia Médica do Brasil*. São Paulo, Edgard Blücher, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- (6) FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO — *Estado do Rio de Janeiro: Estatísticas do Sistema de Saúde, 1977*. Rio de Janeiro, FIDERJ/DIGES/SIPE, 1977.
- (7) FRIAS, L. A. M. & MEDEIROS, M. — Os padrões da mortalidade urbana um enfoque através das tábuas de mortalidade de alguns municípios da capital. In: Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais. *Contribuições apresentadas*. IBGE, Diretoria de Divulgação, Rio de Janeiro, 1976.
- (8) LAURENTI, R. — *Causas múltiplas de morte*. Tese apresentada à Faculdade de Saúde Pública da USP para o concurso de habilitação à Livre Docência na Disciplina de Estatística Vital do Departamento de Epidemiologia. São Paulo, 1973.
- (9) ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE — *Manual da classificação estatística internacional de doenças, lesões e causas de óbitos*. 8.ª revisão, 1965. Publicação Científica n.º 190, Washington, D. C., 1969
- (10) PUFFER, R. R. & SERRANO, C. V. — *Características de la mortalidad en la niñez*. Informe de la Investigación Interamericana de Mortalidad en la Niñez. Washington, D. C., Organización Panamericana de la Salud — Publicación Científica 262, 1973.
- (11) UNITED NATIONS — *Demographic Yearbook, 1972*. Department of Economic and Social Affairs, Statistical Office, New York, 1973.
- (12) ——— — *Demographic Yearbook, 1976*. Department of Economic and Social Affairs, Statistical Office, New York, 1977.

# A TEORIA NEOCLÁSSICA SOBRE A APROPRIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS DO ESTADO EM INFRA- ESTRUTURA URBANA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA

David Michael Vetter \*

## SUMÁRIO

1. O excedente do consumidor como medida dos benefícios líquidos.
2. O equilíbrio espacial e a apropriação.
3. Conclusões e recomendações.

## APRESENTAÇÃO

Muitos autores vêm destacando a importância dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana na determinação dos níveis de renda ou das condições de vida das famílias que moram em áreas urbanas<sup>1</sup>. Na análise neoclássica de custo/benefício, o aumento do excedente do consumidor é utilizado como medida dos benefícios líquidos de um projeto público<sup>2</sup>. Por exemplo, no caso de um investimento em transporte, a redução do custo de transporte (inclusive a redução do

---

\* Departamento de Estudos e Indicadores Sociais, Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-econômicos, IBGE. Agradeço aos valiosos comentários de Rosa Maria Ramalho Massena e Luiz Otávio F. Barreto Leite.

<sup>1</sup> Por exemplo, ver: C. P. Ferreira Camargo *et alii*, *São Paulo — 1975: Crescimento e Pobreza* (São Paulo: Loyola, 1976); David Harvey, *Social Justice and the City* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1973); Divisão de Estudos Sociais, Condições de Vida da População de Baixa Renda nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre, *Revista Brasileira de Geografia*, a ser publicada em 1980; Robert L. Lineberry, *Equality and Urban Policy: The Distribution of Municipal Services* (London: Sage, 1977); e David M. Vetter e Rosa M. Ramalho Massena, *Quem se Apropria dos Benefícios Líquidos dos Investimentos do Estado em Infra-estrutura Urbana? Uma Teoria de Causação Circular*, Departamento de Indicadores Sociais, SUEGE, IBGE, 1980.

<sup>2</sup> David Harvey, *op. cit.* Harvey sugere que este conceito de excedente do consumidor pode servir, até certo ponto, como meio de recuperar a distinção entre valor de uso e valor de troca feita pela teoria clássica que foi perdida na teoria neoclássica. Como vamos ver, este tipo de tentativa apresenta vários problemas.

custo de oportunidade do tempo gasto e do *stress*) provocaria um aumento do excedente do consumidor que teria, por sua vez, um impacto sobre o nível da renda do solo (e, por conseguinte, sobre o preço da terra, ou seja, o valor capitalizado do fluxo destas rendas anuais). Assim sendo, os investimentos em infra-estrutura urbana têm um impacto importante sobre a valorização e o uso do solo urbano.

Quem se apropria dos benefícios líquidos destes investimentos depende, em grande parte, do impacto destes sobre a renda do solo e do subsequente efeito sobre a segregação residencial segundo grupos de rendimento. O proprietário do solo urbano poderia aumentar o aluguel de seu imóvel depois de uma melhoria na qualidade de vida do bairro propiciada por um investimento público (água e esgoto, lazer, transporte, etc).

Neste trabalho faremos uma avaliação crítica da literatura específica sobre: 1) o excedente do consumidor como uma medida dos benefícios líquidos destes investimentos; e 2) a utilização do modelo de equilíbrio espacial para se avaliar os impactos deles sobre a segregação residencial da cidade segundo grupos de rendimento e seu efeito sobre a apropriação dos benefícios líquidos dos projetos. Após as conclusões desta avaliação sugeriremos algumas estratégias para tornar mais equitativos os impactos distributivos destes investimentos.

## 1 — O EXCEDENTE DO CONSUMIDOR COMO MEDIDA DOS BENEFÍCIOS LÍQUIDOS

Wheaton argumenta que os benefícios líquidos de um investimento em transporte correspondem “à mudança marginal no excedente do consumidor abaixo da curva de demanda derivada para transporte”<sup>3</sup>. Além disso, ele considera que “todas as mudanças no mercado de habitação podem ser completamente ignoradas nas estimativas de benefícios”, uma vez que tais mudanças já estariam incluídas no excedente do consumidor<sup>4</sup>. Assim sendo, modificações no preço da terra representam, a longo prazo, lucros de capital (*capital gains*), enquanto, a curto prazo, representam — na opinião de Wheaton — simples transferências do inquilino ao proprietário do solo e não aumentos no produto nacional.

Este argumento atesta uma total indiferença pelo impacto distributivo destas transferências. Como argumenta Shoup, mesmo admitindo-se que o excedente do consumidor representa a medida ideal dos benefícios, mudanças no valor da terra e dos imóveis são muito relevantes em

---

<sup>3</sup> W. C. Wheaton, Residential Decentralization, Land Rents and the Benefits of Urban Transportation Investment, *American Economic Review*, vol. 67, n.º 2, p. 139.

<sup>4</sup> Idem, p. 139.

relação à avaliação da *distribuição* destes benefícios, já que elas indicam a transferência desses benefícios dos usuários para os proprietários do solo<sup>5</sup>. Em outras palavras, Wheaton analisa somente o tamanho do excedente do consumidor da sociedade como um todo, mas *não* a distribuição deste excedente, o que corresponde justamente ao objetivo deste trabalho.

A fidedignidade do excedente do consumidor como medida de benefícios da sociedade também pode ser contestada, uma vez que o tamanho deste excedente depende tanto das preferências das famílias como do seu nível de rendimento ou restrição orçamentária. Obviamente, a família de alto rendimento será capaz de pagar, se quiser, muito mais por um bem ou serviço do que a família de baixo rendimento. Por essa razão é que as curvas de demanda destas famílias de alto rendimento estão localizadas muito mais à direita das curvas referentes às de baixo rendimento. Sendo assim, quando a curva de demanda agregada é calculada para todas estas famílias a título de estimar o excedente do consumidor, as preferências das famílias de alto rendimento recebem um peso maior.

Estes excedentes do consumidor influenciam a forma da curva de demanda pela terra urbana e, nesse sentido, a venda da terra. Em um mercado com razoável grau de concorrência a curva de oferta da terra é normalmente considerada perfeitamente inelástica, uma vez que a terra não é produzida, mas sim um presente da natureza (ou seja, um recurso natural). A curva DD na figura 1 mostra a demanda pela terra antes de um investimento público. A renda anual do solo (R) seria determinada pela intercepção das curvas de oferta e demanda. O valor da terra (VT) seria o valor capitalizado deste fluxo de rendas anuais. Dado que a terra não deprecia, o fluxo poderia ser considerado como se fosse infinito, por isso o valor da terra poderia ser definido como a renda anual da terra dividida pela taxa de desconto (i) vigente no mercado (ou seja,  $VT = R/i$ )<sup>6</sup>. Assim sendo, o preço de um terreno com uma renda anual de Cr\$ 1 000 com uma taxa de desconto de 10% seria Cr\$ 10 000.

A  $D_1D_1$  corresponde à curva de demanda pela terra após este investimento, no caso de somente poucas pessoas terem renda e preferirem gastar mais com o uso do solo beneficiado<sup>7</sup>. Nesta situação visualizada na figura 1, a renda da terra não muda e estas famílias com maior rendimento e/ou preferência pela habitação acabam com maiores excedentes do consumidor. Como é intuitivamente óbvio, a posição do con-

<sup>5</sup> D. C. Shoup, *Land Taxation and Government Participation in Urban Land Markets: Policy Alternatives in Developing Countries*, em H. Dunkerley, *Urban Land Policy: Issues and Opportunities* (Washington: World Bank, 1978), p. 23-27.

<sup>6</sup> Esta é a equação do valor atualizado de um fluxo perpétuo (ou seja, infinito). Para a prova matemática, ver: Alpha C. Chiang, *Fundamental Methods of Mathematical Economics* (Tokyo: Mc-Graw-Hill Kogakusha, 1974), p. 459.

<sup>7</sup> Shoup, *op. cit.*, p. 22.

CURVAS DE DEMANDA DA TERRA ANTES E DEPOIS DO INVESTIMENTO PÚBLICO  
COM DIFERENÇAS NAS PREFERÊNCIAS E / OU NOS NÍVEIS DE RENDIMENTO

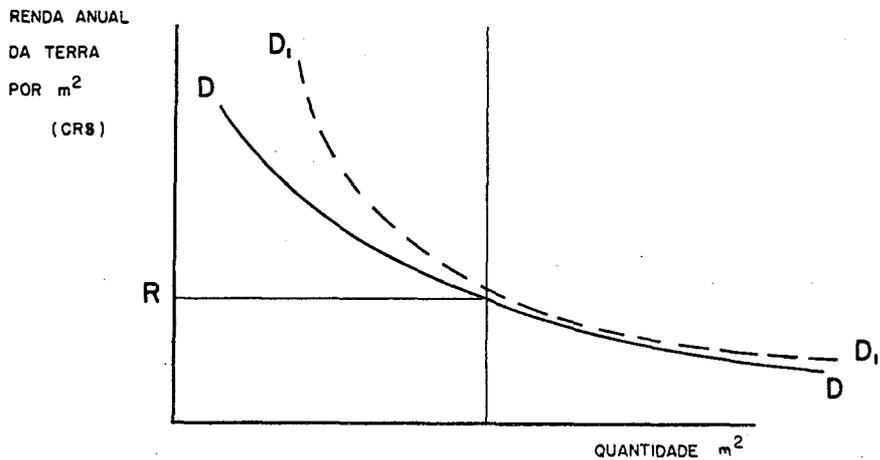


Figura 1

CURVAS DE DEMANDA DA TERRA ANTES E DEPOIS DO INVESTIMENTO PÚBLICO  
COM PREFERÊNCIAS E NÍVEIS DE RENDA IGUAIS

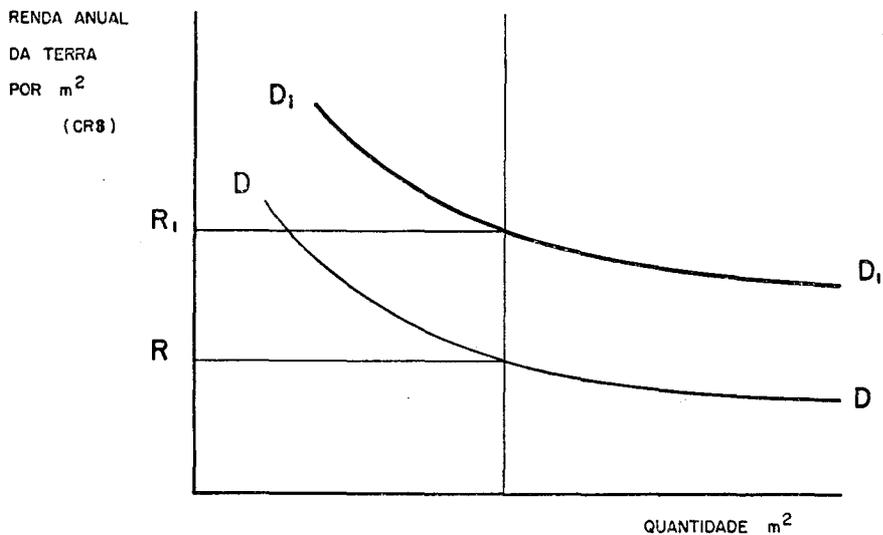


Figura 2

sumidor no mercado é melhor quando os outros consumidores têm preferências diferentes das dele, ou quando os outros não têm poder aquisitivo para transformar estas preferências em demanda efetiva no mercado. Note-se que este aumento de excedente do consumidor não se refletiria nas rendas do solo e, assim sendo, no valor da terra, ou seja, no valor capitalizado destas rendas anuais.

Na figura 2, porém, leva-se em conta a hipótese de que todas as famílias tenham rendas e preferências parecidas, o que implica a ocorrência de uma curva de demanda diferente e um aumento da renda da terra depois de um investimento público ou de outra ação do Estado ( $\Delta R$ )<sup>8</sup>. Assim sendo, o novo valor da terra seria igual ao valor capitalizado da renda inicial ( $R$ ) mais a do aumento ( $\Delta R$ ).

$$VT = \frac{R}{i} + \frac{\Delta R}{i}$$

Nesta situação o aumento do excedente do consumidor provoca um aumento na renda anual, o qual é capitalizado no valor do solo urbano e acaba por reduzir o excedente do consumidor de todos os não proprietários que teriam que pagar aluguéis maiores para morar nas áreas beneficiadas.

Desde o tempo de Justiniano quase todos os pensadores concordam em que o Estado tem direito de apropriar esta valorização da terra que ele gera através de seus investimentos e de outras intervenções (tais como planejamento urbano, etc) e este direito está previsto na Constituição Brasileira<sup>9</sup>. Embora os economistas neoclássicos, em oposição aos clássicos, sustentem que a terra é um fator de produção, normalmente argumentam que, embora o proprietário tenha direito ao retorno de seus investimentos na terra (terraplanagem, aterros, etc), não tem direito ao retorno dos investimentos do Estado. Nas áreas urbanas a maior parte desta produtividade seria resultado das ações do Estado.

O instrumento institucional proposto por Henry George para apropriação desta valorização "indébita" da terra foi o imposto territorial. Em virtude da perfeita inelasticidade da oferta da terra este imposto não teria um impacto sobre a eficiência da alocação de recursos. Na figura 2, por exemplo, um imposto como (IT) igual a  $\Delta R$  não teria um impacto sobre a alocação da terra, mas resultaria na apropriação de

<sup>8</sup> O. F. Grimes, Jr. *Urban Land and Public Policy: Social Appropriation of Betterment*, Bank Staff Working Paper n.º 179. Washington, D. C., World Bank, 1974.

<sup>9</sup> João Luis de Moraes Barreto, Política Fiscal de Desestímulo à Especulação Imobiliária, *Revista de Administração Municipal*, Ano 20 n.º 113 (Maio/Junho 1973), p. 101-120.

uma parte da renda pelo Estado. Observe-se que a renda paga pelo não proprietário seria menor, recebendo então o Estado a parcela desta renda que corresponde ao aumento da renda anual motivado por investimentos públicos do proprietário.

Se o imposto fosse igual ao aumento da renda da terra devido às ações do Estado ( $\Delta R$ ), esse estaria apropriando todo o valor que está criando através de suas ações. O valor da terra seria, então, igual aos valores capitalizados da renda inicial da terra ( $R$ ) mais o aumento desta renda resultante de intervenções do Estado ( $\Delta R$ ) menos o imposto territorial ( $IT$ ), ou:

$$VT = \frac{R_i}{i} + \frac{\Delta R}{i} - \frac{IT}{i} = \frac{R_i + \Delta R - IT}{i}$$

Se o  $\Delta R$  fosse maior do que o valor do imposto territorial ( $IT$ ), haveria um excedente fiscal ( $EF$ ) que seria capitalizado no valor da terra:

$$EF = \frac{\Delta R - IT}{i}$$

Com relação a oferta, isto é, no caso de um monopólio dos proprietários do solo, estes poderiam passar uma parcela do imposto territorial ao inquilino, aumentando, assim, seu excedente fiscal, que seria capitalizado no valor da terra<sup>10</sup>. Por isso, muitos autores destacam a importância do poder monopolista no mercado de solo urbano.

Cabe aqui lembrar que estamos admitindo a possibilidade de *um* aumento na renda que seria permanente. Se o investidor é levado a concluir que o governo vai continuar atuando, de tal maneira que ele possa contar com uma taxa de aumento anual permanente ( $a$ )<sup>11</sup>, o valor da terra será igual a:

$$VT = \frac{R}{i - a} \quad (i > a)$$

Uma taxa anual de aumento permanente de 5% duplicaria o valor da terra se a taxa de juros no mercado fosse 10%.

Poderíamos representar este processo de valorização-apropriação dos excedentes fiscais no tempo através de um gráfico simples (ver figura 3). Neste gráfico o valor do solo aparece no eixo vertical e o tempo, no eixo horizontal<sup>12</sup>. Existem aumentos no valor do solo devido à antecipação de dois investimentos, provocados pela possibilidade de

<sup>10</sup> Há uma corrente bastante forte contra esta "posição clássica", especialmente quando o imposto não é uniforme em todo o território nacional. Ver, por exemplo: Henry J. Aaron, *Who Pays the Property Tax? A New View* (Washington: Brookings Institution, 1975).

<sup>11</sup> H. B. Dunkerley, *Urban Land Policy Issues and Opportunities An Overview*, ver Dunkerley, *ct alii*, p. 17-21.

<sup>12</sup> Esta derivação é apresentada no Mathematical Note em: Alan A. Walters, *The Value of Urban Land*, em Dunkerley, *op. cit.* p. 95.

**AUMENTO NO VALOR DE UM TERRENO URBANO EM FUNÇÃO DE DOIS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E OUTROS FATORES INDIRETAMENTE CONTROLADOS PELO ESTADO.**

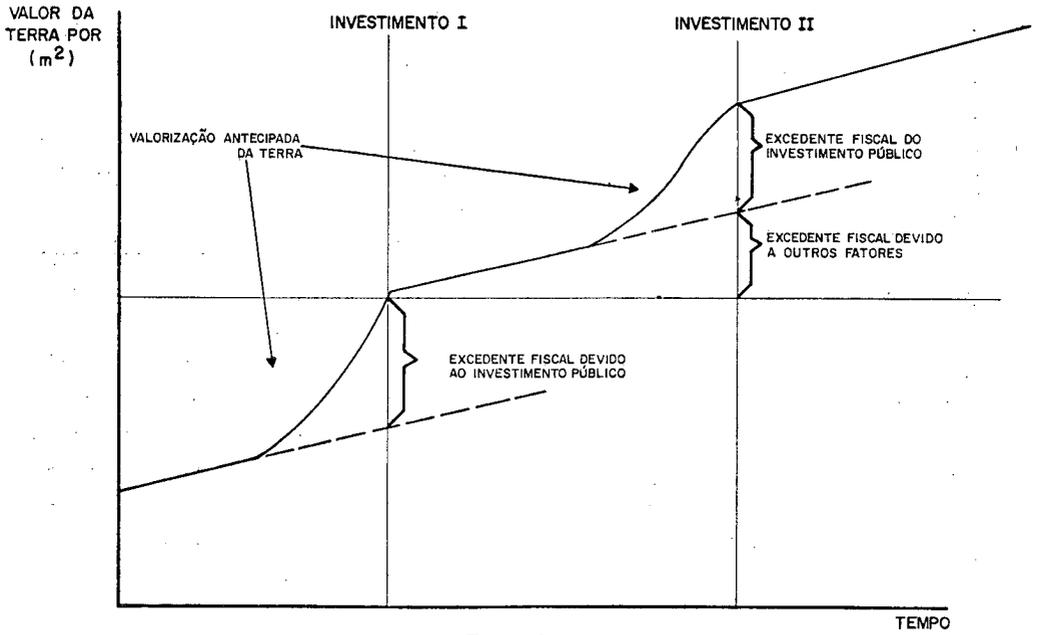


Figura 3

**LOCALIZAÇÃO RESIDENCIAL, CUSTO DE TRANSPORTE E RENDA DA TERRA**

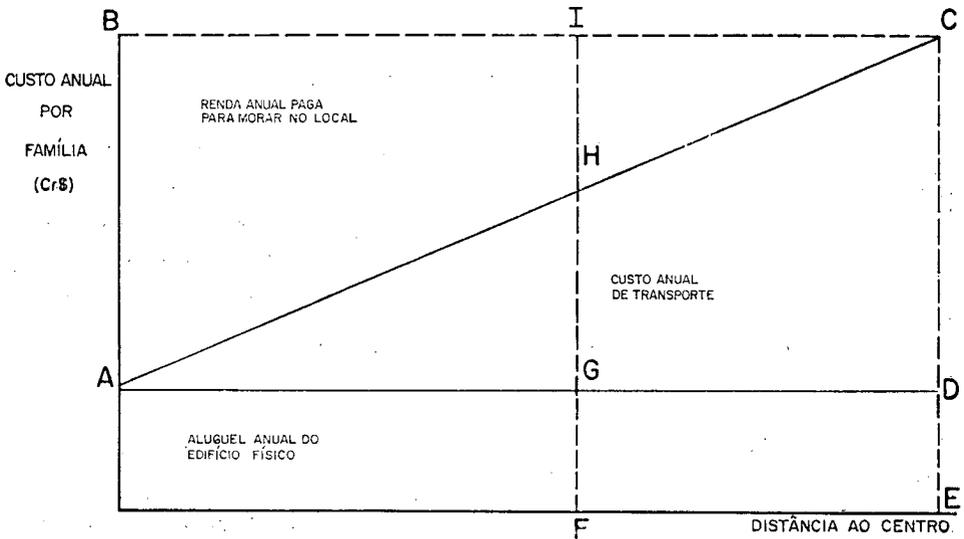


Figura 4

capitalização dos excedentes fiscais por eles gerados. Além disso, há um outro excedente gerado pelos outros fatores da economia geral já discutidos na introdução, tais como o aumento da população e o grau de taxaço de lucros imobiliários.

Não somente os investimentos públicos mas outras ações do Estado influem sobre a demanda pela terra e, portanto, sobre o nível do valor da terra. Por exemplo, desde que o Estado reduza os impactos das externalidades e a incerteza quanto aos seus investimentos, o planejamento urbano pode favorecer o aumento do valor da terra e muitas vezes é direcionado explicitamente para este fim.

Uma extensa literatura específica sobre a capitalização destes benefícios no valor do solo urbano vem traduzindo a importância dos investimentos do Estado<sup>13</sup>. Assim, no sistema de transporte, estes investimentos, uma vez que determinam o tempo e o custo das viagens, são fundamentais nas alterações do valor da terra. Mas também os investimentos do Estado são necessários para manter as amenidades físicas das áreas urbanas, tais como vistas bonitas, ar puro, acesso ao mar, parques e praças etc. E estas ações têm impactos importantes sobre o aluguel da terra. Considere-se, a título de ilustração, o papel desempenhado pelo emissário submarino de Ipanema que protege a qualidade da água de algumas praias da Zona Sul — já que nele é lançada a coleta dos esgotos da Glória, Flamengo, Botafogo, Leme e Copacabana — e tem uma relação particular com o aumento da valorização das áreas próximas às praias da Zona Sul<sup>14</sup>. Em resumo, o valor da terra no mercado em uma área residencial pode ser visto não apenas como uma função da “qualidade de vida” oferecida no local mas também como uma medida do custo de aí se morar (inclusive os impostos locais).

## 2 — O EQUILÍBRIO ESPACIAL E A APROPRIAÇÃO

A análise precedente não trata da dimensão espacial desta apropriação. Para analisar-se os impactos destes investimentos do Estado utilizamos uma cadeia causal que começa com o efeito da mudança sobre os excedentes do consumidor na área beneficiada, o que provoca, por sua vez, modificações na superfície das rendas do solo e, assim sendo, na estrutura interna da cidade, em particular, a sua segregação residencial.

<sup>13</sup> Ver, por exemplo: C. Lowell Harris, *Government Spending and Land Values: Public Money and Private Gains* (Madison: University of Wisconsin, 1973).

<sup>14</sup> D. M. Vetter, R. M. R. Massena e E. F. Rodrigues, “Espaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-estrutura Urbana”, *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 41, n.º 1/2 (Jan./Jun. 1979), p. 32-71.

Na teoria neoclássica da estrutura interna da cidade, indivíduos ou famílias competem em um mercado perfeito para maximizar seu bem-estar através do consumo (bem entendido, dentro de sua restrição orçamentária), da acessibilidade às oportunidades encontradas única e exclusivamente no centro da cidade, de terra e de outros bens e serviços (um bem composto) <sup>15</sup>.

Um equilíbrio espacial se verifica quando nenhuma família pode melhorar a sua posição através de uma mudança em sua localização espacial. Este equilíbrio representa uma alocação ótima de recursos no espaço, dadas as preferências e restrições orçamentárias das famílias. Mas, embora esta distribuição espacial produzida dentro de um mercado perfeito seja eficiente no sentido de Pareto, ela não é necessariamente equitativa. No melhor dos casos seria simplesmente neutra com relação à distribuição interpessoal do bem-estar no sistema, uma vez que dependeria da distribuição do poder aquisitivo (isto é, do rendimento) das famílias.

A teoria neoclássica mostra de uma maneira simples uma relação entre o custo de transporte e a renda anual da terra. Na cidade neoclássica as famílias competem em um mercado perfeito em que todas as oportunidades de emprego estão concentradas em um centro que se acha localizado em um plano não acidentado, no qual o custo de transporte é igual em todas as direções. Simplificando ainda mais a questão, Heilbrum admite que todas as famílias sejam iguais com relação ao rendimento, preferências e tamanho, que nenhuma família seja proprietária de sua habitação, e que os custos de manutenção e de construção sejam iguais em todas as partes da cidade <sup>16</sup>. Esta última suposição leva à compreensão de que o aluguel anual da estrutura física do domicílio permanece igual em toda a extensão do sistema urbano. Fica claro, então, que estamos separando o *aluguel* da estrutura física da *renda* da terra (renda de posição ou *site rent*). O custo total anual das despesas com moradia na cidade seria igual ao custo de transporte, mais a renda da terra, mais o aluguel da estrutura física.

Na figura 4 o custo total anual da família aparece no eixo vertical e a distância em relação ao centro, no eixo horizontal. O aluguel do domicílio sem a renda da terra é representado pela distância OA e é igual em toda a cidade (AD). Já que o custo de transporte é uma função da distância em relação ao emprego e outras oportunidades encontradas

---

<sup>15</sup> Os "clássicos" desta escola neoclássica de estrutura interna são: William Alonso, *Location and Land Use: Toward a General Theory of Land Rent* (Cambridge: Harvard University Press, 1964); Edwin S. Mills, *Studies in the Structure of the Urban Economy* (Baltimore: John Hopkins, 1972); e R. F. Muth, *Cities and Housing* (Chicago: University of Chicago Press, 1969).

Para uma revisão exaustiva de toda esta leitura, ver: Rakesh Mohan, *Toward Modelling Poor Cities: A Review of Urban Economic and Planning Models*. World Bank, Washington D.C. Staff Working Paper n.º 232, 1976.

<sup>16</sup> James Heilbrum, *Urban Economics and Public Policy* (New York: St. Martin's Press, 1974), p. 105-136.

no centro, pode ser expresso por uma curva crescente (AC) que começa em zero no centro (A) e aumenta até o limite da cidade (ED). Assim, como os agricultores de Von Thünen, as famílias na cidade estariam dispostas a pagar uma renda anual da terra igual à diferença entre o custo de transporte nesta localização e aquele atestado no limite da cidade (CD). Por exemplo, uma família morando a uma distância de OF do centro pagaria um aluguel da estrutura física do domicílio de FG, um custo de transporte de GH e uma renda da terra de HI. Nos lugares mais próximos ao centro a renda da terra seria maior e o custo de transporte menor. Mas em todas as localizações o custo total da renda da terra mais o aluguel do domicílio mais o custo de transporte seria igual a (BC).

A renda anual da terra localizada a diferentes distâncias em relação ao centro, que famílias estariam dispostas a pagar, é representada pelo triângulo ABC. A figura 5 mostra este triângulo invertido em um gráfico onde o eixo vertical é a renda anual da terra. Na leitura específica esta curva é chamada a curva de oferta de preços (curva de *bid-rent*). De acordo com nossas suposições, esta curva é mais alta no centro (AB), decrescendo até zero no limite da cidade. A curva é igual para todas as famílias porque estamos supondo que elas sejam iguais com relação ao rendimento, preferência e tamanho. Pondo de lado esta suposição de homogeneidade, poderíamos analisar a segregação residencial do ponto de vista neoclássico.

Por que — perguntam os economistas neoclássicos — as famílias de alto rendimento na América Latina tendem a morar em lugares mais próximos ao centro (mais acessíveis), enquanto nos Estados Unidos se verifica a tendência de os grupos de alto rendimento residirem nas áreas suburbanas? De acordo com esta teoria neoclássica da estrutura interna da cidade, uma família se localiza mais distante do emprego quando uma despesa maior de transporte é contrabalançada por uma redução no custo da terra<sup>17</sup>. No caso de famílias residentes nos Estados Unidos, as *suposições* são de que a demanda pela terra aumenta mais do que proporcionalmente ao aumento do rendimento das famílias e de que o custo de transporte, incluindo o custo de oportunidade do tempo, seja uma proporção fixa do rendimento familiar. Em outras palavras, existem suposições de que a elasticidade-rendimento da demanda habitacional é relativamente alta, enquanto a elasticidade-rendimento do custo total de transporte é unitária.

Ressalvadas essas suposições, cuja validade pode ser contestada mesmo a propósito da sociedade norte-americana, a família de alta renda procura então reduzir sua despesa total com terra comprando em áreas mais afastadas do centro, ou seja, em locais onde o custo mais baixo da terra compense a despesa maior com o custo de transporte. Nesta situação as famílias de alto rendimento norte-americanas estão

dispostas a pagar mais do que as de baixo rendimento pela terra situada nas áreas periféricas. Já nas cidades latino-americanas a localização da população de alto rendimento nas áreas centrais se explica pelo fato de a elasticidade-rendimento da demanda por terra não ser tão alta, e ainda por um custo de transporte muito elevado, decorrente de congestionamento. Por isso mesmo, segundo os neoclássicos, estes grupos de alto rendimento estão dispostos a utilizar seu maior poder aquisitivo para pagar mais pelos locais centrais na América Latina.

A figura 6 mostra como as preferências dos diferentes grupos de rendimento são transformadas em uma estrutura interna da cidade neoclássica *via* curvas de oferta de preços da terra (curva de *bid-rent*). Estas curvas representam a renda anual por m<sup>2</sup> que os membros dos diferentes grupos de rendimento estariam dispostos e aptos a pagar pelo uso do solo localizado a diferentes distâncias do centro, e fornecem uma interpretação econômica da teoria de zonas concêntricas, e formulada por Burgess<sup>18</sup>. A linha AA' representa a renda anual por m<sup>2</sup> que o grupo de alto rendimento pagaria pela terra situada a diferentes distâncias do centro; a linha MM', a agregação das curvas de oferta de preços da terra para o grupo de rendimento médio, e a BB' esta agregação para o grupo de baixo rendimento. Note-se que neste caso estamos incluindo curvas que somente visualizam usos residenciais, e não outros usos como emprego e serviços que supomos estarem localizados no centro. No entanto, poderíamos também ter incluídas estas atividades.

Na situação mostrada na figura 6 o grupo de alto rendimento estaria disposto e seria capaz de pagar uma renda de terra maior até o ponto C, e então obteria o uso do solo que é representado graficamente pela distância do centro (O) até o ponto E. Entre os pontos E e F assinalados na distância em relação ao centro, o grupo de rendimento médio tem a curva de oferta de preços da terra mais alta — pagaria uma renda mais alta, obtendo o uso do solo nesta faixa. O grupo de baixo rendimento teria condições de se localizar apenas onde sua curva de oferta de preços da terra fique mais alta do que a dos grupos de rendimento médio e alto, ou seja, nas áreas onde as famílias enquadradas nestes grupos não estivessem dispostas a pagar uma renda maior do que aquela paga pelo grupo de baixo rendimento. Na figura 6 a área de baixo rendimento estaria situada entre o ponto F e o limite da cidade B'. Fazendo a rotação desta figura teríamos uma estrutura de zonas concêntricas, com uma completa estratificação segundo grupos de rendimento, ficando a população de baixo rendimento localizada na periferia, onde o custo de transporte é alto e o custo de terra baixo.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> Harry W. Richardson, *Economia Regional* (Rio de Janeiro: Zahar, 1975), p. 153-155.

POSSÍVEIS IMPACTOS DE UMA MUDANÇA NO CUSTO DE TRANSPORTE SOBRE O GRADIENTE DE RENDA DA TERRA URBANA

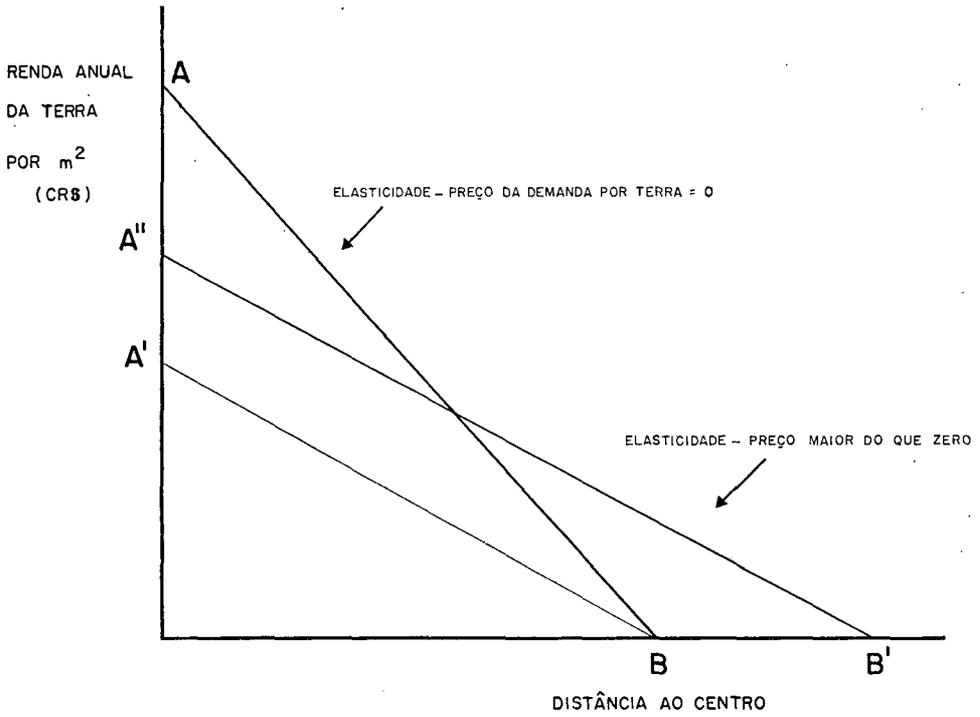


Figura 5

A CURVA DE OFERTA DE PREÇO DA TERRA (BID RENT CURVE)

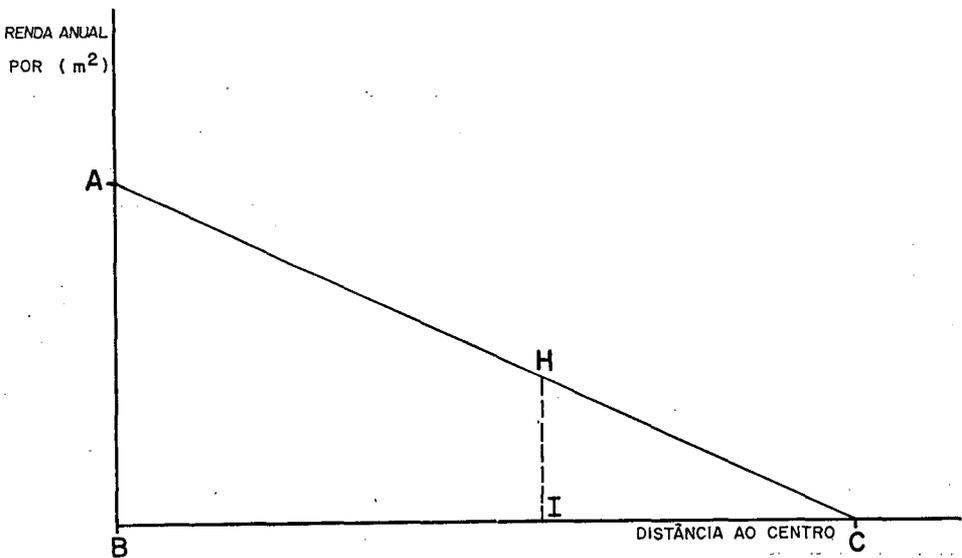


Figura 6

O gradiente da renda dentro desta cidade seria ACDB', mostrando a renda mais alta oferecida para cada área. Segundo o critério de mercado, esta alocação é ótima, considerando-se que o usuário disposto a pagar mais obtém o uso do solo. De acordo com este enfoque, o "melhor e mais alto uso do solo" é aquele que maximiza a soma das rendas pagas no sistema urbano. Convém observar que a renda da terra é tratada como um pagamento por um fator de produção e não como um excedente puro, como ocorre na interpretação dos economistas clássicos. O que é considerado como a maximização do bem-estar pelos neoclássicos seria então considerado pelos economistas clássicos como a maximização do excedente dos proprietários.

O impacto de uma redução do custo de transporte devido a um investimento público sobre o gradiente de renda da terra dependeria da hipótese de que a elasticidade-preço da demanda por viagens fosse igual a zero, isto é, de que a redução do custo de transporte não provocasse maior consumo<sup>19</sup>. Com esta suposição de elasticidade zero, a redução do custo de transporte faria, então, descer o nível do gradiente de renda da terra da cidade, conforme está indicado no gráfico. Na figura 7 esta redução é representada pelo rebaixamento do gradiente inicial (AB) até A'B. Mas, como foi analisado acima, estas elasticidades geralmente não são iguais a zero; a redução do custo de transporte provoca um aumento do número de viagens e a diminuição do valor da renda da terra tem como resultado um consumo maior da terra, produzindo um gradiente de renda parecido com A''B', exprimindo também um aumento dos preços da terra nas áreas periféricas e uma redução da renda da terra localizada no centro. As pesquisas empíricas confirmam que as cidades onde o sistema rodoviário é mais moderno, normalmente apresentam um gradiente de densidade (um *proxy* para valor do solo) mais plano<sup>20</sup>.

De fato, a explicação da localização de famílias de alto rendimento nas áreas suburbanas nos Estados Unidos é apoiada na *suposição* de que a demanda por terra (no caso da teoria de Alonso)<sup>21</sup> ou habitação (na teoria de Muth)<sup>22</sup> é elástica com respeito ao rendimento (o aumento relativo do rendimento familiar provocaria um aumento relativo mais que proporcional desta demanda), e ainda na suposição de que o gasto com transporte é proporcional ao rendimento. Nesta situação as famílias de alto rendimento procurariam lugares mais distantes do centro porque seriam mais sensíveis ao preço de terra devido ao seu alto nível de utilização. Em outras palavras, estariam dispostas a gastar mais com

---

<sup>19</sup> Roger E. Alcalá, *Transportation and Urban Land Values: A Review of the Theoretical Literature*, in *Land Economics*, 52 (February 1976), p. 42-53.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, Muth, *op. cit.*

<sup>21</sup> Alonso, *op. cit.*

<sup>22</sup> Muth, *op. cit.*

AS CURVAS DE OFERTA DE PREÇO DA TERRA SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO E A ESTRUTURA INTERNA DA CIDADE

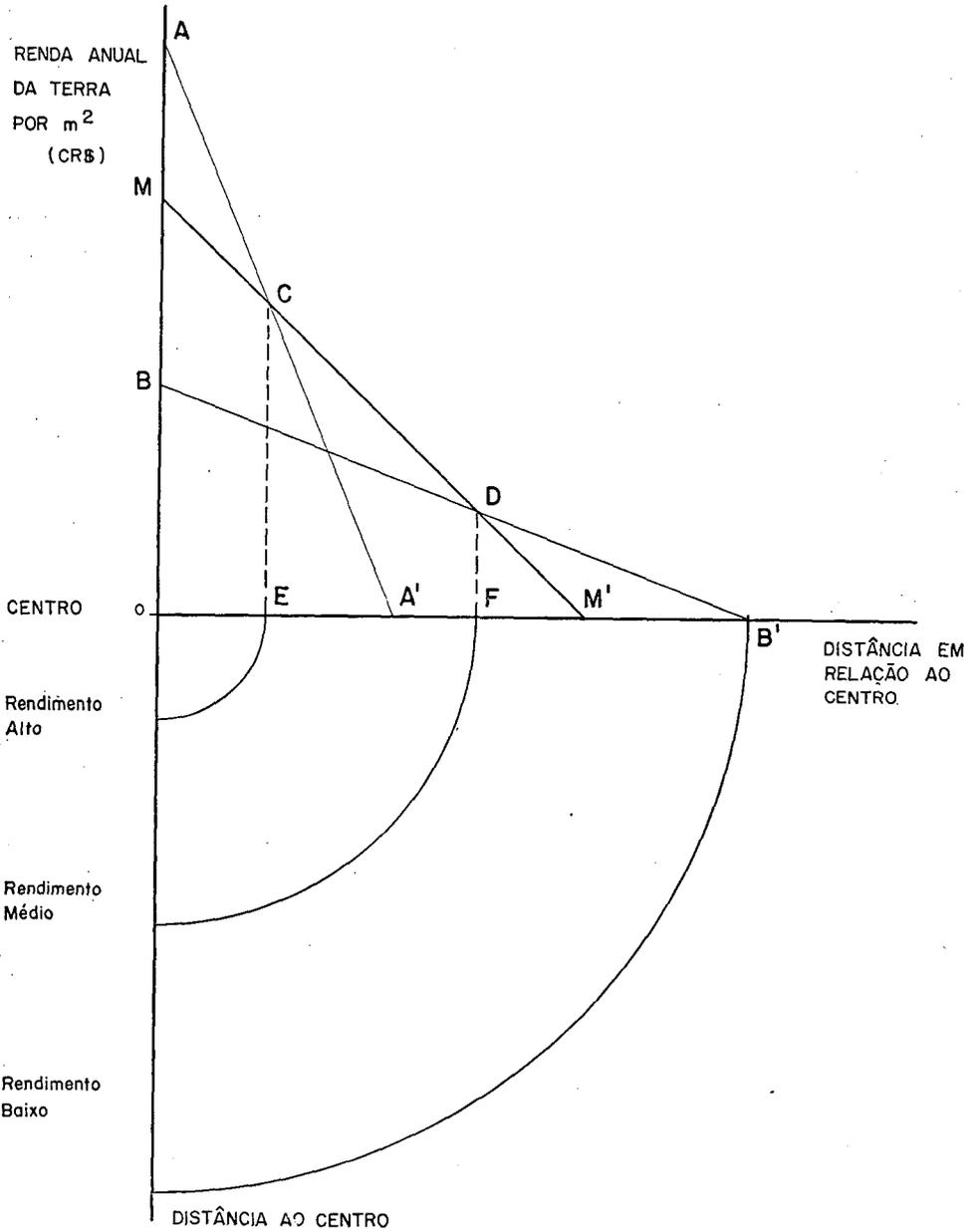


Figura 7.

transporte para reduzirem a sua despesa total com a terra. Mas, Wheaton argumenta que a despesa de transporte, incluindo o custo do tempo gasto com ele, pode aumentar também mais — e não proporcionalmente — do que o rendimento familiar<sup>23</sup>. Se a elasticidade-rendimento da demanda por terra e da despesa com transporte são iguais, a teoria não explica a localização de famílias de alto rendimento nas áreas suburbanas.

Wheaton usa uma metodologia muito elaborada para verificar se a elasticidade-rendimento da demanda por terra nos Estados Unidos é mais alta do que a elasticidade-rendimento da despesa com transporte, incluindo o valor do tempo de viagem. Seus resultados empíricos das simulações da demanda por terra e do custo de transporte, segundo os grupos de rendimento, mostraram que estas duas elasticidades não foram estatisticamente diferentes. Em outras palavras, as curvas de oferta de preços da terra (isto é *bid-rent curves*) simuladas com dados de uma pesquisa empírica foram quase iguais para os diferentes grupos de rendimento. Por isso, Wheaton conclui que as teorias de Alonso, Mills e Muth “contribuem empiricamente muito pouco para a explicação dos padrões de localização espacial dos diferentes grupos de rendimentos” nos Estados Unidos; e, o mais importante, que “o gradiente espacial da renda existente nestas regiões metropolitanas parece ser mais o resultado de *externalidades sociais ou raciais e dos incentivos fiscais produzidos pelos municípios descentralizados*” (grifo nosso)<sup>24</sup>. Deve-se lembrar, no entanto, que os dados de Wheaton dizem respeito somente a uma região metropolitana (São Francisco). A acessibilidade é importante na decisão quanto à localização residencial, mas talvez não tão importante como os aspectos físicos e sociais da vizinhança do domicílio ou o excedente fiscal gerado pelas ações do Estado.

O modelo de equilíbrio espacial não leva em conta esta interdependência das ações dos diferentes agentes no sistema urbano, embora ela seja a essência da vida urbana. Este modelo leva em conta apenas as relações entre compradores e vendedores como atores independentes e *não* considera a interdependência das decisões destes atores dentro do mercado do solo urbano ou os impactos destas sobre terceiros. Isto é, o mercado mede somente os custos e benefícios considerados nas transações entre aqueles compradores e vendedores; os custos e benefícios resultantes da interdependência ou de impactos sobre terceiros acima citados estão fora da avaliação e controle de mercado, e, por isso, são chamados externalidades. Alguns exemplos esclareceriam a importância destas externalidades ou efeitos de vizinhança: a decisão de um morador de construir uma garagem aumenta o número potencial de vagas na

---

<sup>23</sup> William C. Wheaton, *Income and Urban Residence: An Analysis of Consumer Demand for Location*, *American Economic Review*, vol. 67, n.º 4 (September 1977), p. 620-631.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 621.

rua para os vizinhos e já a sua decisão de melhorar o aspecto visual da residência pode trazer benefícios que se expressam na forma de um bairro mais agradável. Os vizinhos, então, recebem sem esforço próprios os benefícios dos investimentos daquele morador.

Por causa desta interdependência de decisões, há situações em que todos os moradores do bairro atuando em conjunto poderiam ganhar retornos mais alto do que atuando individualmente. Mas como coordenar estas decisões? Davis e Whinston mostram que esta interdependência pode produzir um tipo de “dilema do prisioneiro” da teoria dos jogos, onde todos os moradores tentam maximizar seu bem-estar através da apropriação de uma parcela dos benefícios dos investimentos de outrem<sup>25</sup>. O resultado é que todos ou quase todos os moradores deixam de fazer investimentos, gerando por isso menores retornos, o que não aconteceria se todos tivessem feito investimentos. A resolução deste “dilema” é a coordenação desses agentes através de um acordo voluntário para fazerem investimentos, ou através da intervenção do Estado para fazer tal coordenação via mecanismos como o código de obras, zoneamentos e renovação urbana.

Existem casos de conflito onde as ações de um morador trazem benefícios para ele e custos para outros — jogos de soma zero. O resultado do jogo depende, nestas situações, do conflito das estratégias, coalizões e poder político dos diferentes grupos. Cox, Isard e Harvery utilizam a teoria dos jogos para analisar estas situações<sup>26</sup>. O caso de renovação urbana com realocização é um bom exemplo deste tipo de “jogo” onde os moradores realocizados perdem muito, enquanto os moradores novos ganham muitos benefícios<sup>27</sup>. No projeto da Cidade Nova no Rio, por exemplo, os antigos moradores, não conseguindo impedir a renovação urbana, foram removidos, sofrendo, então, os custos de realocização com pouca ou nenhuma compensação.

Além deste tipo de interdependência que gera externalidades ou efeitos de vizinhança, existem outras situações onde o mercado não pode alocar recursos eficientemente, exigindo, portanto, a intervenção do Estado. Nos casos onde o custo fixo é muito alto em relação ao custo variável — como no caso de pontes, de estradas, dos sistemas de água e esgoto e de outros setores que constituem a infra-estrutura urbana — a produção destes bens ou serviços fica sujeita a uma curva de custos decrescentes, gerando um monopólio natural. Nestes casos, somente o

---

<sup>25</sup> O. A. Davis e A. Whinston, *Economic Problems of Urban Renewal*, em E. S. Phelps (org.), *Private Wants and Public Needs* (New York: W. W. Norton, 1965).

<sup>26</sup> K. R. Cox, *Conflict, Power and Politics in the City: A Geographic View* (New York: McGraw-Hill, 1973); W. Isard et alii, *General Theory: Social, Political and Regional* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1969), p. 400-402, e Harvey, *op. cit.* p. 73-74.

<sup>27</sup> Anthony Downs, *Uncompensated Nonconstruction Costs which Highways and Urban Renewal Impose Upon Residential Households*, em J. Margolis (org.) *The Analysis of Public Output* (New York: Columbia University Press, 1970), p. 69-70.

Estado ou uma empresa privada sob controle estatal pode fornecer eficientemente estes serviços.

Os outros casos em que o Estado tem que intervir no mercado para assegurar uma alocação eficiente de recursos são os dos “bens de mérito” e aqueles onde o produto é indivisível. Um bem de mérito é aquele que pode ser fornecido no mercado como educação e saúde, cujo maior consumo o Estado quer estimular porque ele gera benefícios sociais para a coletividade. Saúde pública é um caso de um bem de mérito que é indivisível no sentido em que todos os membros da coletividade podem receber os benefícios do programa quer paguem ou não.

### 3 — CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A importância crescente do Estado na economia urbana quanto ao fornecimento destes bens e serviços tem gerado interesse na literatura teórica. Nos trabalhos que seguem mais uma linha liberal costuma ser destacada a mensuração dos custos e benefícios das ações do Estado, especialmente quanto à equidade de sua distribuição interpessoal, enquanto os da linha radical tentam mostrar esta importância do setor público como mais uma contradição do sistema capitalista. Castells<sup>28</sup>, por exemplo, constata como uma “contradição fundamental no capitalismo avançado o fato de que os meios coletivos de consumo (na base da organização das cidades) são, de um lado, requeridos pelo capital para uma reprodução adequada da força de trabalho e exigidos pelas massas populares, e, de outro lado, são geralmente não rentáveis numa produção capitalista”. Como foi colocado acima, existiria esta contradição por causa das imperfeições no mercado em virtude das externalidades e indivisibilidade que não permitem a produção eficiente destes bens e serviços no mercado. Por isso, o Estado tem que intervir, e esta intervenção traz implicações extremamente importante para o mercado do solo urbano e a distribuição interpessoal dos benefícios e custos destas intervenções.

Embora toda esta produção levada a cabo pelo Estado na forma de infra-estrutura e serviços públicos seja sumamente importante na constituição da estrutura interna da cidade, ela não aparece ou aparece de uma maneira muito marginal na teoria neoclássica de uso do solo, que normalmente trata apenas da alocação de recursos dentro do mercado. A distribuição dos benefícios proveniente das ações do Estado não depende somente da demanda efetiva (ou poder aquisitivo), mas também do poder político dos diferentes grupos, ou seja, de sua capacidade de influenciar as decisões públicas. Normalmente há alta inter-

---

<sup>28</sup> Manuel Castells, *Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas*, em Nicos Poulantzas (org.), *O Estado em Crise* (Rio de Janeiro: Graal, 1977), p. 160.

correlação entre o poder econômico e o poder político, tanto que o rendimento é um bom *proxy* para o poder político no sistema urbano. Em outras palavras, os grupos que têm rendimento mais alto, normalmente também detêm maior poder político.

Por isso, a *segregação residencial, segundo grupos de rendimento, gerada pelas forças do mercado em uma época tem implicações para a distribuição dos benefícios líquidos das intervenções do Estado no período seguinte a elas, e, assim sendo, sobre a segregação residencial que deverá ocorrer posteriormente*. Isso equivale a dizer que o modelo da estrutura urbana que inclui o Estado não deve ser um modelo estático, como o é na teoria neoclássica. De fato, a inclusão do Estado no modelo normalmente leva à substituição do modelo estático por modelos dinâmicos que consideram a durabilidade da infra-estrutura urbana e o impacto da concentração da população segundo grupos de rendimento sobre a alocação de recursos públicos<sup>29</sup>.

Existem, contudo, várias estratégias para tornar as políticas de investimentos públicos menos regressivas, no caso de haver esta intenção. Uma das mais óbvias seria a tentativa de localizar maior número de projetos de melhoramentos em bairros constituídos caracteristicamente de grupos de baixo rendimento. Uma vez que esta estratégia reduziria os diferenciais dentro da área urbana com respeito ao acesso à infra-estrutura, ela teria a tendência de diminuir a renda diferencial da terra. Ou seja, se todo o espaço urbano fosse igualmente acessível à infra-estrutura, ao emprego, etc., não existiria renda diferencial. O problema é que existem enormes demandas não atendidas por este acesso. E também, como foi assinalado acima, a redução do preço do serviço pode provocar um aumento mais do que proporcional no consumo do "bem" (neste caso, acesso). Assim sendo, seria difícil reduzir a renda diferencial através da homogeneização do espaço urbano sem que houvesse grandes investimentos em infra-estrutura.

Embora isso não fosse evitar completamente o problema da capitalização do valor destes investimentos no preço da terra e a subsequente expulsão das famílias de baixo rendimento, pelo menos iria produzir uma distribuição mais progressiva desta capitalização. Por exemplo, um aumento dos investimentos públicos em uma área periférica como Campo Grande provavelmente seria, em grande parte, apropriado pelos proprietários dos grupos de rendimento mais alto dessa área, mas estes proprietários não pertenceriam a grupos de rendimento tão alto como no caso da Zona Sul. Cumpre lembrar que os incorporadores vão captar uma parcela relativamente grande desta valorização em qualquer lugar dentro da cidade.

---

<sup>29</sup> Vetter e Massena, *op. cit.*

Grimes<sup>30</sup> cita três estratégias para se apropriar de uma parcela ou de toda esta valorização que o Estado cria através de seus investimentos:

- 1) nacionalização da terra;
- 2) aquisição da terra pelo Estado antes da instalação dos melhoramentos;
- 3) impostos ou outros mecanismos fiscais.

A nacionalização da terra, seja com ou sem compensação, é normalmente impossível em países capitalistas, embora tenha sido uma questão muito polêmica nos Estados Unidos do século passado. Ao invés de uma nacionalização direta, nos países desenvolvidos vem ocorrendo uma redefinição do direito de propriedade da terra, através de medidas como o zoneamento, a diferenciação entre o direito de propriedade da terra e o de construir e, como vamos ver posteriormente, a cobrança de impostos sobre lucros imobiliários, contribuição de melhoria, etc. No Brasil a quase inexistência de legislação urbana faz com que os proprietários da terra se apropriem da maior parte dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado.

A segunda estratégia, aquisição da terra antes da instalação da infra-estrutura, permite a internalização do valor destes investimentos pelo Estado através do aluguel ou venda da terra valorizada depois de efetuados os investimentos públicos. Ela também possibilitaria a localização de conjuntos habitacionais para famílias de baixo rendimento nestas áreas desapropriadas, permitindo-lhes, dessa maneira, receber aqueles benefícios. Este último esquema requer um controle rígido sobre as revendas, a fim de se evitar que estas sejam realizadas com base no valor do mercado (decorrente dos investimentos). Tal fato acarretaria a exclusão da população de baixo rendimento, ainda que pudesse beneficiar monetariamente as famílias que se retirassem.

Entidades públicas como o INPS vinham estocando terras há muitos anos, e muitos dos conjuntos habitacionais das COHAB's foram construídos nessas terras. O BNH está financiando a compra de terras e o projeto CURA visa à internalização dos custos dos investimentos em infra-estrutura. Contudo, através deste tipo de atuação, o Estado normalmente não consegue controlar o aumento do preço da terra no mercado. Como mostraram Smith e Carr<sup>31</sup>, estes estoques (ou seja, bancos de solo) dificilmente conduzem a redução do preço do solo urbano, e podem até provocar um aumento dos preços durante a fase de estocagem, uma vez que provoca um aumento da demanda. Eles citam somente uma exceção a esta lei: o caso de o Estado utilizar o estoque como uma arma

---

<sup>30</sup> Grimes, *op. cit.*

<sup>31</sup> J. Carr e L. B. Smith, Public Land Banking and the Price of Land, in *Land Economics* (November, 1975), vol. 51, n.º 4.

contra a atuação de um monopólio ou oligopólios no mercado do solo. Porém é difícil imaginar este tipo de atuação no Brasil, onde o Estado geralmente atua em favor destes monopólios. Em resumo, através destes estoques de terra, o Estado normalmente não consegue controlar o aumento do preço da terra no mercado, mas torna-se um especulador social, internalizando os benefícios de seus investimentos.

O terceiro conjunto de estratégias acha-se relacionado com diferentes mecanismos fiscais que poderiam ser utilizados para a apropriação de uma parcela da valorização da terra provocada pelos investimentos do Estado<sup>32</sup>. Conquanto a contribuição de melhoria esteja prevista na Constituição Brasileira, tem sido pouco utilizada, principalmente porque é difícil administrá-la e porque há muita reação contra sua cobrança, especialmente por parte dos incorporadores — provavelmente o mais importante segmento dentro do grupo de proprietários — em virtude de suas ligações com o capital.

Uma outra solução, que também poderia ter sido discutida como parte da primeira estratégia, seria a separação do direito de propriedade da terra do direito de nela construir mediante um programa de solo criado. Normalmente o Estado exigiria uma compensação para o direito de construir, na forma de outras terras ou fornecimento de serviços públicos. Ou seja, pelo menos na forma proposta no Brasil, o solo criado parece uma espécie de contribuição de melhoria<sup>33</sup>. Obviamente, a implantação desta contribuição ou solo criado coloca a necessidade de uma burocracia honesta e eficiente. Dado que a administração do imposto territorial, que exige muito menos capacidade administrativa, é muito pouco eficientemente exercitada, seria demais esperar uma rápida implantação destes sistemas administrativos, com a possível exceção de São Paulo, nos municípios do Brasil.

Talvez um imposto direto sobre o lucro imobiliário (um imposto sobre *capital gains*) fosse mais eficaz na apropriação de uma parcela do valor criado pelo Estado através de seus investimentos<sup>34</sup>. Mas ele tem a desvantagem de ser cobrado somente quando a propriedade é vendida e por isso ocasiona também uma redução da rotatividade da venda de imóveis no mercado.

Todos estes programas e estratégias devem ser vistos como componentes de uma política de desenvolvimento urbano e não como panacéias para os problemas urbanos. Concordamos plenamente, por exemplo, com o argumento de Varsano de que “a administração fazendária pode utilizar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como instru-

---

<sup>32</sup> L. F. Grimes, Jr. *Urban Land Taxes and Land Planning*, in *Finance and Development*, vol. 12 (March 1975).

<sup>33</sup> Cândido Malta Campos Filho, *Tributação e Solo Criado*. Trabalho apresentado no Primeiro Simpósio sobre Pesquisas Urbanas, Brasília, 1977.

<sup>34</sup> D. G. Hagman e D. J. Misczynski, *Windfalls and Wipeouts: Land Value Capture and Compensation* (Chicago: American South of Planning Officials, 1977).

mento de política urbana. É necessário, no entanto, que não se exagere a capacidade que o IPTU tem de cumprir essa função. Ele deve ser considerado apenas um instrumento auxiliar a ser utilizado cuidadosa e parcimoniosamente, em paralelo a outros instrumentos da política urbana”<sup>85</sup>. O aumento do imposto territorial sem o desenvolvimento dos mecanismos de controle do uso do solo, por exemplo, poderia produzir uma alocação espacial de recursos menos eficientes, porque eliminaria as áreas vazias que agora servem para a implantação de novas atividades.

Embora não haja dúvida de que existem maneiras de se aumentar a equidade dos investimentos em infra-estrutura, temos dúvida sobre a possibilidade de se implementar estas medidas que reduziriam a apropriação destes benefícios pelos proprietários pertencentes aos grupos de alto rendimento e, especialmente, pelos incorporadores. A pressão destes grupos mais privilegiados provavelmente continuaria sendo alta e efetiva. Enfim, não se pode esperar que a política de investimentos públicos sejam mais equitativa do que a sociedade em que ela foi desenvolvida.

---

<sup>85</sup> Ricardo Varsano, “O imposto predial e territorial urbano: receita, equidade e adequação aos municípios”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 7 (dezembro, 1977), p. 621.

# A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO\*

Sara Zulema Poggio\*\*

## SUMÁRIO

1. *Introdução*
2. *A mulher na força de trabalho*
3. *A mulher brasileira na força de trabalho*
  - 3.1. *Análise da participação feminina na força de trabalho — evolução das taxas de participação*
4. *A mulher brasileira na atualidade*
  - 4.1. *Na força de trabalho*
  - 4.2. *Mulheres fora da força de trabalho — análise do grupo dedicado a afazeres domésticos*
  - 4.3. *Sexo e estado conjugal*
  - 4.4. *Nível de escolaridade das mulheres economicamente ativas e não ativas*
    - 4.4.1. *Força de trabalho e alfabetização*
  - 4.5. *Participação feminina na força de trabalho e salários*

## 1 — INTRODUÇÃO

A necessidade de incluir na coletânea sobre Problemas Sócio-Econômicos Brasileiros na Década de 1970 um capítulo dedicado à mulher, basicamente no que se refere à sua participação na força de trabalho,

---

\* Colaboraram na revisão técnica e coordenação as sociólogas Rosa Maria Ribeiro da Silva, Maria d'Ajuda Almeida e Silva e Lilibeth Maria Cardoso.

\*\* A autora agradece aos técnicos de estatística Juarez de Castro Oliveira e Maria Alice Tavares Lopes da Costa; à estagiária de sociologia Gulomar de Martini Pons; aos datilógrafos Augustinho Rocha, Ilma Amélia Menezes, Irene Dolores dos Santos, Lúcia Maria Maçol Silva e Mário Couto Carreiro.

nos parece evidente. É impossível abordar os aspectos sócio-econômicos da década sem considerar o papel desempenhado pela participação feminina na força de trabalho e as condições específicas em que esta se dá.

Por outro lado, as mudanças na estrutura econômica vão se refletir notoriamente na posição das mulheres que, junto com outros subgrupos sociais (migrantes, velhos, etc.), estão em situação de desvantagem na sociedade e, em especial, no mercado de trabalho. Esta situação é não apenas objeto de preocupação teórica como também vem chamando a atenção de organizações internacionais e nacionais.

Com respeito às organizações internacionais, a partir dos anos 70, renovou-se o interesse pelo estudo dos múltiplos aspectos relacionados à condição feminina, multiplicando-se estudos e investigações sob o patrocínio das Nações Unidas que declararam 1975 o “Ano Internacional da Mulher”. O período 1976-85 é, por sua vez, designado “Decênio Internacional da Mulher”. Este crescimento de interesse se traduz a nível daquelas organizações a partir da inter-relação entre as diversas abordagens da condição feminina e os demais temas que constituem objeto de sua preocupação: população, emprego, oferta de mão-de-obra, oferta de alimentos e o tema mais amplo do desenvolvimento. Nesse sentido, a referência à mulher e suas condições de vida se subordina a outros objetivos: estudos sobre população, desenvolvimento, etc.

Em âmbito nacional, o estudo da situação desvantajosa, no mercado de trabalho, dos mencionados subgrupos (migrantes, mulheres, velhos) é objeto de uma pesquisa que está sendo realizada no IBGE (Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos — Departamento de Estudos da População — Divisão de Estudos da Estrutura e Mobilidade — IBGE-SUEGE-DESPO-DIESM).

No que diz respeito à situação da mulher na força de trabalho, registram-se também, a nível nacional, avanços no que se refere à quantidade e à qualidade dos estudos realizados, o que, de alguma maneira, sugere a importância de que o tema está se revestindo.

Numerosos são os aspectos a analisar quando se estuda o problema da condição feminina, entre eles a participação da mulher na força de trabalho. Neste trabalho nos propomos, em primeiro lugar, examinar as relações existentes entre industrialização e participação feminina na produção. Ao tratar especificamente da evolução da participação econômica da mulher brasileira investigaremos as características dessa participação.

A educação da mulher será analisada através da história, detendo-nos não só em seus aspectos quantitativos como também nas concepções educacionais vigentes em cada momento. A concentração das mulheres em certas profissões consideradas “femininas” será o ponto de partida da análise dos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher.

As diferenças salariais entre homens e mulheres serão analisadas à luz das legislações internacional e nacional, fazendo uma avaliação do alcance da aplicação das mesmas no que se refere à igualdade de salários.

A comparação dos salários medianos de homens e mulheres numa mesma atividade nos permitirá verificar a nível do país e, das regiões Nordeste e Sudeste, os diferenciais existentes entre os salários recebidos pela mão-de-obra masculina e feminina em cada setor de atividade.

De outro lado, tratar-se-á de verificar qual a importância do salário feminino dentro do orçamento familiar, considerando que a mesma depende da percepção que a trabalhadora tem acerca de sua vida profissional.

A relação entre estado conjugal e participação na força de trabalho é outro dos aspectos abordados, pretendendo-se analisar as taxas diferenciais de participação na vida econômica de acordo com o estado conjugal. A maior discriminação de que é objeto a mulher casada, sobretudo a que tem filhos, será analisada em função dos fatores considerados tradicionalmente em sua marginalização no mercado de trabalho: absentismo diário, interrupção prolongada na vida profissional, etc.

Estes são, em síntese, os principais pontos enfocados no presente trabalho. Temos consciência de não haver abordado todos os aspectos que determinam a posição da mulher na força de trabalho. De qualquer modo, foi necessário optar por aqueles aspectos que se nos apresentavam como os mais importantes. Tampouco ignoramos que alguns dos pontos tratados deveriam ter sido objeto de análises mais detalhadas, porém, por razões técnicas e falta de dados, foi impossível realizá-lo. Por outro lado, a limitação aos dados secundários dificulta a percepção de determinados níveis da problemática estudada. No entanto, apesar dos limites deste trabalho, esperamos que o mesmo contribua, ainda que com um mínimo, para o maior conhecimento da situação da mulher trabalhadora brasileira. Se este objetivo for alcançado, justifica-se, em nosso entender, a inclusão do mesmo na presente coletânea.

## **2 — A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO**

Da análise dos diversos trabalhos realizados sobre o tema, participação feminina na força de trabalho, conclui-se que a incorporação da mulher na produção não é um fato relativamente recente, como parecem sugerir certas interpretações que tendem a identificar a “modernização”, produto dos processos de industrialização e urbanização, com a entrada da mulher na força de trabalho.

Esta concepção identifica a modernização dos valores da vida urbano-industrial com fatores que possibilitam a maior participação das mulheres na produção. Tal identificação se origina em uma interpreta-

ção errônea do processo, ocorrendo uma primeira confusão no que diz respeito à participação feminina na vida econômica e ao desempenho de tarefas produtivas fora do lar.

Em períodos anteriores ao início do processo de industrialização, a participação feminina na força de trabalho era elevada. O fato de a mulher trabalhar no seio da própria família permitia que ela atendessem simultaneamente ao trabalho produtivo e às tarefas do lar.

Assinala Saffiotti (1) que “enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental”, seja ocupadas no campo, no comércio ou na indústria artesanal.

Nas sociedades pré-capitalistas a mulher tinha um papel econômico relevante, não ocorrendo o mesmo com sua condição jurídica familiar. Seu afastamento da produção começa a se insinuar na economia feudal e na economia do burgo que preparam o advento da sociedade industrial, começando a se manifestar o fenômeno de marginalização das mulheres a partir das sérias dificuldades colocadas para o ingresso das mesmas nas corporações de ofício.

Assim, o capitalismo encontra a mulher em uma situação de progressiva marginalização econômica. “No processo de industrialização inaugurado pelo modo de produção capitalista a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e portanto da ordem social que a gerava; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente excluída das funções produtivas (2).

Um fator que pode contribuir para o estabelecimento de uma falsa relação entre industrialização e crescimento da participação feminina na força de trabalho é a necessária separação entre casa e trabalho produzida pela industrialização em grande escala. Esta separação evidencia a existência do trabalho feminino que, apesar de ser fundamental nas economias agrárias, não era visto como tal, ao não exigir o afastamento da mulher trabalhadora de seu lar.

Embora o processo de industrialização não tenha sido acompanhado de um aumento da participação feminina na força de trabalho, registrando-se inclusive uma diminuição dessas taxas, resultado da incapacidade do sistema produtivo de absorver a mão-de-obra excedente da agricultura, a concentração espacial dos trabalhadores e a contemporaneidade do trabalho, condições do trabalho social, determinam uma mudança qualitativa na forma como se processa essa participação. No caso das mulheres, a realização do trabalho produtivo diferenciado, no tempo e no espaço, das tarefas tradicionais de dona de casa significa uma transformação que, ao colocar em evidência a contradição exis-

tenté entre os papéis “tradicionais” e as necessidades da produção, requer a modernização de certos valores que devem se ajustar às novas condições. Liliana Ritz (3) aponta dois mitos da feminilidade, um, o tradicional, exalta a debilidade e a fragilidade da mulher frente ao homem, o outro, o “moderno”, insiste na imagem da mulher segura, independente e ativa. De acordo com a imagem tradicional, o sexo feminino determina um destino confinado à esfera do doméstico, a imagem moderna amplia esse destino para a esfera do trabalho remunerado, apesar de não estendê-lo a todas as mulheres. Observando que as principais beneficiárias do mito da modernidade são as mulheres dos estratos médios urbanos, salienta Ritz que estas podem ampliar a esfera de suas atividades apoiadas pela existência de um importante setor de serviços domésticos.

Percebe-se, então, que o mito do “moderno” constitui o complemento do “tradicional” na medida em que enfatiza a desigualdade entre as mulheres dos estratos altos e médios e dos estratos populares.

Conclui-se que, apesar da participação da mulher na força de trabalho não aumentar com a industrialização, ocorre uma mudança qualitativa na forma como ela se dá. Essa mudança é resultado da concentração do trabalho industrial, que torna necessária a modificação aparente de determinados valores sociais para poder conciliar os papéis tradicionalmente desempenhados pelas mulheres com as necessidades da produção.

Considerando que a análise do grau de participação alcançado pela mulher nos distintos momentos da história constitui o objetivo maior deste trabalho, dedicaremos boa parte do mesmo ao estudo comparativo das taxas de participação feminina em cada uma das etapas histórico-econômicas da sociedade brasileira, sem deixar de constatar que este aspecto, o grau de participação na produção, constitui apenas um dos fatores que contribuem para a análise da condição feminina. Por um lado, é necessário avançar mais nessa direção e perguntar-se sobre o caráter dessa participação em cada um dos momentos histórico-concretos e, por outro, em que medida esse contingente humano ora utilizado ora desperdiçado é alvo de uma discriminação que transcende o mero fato de participar ou não do trabalho produtivo.

No que se refere ao primeiro ponto, a participação da mulher na economia das sociedades pré-capitalistas, embora relevante, não foi acompanhada de uma participação social e jurídica capaz de assegurar uma situação de igualdade entre homens e mulheres. Sua participação na produção era um prolongamento de seus deveres para com o homem. Não se pode ver no trabalho em abstrato uma valorização da mulher, ao mesmo tempo que maior participação econômica não significava necessariamente sua maior valorização.

Com relação ao segundo dos aspectos assinalados, a subvalorização da mulher a nível econômico e social é consequência e não causa de

sua inferiorização total diante do sexo oposto. As origens dessa desigualdade devem ser buscadas na divisão sexual do trabalho que ocorre com a passagem da família matriarcal para a patriarcal. A passagem de uma a outra se deu, paulatinamente, na medida em que as necessidades de alimentação levaram o homem a abandonar o lar para dedicar-se ao cultivo do solo e à criação de animais. A evolução das técnicas o levaram a passar da enxada ao arado e da simples domesticação de animais ao pastoreio.

Nesta nova ordem econômica o trabalho do homem adquire superioridade sobre o da mulher, já que esta não pode, por suas múltiplas tarefas, afastar-se muito da casa, nem dedicar-se ao trabalho agrícola e pastoril com a mesma intensidade e assiduidade que o homem, devido aos períodos freqüentes de gravidez. Por outro lado, a criação de animais domésticos em manadas passa de meio de subsistência à propriedade privada, o mesmo ocorrendo com os instrumentos de trabalho e a terra. Nesse momento surge a hostilidade em relação ao regime de herança por via materna que excluía do patrimônio familiar os filhos do proprietário. Uma nova regulamentação da herança por via paterna leva o homem a ser o centro da família, pois os direitos, honras e bens se transmitem aos filhos por essa via, ficando abolidos os direitos maternos.

A diferenciação sexual do trabalho delegou às mulheres a responsabilidade da reprodução social, entendida como reprodução do mundo humano, deixando para os homens a reprodução material, ou seja, do aparelho produtivo (4).

Esta situação determinaria, segundo Graciarena, a existência de tipos humanos bem adaptados à diversidade de funções e atividades peculiares a cada uma das ordens da vida social. Estas “diferenças caracterológicas” entre os sexos são produto da especialização das tarefas próprias de cada cultura. Assim, a desigualdade social provém de uma diferenciação social encoberta pelas mais diversas racionalizações onde a ideologia prima sobre todas as coisas.

É a natureza desse fato social, a divisão sexual do trabalho, que dá lugar aos mitos sobre “o feminino” em suas versões “tradicional” e “moderna”, assim como às interpretações acerca de quais as tarefas próprias das mulheres e quais seus principais deveres e funções.

Observamos, então, que o problema da condição feminina é muito mais complexo, ultrapassando os limites da própria análise da participação da mulher na economia. As representações coletivas acerca do âmbito de ação da mulher variam de acordo com as diversas mudanças a nível de conjuntura econômica, assim, a história nos mostra, por exemplo, que as mulheres são chamadas a contribuir maciçamente nas economias de guerra, e que, uma vez superado o conflito, voltam a ser confinadas ao papel de simples reprodutoras da espécie. Por outro

lado, a articulação da participação feminina no sistema produtivo com os demais níveis de participação, familiar, social, política, etc., são os verdadeiros indicadores do grau de integração da mulher na sociedade.

### **3 — A MULHER BRASILEIRA NA FORÇA DE TRABALHO**

#### **3.1 — Análise da Participação Feminina na Força de Trabalho — Evolução das Taxas de Participação**

Nesta parte do trabalho discutiremos as considerações enunciadas no item anterior sobre as influências do processo de industrialização na evolução da participação da mulher brasileira na força de trabalho.

Nestes termos analisaremos a participação da mulher nos distintos momentos que caracterizaram a economia brasileira.

A bibliografia consultada sobre o tema assinala que as possibilidades de integração feminina na produção diminuem à medida que avança o processo de industrialização, observando-se, por essa razão, no Brasil, uma redução das taxas de participação feminina na força de trabalho. Singer e Madeira explicam tal redução em face da influência das inovações na tecnologia e das mudanças produzidas pela industrialização que implicariam uma modificação da divisão social de trabalho: “O desenvolvimento econômico pode ser entendido também como um movimento em direção a ocupações cada vez mais especializadas, fora do âmbito doméstico” (5). Assim, as possibilidades de integração da mulher na força de trabalho se relacionam com a capacidade do sistema econômico de lhes permitir a conciliação entre tarefas produtivas e improdutivas, ou seja, a atenção às tarefas domésticas ou do lar.

Singer e Madeira, no trabalho citado, analisam a evolução da força de trabalho feminina no Brasil de 1920 a 1970. Estes autores partem do pressuposto de que num país em desenvolvimento a participação da mulher no mercado de trabalho passaria por três etapas. Na primeira, estágio inicial da industrialização, devido ao elevado número de pessoas que trabalham na agricultura e pelo fato de a manufatura estar limitada a esfera doméstica, encontra-se um elevado nível de participação feminina na força de trabalho. No segundo momento o desenvolvimento do processo de industrialização, obrigando um número considerável de pessoas a se deslocarem da economia doméstica e a ocorrência das migrações do campo para a cidade, teria como resultado uma queda da participação da mulher na produção. Na terceira etapa, quando o processo de desenvolvimento estaria bem avançado, registrar-se-ia um aumento considerável do emprego feminino, porém como consequência da absorção dessa mão-de-obra por parte do setor terciário, que já vinha se desenvolvendo consideravelmente a partir do segundo momento ou estágio do processo de desenvolvimento.

A evolução das taxas de participação feminina na força de trabalho brasileira segue o modelo exposto por aqueles autores. Não obstante as dificuldades que se apresentam na análise de tal participação, os dados utilizados por Saffioti, (6) Blay, (7) Singer e Madeira permitem constatar a redução, em termos relativos, da participação feminina na produção.

No Brasil, quando do período agroexportador, a mulher teria tido uma participação bastante elevada. Segundo dados de 1900, citados por Saffioti (8), a participação feminina em atividades econômicas era da ordem de 45,30%. Desse total, 52,60% se dedicavam a serviços domésticos, 24,60% à agricultura, 14,20% às artes e ofícios, participando apenas 4,20% nas indústrias manufatureiras e 4,40% no comércio e outras atividades. Nas atividades secundárias as mulheres representavam 91,30% do total de mão-de-obra empregada. O predomínio das mulheres nas atividades secundárias é explicado por esta autora pela existência quase que exclusiva de manufaturas de tecidos. De outro lado, boa parte da mão-de-obra feminina na agricultura foi desviada para os setores de serviços domésticos e de artes e ofícios.

Em 1920 já não existe essa paridade entre mão-de-obra feminina e masculina, a participação da mulher na força de trabalho decresce a 15,30%. O crescimento industrial dos anos 30 irá acentuando a queda da percentagem de mulheres empregadas na indústria.

Em 1940 a taxa de participação feminina na força de trabalho é de 15,90%, reduzindo-se a participação na agricultura que, pelas mudanças que sofreu a estrutura agrícola, substituiu pessoal feminino por masculino. Diminui também o ingresso de mulheres na indústria a partir da substituição dos métodos artesanais pelos fabris e da transformação da estrutura industrial que privilegia a indústria de bens intermediários<sup>1</sup> e de capital em detrimento das indústrias tradicionais que ocupam grande quantidade de mão-de-obra feminina.

Em 1950 registra-se ainda uma queda na taxa de participação global da mulher nas atividades econômicas, 14,70%, diminuindo também sua participação em atividades industriais. Observa-se, por outro lado, um aumento desta participação no setor terciário, 32,20%. No entanto, é necessário mencionar que apenas 10,00% da população feminina de 10 anos e mais realizava atividades extradomésticas.

Já em 1960 as mulheres representavam 17,90% do total da mão-de-obra efetiva da nação. Este aumento, porém, não se produz pelo incremento do emprego urbano, caindo, inclusive, a participação feminina no terciário. É o deslocamento de mão-de-obra masculina da agricultura para as atividades urbanas que dá lugar a um crescimento da participação feminina no setor primário substituindo o homem.

---

<sup>1</sup> Estas indústrias utilizam preferencialmente mão-de-obra masculina.

O Censo de 1970 (tabela 1) revela uma participação feminina na população economicamente ativa de 20,86%. A participação no setor primário é de 9,61%, elevando-se a 24,70% na categoria dos sem remuneração. No secundário a mulher representa 12,01% da força de trabalho do setor. No terciário as mulheres participam com 38,24% da força de trabalho.

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE  
BRASIL — 1970

SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		
	Total	Participação feminina	
		Números absolutos	% sobre o total
Primário.....	13.090.358	1.257.659	9,61
Secundário.....	5.295.427	635.892	12,01
Terciário.....	11.171.439	4.271.896	38,24
Total.....	29.557.224	6.165.447	20,86

FONTE: IBGE — Censo Demográfico 1970 — Brasil.

Em 1973, segundo os dados da PNAD (tabela 2), a participação feminina no setor primário é de 25,23%. Esta cifra, nitidamente maior, se deve, em parte, aos critérios utilizados pela PNAD na determinação da ocupação principal, diferentes dos critérios usados pelo Censo<sup>2</sup>. Isto significa que, em 1973, um quarto da mão-de-obra ocupada no setor primário era composto por mulheres. Esta participação diminui para 16,55% se considerarmos apenas a Região Sudeste, aumentando para 28,06% no Nordeste. Este fato se explica em virtude do tipo de atividade econômica predominante em uma e outra região.

<sup>2</sup> Tanto no Censo Demográfico quanto na PNAD as mulheres dedicadas aos afazeres domésticos são consideradas fora da força de trabalho. A questão se coloca então na forma de classificar as pessoas quanto a essas atividades. A PNAD considera como dedicadas aos afazeres domésticos as pessoas que *somente* se ocupam dos cuidados da casa onde moram, enquanto o Censo deixa a critério do entrevistado a determinação de sua ocupação principal. Essa possibilidade dá lugar a uma subestimação da força de trabalho feminina quando as mulheres se dedicam simultaneamente a atividades domésticas e atividades produtivas não claramente definíveis, o que ocorre sobretudo no campo.

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS,  
SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADES  
BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

SETOR DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS (Total)			
	Total		Mulheres	
	Números absolutos	Números relativos (%)	Números absolutos	Números relativos (%)
<b>BRASIL</b>				
Primário.....	15.183.136	100	3.830.933	25,23
Secundário.....	7.251.787	100	1.285.735	17,23
Terciário.....	14.347.329	100	6.173.182	43,03
Total.....	36.782.252	100	11.289.850	21,32
<b>NORDESTE</b>				
Primário.....	6.879.146	100	1.930.118	28,06
Secundário.....	1.548.491	100	423.692	27,36
Terciário.....	3.227.022	100	1.503.401	46,59
Total.....	11.654.659	100	3.857.209	33,10
<b>SUDESTE</b>				
Primário.....	3.942.652	100	652.545	16,55
Secundário.....	4.174.587	100	653.345	15,65
Terciário.....	7.757.821	100	3.213.984	41,43
Total.....	15.875.070	100	4.519.874	28,47

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

Nas atividades de extração mineral a participação feminina é reduzida, 3,37% para o Brasil como um todo, encontrando-se na Região Nordeste uma taxa de participação mais elevada, aproximadamente o dobro da primeira (tabela 3).

No secundário a mão-de-obra feminina (tabela 4) constitui 24,90% do pessoal ocupado na indústria de transformação. Na Região Nordeste, onde o processo de industrialização ainda não atingiu um estágio de desenvolvimento tão avançado quanto o de outras regiões do país, a participação da mulher naquela atividade é de 40,84%.

Os dados da Região Sudeste revelam uma participação feminina na indústria de transformação da ordem de 21,11%, confirmando as observações feitas anteriormente sobre as influências do processo de industrialização na participação feminina na produção.

TABELA 3

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NO  
SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO A CLASSE DE ATIVIDADE  
BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

SETOR E CLASSES DE ATIVIDADES	PESSOAS OCUPADAS (Setor primário)		
	Total	Mulheres	
		Números absolutos	% sobre o total
BRASIL			
Primário.....	15.183.136	3.830.933	25,23
Atividades Agrícolas.....	14.997.924	3.824.690	25,50
Extração Mineral.....	185.212	6.243	3,37
NORDESTE			
Primário.....	6.879.146	1.930.118	28,06
Atividades Agrícolas.....	6.822.834	1.926.489	28,24
Extração Mineral.....	56.312	3.629	6,44
SUDESTE			
Primário.....	3.942.652	652.545	16,55
Atividades Agrícolas.....	3.857.607	651.325	16,88
Extração Mineral.....	85.045	1.220	1,43

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

No setor terciário, 43,03% da mão-de-obra são constituídos por mulheres (tabela 5). Analisando a participação feminina neste setor, vemos que as mulheres representam a quarta parte do pessoal ocupado em comércio de mercadorias no Brasil e nas duas regiões consideradas. Em prestação de serviços as mulheres constituem 66,05% da mão-de-obra, sendo esta proporção mais elevada no Nordeste, 70,68%, e ligeiramente inferior no Sudeste.

As mulheres também constituem maioria nas atividades de serviço social — 69,30% para o Brasil, 72,55 no Nordeste e 66,84% no Sudeste.

A mão-de-obra ocupada na administração pública é constituída por 16,8% de mulheres quando consideramos os dados do país; na Região Nordeste esse percentual é um pouco mais elevado, 20,46%, enquanto no Sudeste é mais reduzido, 15,75%.

A análise feita por Blay (9), da distribuição da população economicamente ativa por setor de atividade, entre 1940 e 1970, mostra que no setor primário a proporção de trabalhadoras diminui de forma crescente

**TABELA 4**

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NO  
SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO A CLASSE DE ATIVIDADE  
BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973**

SETOR E CLASSES DE ATIVIDADES	PESSOAS OCUPADAS (Setor secundário)		
	Total	Mulheres	
		Números absolutos	% sobre o total
<b>BRASIL</b>			
Secundário.....	7.251.787	1.285.735	17,73
Indústria de Transformação.....	5.009.837	1.247.212	24,90
Indústria de Construção.....	2.015.545	22.156	1,10
Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	226.375	16.367	7,20
<b>NORDESTE</b>			
Secundário.....	1.548.491	423.692	27,36
Indústria de Transformação.....	1.009.198	412.204	40,84
Indústria de Construção.....	466.037	5.218	1,12
Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	73.256	6.270	8,56
<b>SUDESTE</b>			
Secundário.....	4.174.587	653.345	15,65
Indústria de Transformação.....	3.002.030	633.822	21,11
Indústria de Construção.....	1.359.146	12.151	1,15
Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	113.411	7.372	6,50

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

(46,8% em 1940 a 20,40% em 1970), já no secundário essa proporção se eleva no período de 40 a 50, reduzindo-se em 1960 e mais ainda em 1970. É o setor terciário que cresce no período considerado, de 42,60% a 68,00% — ocupando a mão-de-obra feminina que se transfere de outros setores.

Concluimos, então, com esta autora que não é o processo de industrialização em si que amplia a participação das mulheres na economia e sim o fato de que, ao diversificar a estrutura econômica, transfere a presença do trabalho feminino para áreas não ocupadas. Analisa ainda a mesma autora a distribuição, por setores de atividade, da força de trabalho feminina nas regiões geoeconômicas brasileiras. A taxa de atividade mais elevada registra-se em São Paulo (26,50%) (10), onde predominam as atividades no setor terciário.

TABELA 5

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NO  
SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO A CLASSE DE ATIVIDADE  
BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973**

SETOR E CLASSES DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS (Setor Terciário)		
	Total	Mulheres	
		Números absolutos	% sobre o total
<b>BRASIL</b>			
Terciário.....	14.347.329	6.173.182	43,03
Comércio de Mercadorias.....	3.316.519	796.158	24,01
Prestação de Serviços.....	5.095.788	3.365.848	66,05
Transporte, Comunicação e Arma- zenagem.....	1.507.037	86.673	5,75
Profissão Liberal.....	407.600	129.623	31,80
Serviço Social.....	1.941.404	1.345.345	69,30
Administração Pública.....	1.269.560	214.065	16,86
Outras.....	809.421	235.470	29,10
<b>NORDESTE</b>			
Terciário.....	3.227.022	1.503.401	46,59
Comércio de Mercadorias.....	868.576	224.500	25,85
Prestação de Serviços.....	1.156.034	817.105	70,68
Transporte, Comunicação e Arma- zanagem.....	301.536	11.353	3,76
Profissão Liberal.....	46.195	23.177	50,17
Serviço Social.....	451.827	327.792	72,55
Administração Pública.....	266.891	54.619	20,46
Outras.....	135.963	44.855	32,99
<b>SUDESTE</b>			
Terciário.....	7.757.821	3.213.984	41,43
Comércio de Mercadorias.....	1.669.876	372.427	22,30
Prestação de Serviços.....	2.804.243	1.808.916	64,51
Transporte, Comunicação e Arma- zanagem.....	874.843	54.655	6,25
Profissão Liberal.....	258.614	74.449	28,79
Serviço Social.....	990.594	662.110	66,84
Administração Pública.....	662.914	104.407	15,75
Outras.....	496.737	137.020	27,58

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

As taxas de atividade feminina, calculadas pela PNAD, mais altas para todas as regiões, o que se explica pela variação nos critérios de definição da força de trabalho, indicam maior participação feminina na força de trabalho nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (39,30%),

estados que se caracterizam precisamente por serem pouco industrializados, pois a metade de sua população está ocupada na agricultura. Conclui Eva Blay (11) que a mulher trabalha na agricultura ou na indústria quando estas são capazes de absorvê-las, transferindo-se para o setor terciário quando os outros setores não lhe oferecem alternativas de emprego.

No que se refere à redução do emprego feminino na indústria de transformação, dizem Singer e Madeira (12) que esta situação resulta da eliminação de empregos tradicionalmente femininos, vinculados às atividades fabris, exercidos no lar. Por outro lado, afirmam também que se está produzindo uma mudança qualitativa na estrutura do emprego feminino através da criação de novas oportunidades de emprego na área administrativa. Mesmo que não compensem numericamente os empregos na produção, qualitativamente implicam em novas oportunidades de melhoria do *status* econômico e social da mulher. Sobre este ponto queremos esclarecer que o problema não está somente no setor da economia no qual a mulher se emprega, ainda que nisto já possa haver alguma forma de discriminação, o que parece relevante é ver a posição que a mulher ocupa dentro do setor, isto é, se volta a reproduzir as situações de simples auxiliar do homem.

Eva Blay (13), ao analisar a estrutura do emprego feminino na indústria paulista, observou que, embora trabalhando na área de atividades industriais, a mulher qualificada exerce, de modo geral, ocupações administrativas, sendo na maioria dos casos secretária. Em São Paulo, em cada dez trabalhadoras qualificadas na indústria, oito trabalham em áreas administrativas, uma na produção e outra em serviços de saúde e assistência.

Em relação a concentração da mão-de-obra feminina no setor terciário, assinala Saffioti (14) que isto não significa nenhuma vitória para a mulher, sendo apenas um passo do trabalho manual para o não manual.

Sabendo-se que, em 1970, 38,76% das mulheres empregadas no terciário o faziam na categoria de prestação de serviços (tabela 6), não parece tão evidente, como colocam Singer e Madeira, que seja o terciário o setor que, ao multiplicar-se, dará à mulher oportunidades de trabalho “cujo caráter econômico e social é idêntico ao trabalho normalmente exercido pelo homem” (15).

Não deixamos de perceber a profunda diferença que existe entre a empregada administrativa de nossos dias e sua antepassada, produtora de manufaturados. Porém, queremos lembrar que os papéis desempenhados por uma e outra não variaram ao compasso das mudanças da estrutura econômica no que se refere a valorização e reconhecimento da mulher como pessoa, a ponto de fazer com que ela deixe de ser o “outro” como aponta Simone de Beauvoir.

**TABELA 6**

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
FEMININA, SEGUNDO AS CLASSES DE ATIVIDADE  
BRASIL — 1970**

CLASSES DE ATIVIDADE	PEA FEMININA (%)
Agricultura.....	20,40
Atividades Industriais.....	10,31
Comércio de Mercadorias.....	6,01
Prestação de Serviços.....	38,76
Transportes, Comunicação e Armazenagem.....	1,00
Atividades Sociais.....	16,02
Administração Pública.....	2,60
Outras.....	4,90
<b>TOTAL.....</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE — Censo Demográfico 1970 — Brasil.

**4 — A MULHER BRASILEIRA NA ATUALIDADE**

**4.1 — Na força de trabalho**

Em 1973 a população brasileira de 10 anos e mais era de 69.053.899 pessoas (tabela 7) das quais 35.082.170 eram mulheres. Não obstante a superioridade numérica das mulheres, elas representavam apenas 30,90% da força de trabalho, o que mostra que em 1973 a força de trabalho brasileira era constituída essencialmente de homens. Se observarmos a composição por sexo da população de 10 anos e mais fora da força de trabalho, vemos que ocorre o inverso, cerca de 75,00% da mesma era constituída por mulheres, proporção que variava para 77,00% no Nordeste e 73,00% no Sudeste.

Analisando a distribuição das pessoas de 10 anos e mais segundo sua posição em relação a força de trabalho (tabela 8), vemos que para o Brasil, em sua totalidade, a proporção de mulheres que pertenciam à força de trabalho atingia os 33,27%, no Nordeste 36,71%, diminuindo para 29,32% no Sudeste.

Se considerarmos apenas o número de mulheres ocupadas em relação ao total da força de trabalho, esses percentuais diminuem para 29,90% no Brasil como um todo, 32,39% no Nordeste e 27,58% no Sudeste (tabela 9).

Quando analisamos a distribuição de pessoas ocupadas por grupos de idade, vemos que o número de homens ocupados no grupo de 10-14 anos representa 69,31%, percentual médio de ocupação masculina para

TABELA 7

POSIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO  
A POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO  
BRASIL — 1973

POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS					
	Total		Homens		Mulheres	
	Números absolutos	Números relativos (%)	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total
Na força de trabalho.....	37.750.238	100,00	26.079.628	69,10	11.670.610	30,90
Fora da força de trabalho	31.303.661	100,00	7.892.101	25,21	23.411.560	74,79
TOTAL.....	69.053.899	100,00	33.971.729	49,20	35.082.170	50,80

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

TABELA 8

POSIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO  
A POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO  
BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS				
	Total	Homens		Mulheres	
		Números absolutos	Números relativos (%)	Números absolutos	Números relativos (%)
BRASIL					
Na força de trabalho.....	37.750.238	26.079.628	76,77	11.670.610	33,27
Fora de força de trabalho	31.303.661	7.892.101	23,23	23.411.510	66,73
TOTAL.....	69.053.899	33.971.729	100,00	35.082.170	100,00
NORDESTE					
Na força de trabalho.....	11.909.597	7.958.426	79,79	3.951.171	36,71
Fora de força de trabalho	8.827.562	2.015.948	20,21	6.811.614	63,29
TOTAL.....	20.737.159	9.974.374	100,00	10.762.785	100,00
SUDESTE					
Na força de trabalho.....	16.388.646	11.662.483	73,76	4.726.163	29,32
Fora de força de trabalho	15.541.541	4.149.645	26,24	11.391.896	70,68
TOTAL.....	31.930.187	15.812.128	100,00	16.118.059	100,00

FONTE: IBGE — PNAD, 1973 — Brasil.

TABELA 9

MULHERES OCUPADAS SEGUNDO A POSIÇÃO NA  
FORÇA DE TRABALHO

BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	MULHERES OCUPADAS					
	Brasil		Nordeste		Sudeste	
	Números absolutos	Nú- meros rela- tivos (%)	Números absolutos	% so- bre o total	Números absolutos	% so- bre o total
Mulheres Ocupadas.....	11.287.914	29,91	7.797.448	65,48	4.519.874	27,58
Total da Força de Trabalho	37.747.650	100,00	11.909.276	100,00	16.388.646	100,00

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

o país como um todo. Esta proporção, no entanto, é menor até os 24 anos, quando começará a aumentar de forma contínua até alcançar 79,85% no grupo de 70 anos e mais (tabela 10).

Com as mulheres sucede o contrário, o grupo de 10 a 24 anos tem porcentagens de ocupação maiores que a média nacional, 30,69%, observando-se, a partir dos 25 anos, um declínio constante dessas porcentagens. Evidentemente, o primeiro período mencionado, 10-24 anos, coincide com o período de vida em que a mulher é solteira e tem maiores possibilidades de participar na produção. A partir dos 25 anos é maior o número de mulheres casadas e mães, grupo que, em função de seus encargos familiares, está mais sujeito às práticas sociais discriminatórias da mulher no mercado de trabalho <sup>3</sup>.

A análise da distribuição da mão-de-obra desocupada dentro da força de trabalho mostra que 60,67% dela é constituída por homens. Este percentual é maior no grupo de 10-14 anos, decrescendo nos grupos seguintes com ligeiras oscilações até o grupo de 30-39 anos. A partir do grupo de idade 40-49 anos o percentual de desocupados aumenta progressivamente.

Entre as mulheres, que constituem 39,33% dos desocupados, essa proporção é menor no grupo de 10 a 14 anos, aumentando em seguida até mais de 40,00% nos grupos de 15-19 e 20-24 anos. A partir dos 40 anos esse percentual começa a decrescer novamente.

<sup>3</sup> Esse tema é abordado, nesta coletânea, no trabalho de CASTRO, Mary Garcia e SIMÕES Celso — Características da Família no Brasil e nas Regiões Metropolitanas.

TABELA 10

PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO, POR GRUPOS  
DE IDADE, SEGUNDO A POSIÇÃO NA FORÇA DE  
TRABALHO E O SEXO

BRASIL — 1973

SEXO E POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO (%)				
	Total	Grupos de idade (anos)			
		10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29
OCUPADOS.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Homens.....	69,31	67,30	62,29	65,78	70,02
Mulheres.....	30,69	32,70	37,71	34,22	29,98
DESOCUPADOS.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Homens.....	60,67	67,54	59,76	59,76	60,67
Mulheres.....	39,33	32,46	40,24	40,24	39,33

SEXO E POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO (%)				
	Grupos de idade (anos)				
	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e mais
OCUPADOS.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Homens.....	70,83	72,46	75,06	77,62	79,85
Mulheres.....	29,17	27,54	24,94	22,38	20,15
DESOCUPADOS.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Homens.....	53,57	62,67	74,56	81,91	90,88
Mulheres.....	46,43	37,33	25,44	18,09	9,12

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

A distribuição do pessoal ocupado segundo a faixa etária e o sexo (tabela 11) mostra que o maior número de mulheres ocupadas tem entre 15 e 19 anos, 19,41%. A partir de 20 anos esse percentual começa a diminuir, chegando a 11,90% na faixa de 25 a 29 anos, idade em que a mulher, por razões de casamento e nascimento dos filhos, mais frequentemente se afasta do mercado de trabalho. Na faixa de 30 a 39 anos o percentual de mulheres ocupadas volta a aumentar, o que corresponde a seu reingresso no mercado de trabalho. A partir de 40 anos verifica-se novamente um decréscimo no percentual de ocupação desse grupo, tendência que seguirá constante até as faixas de idade mais avançadas.

TABELA 11

**PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE,  
SEGUNDO A POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E O SEXO  
BRASIL — 1973**

SEXO E POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO					
	Total		Grupos de idade (anos completos)			
			10 a 14		15 a 19	
	Números absolutos	Números relativos (%)	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total
OCUPADOS.....	36.779.664	100,00	2.779.811	7,56	5.809.726	15,80
Homens.....	25.491.750	100,00	1.870.834	7,34	3.618.526	14,19
Mulheres.....	11.287.914	100,00	908.977	8,06	2.191.200	19,41
DESOCUPADOS.....	967.986	100,00	96.684	9,99	346.578	35,80
Homens.....	587.226	100,00	65.245	11,11	207.065	35,27
Mulheres.....	380.760	100,00	31.439	8,26	139.513	36,64

SEXO E POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO					
	Grupos de idade (anos completos)					
	20 a 24		25 a 29		30 a 39	
	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total
OCUPADOS.....	5.679.829	15,45	4.477.395	12,17	7.479.337	20,33
Homens.....	3.736.030	14,65	3.135.050	12,30	5.297.745	20,79
Mulheres.....	1.943.799	17,22	1.342.345	11,90	2.181.592	19,32
DESOCUPADOS.....	239.880	24,79	98.234	10,15	103.782	10,72
Homens.....	143.302	24,40	59.580	10,14	55.548	9,46
Mulheres.....	96.578	25,36	38.654	10,15	48.234	12,67

SEXO E POSIÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Grupos de idade (anos completos)							
	40 a 49		50 a 59		60 a 69		70 e mais	
	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total
OCUPADOS.....	5.556.347	15,10	3.158.745	8,59	1.417.504	3,85	420.970	1,15
Homens.....	4.026.262	15,80	2.370.900	9,30	1.100.295	4,32	336.108	1,32
Mulheres.....	1.530.085	13,55	787.845	6,99	317.209	2,81	84.862	0,75
DESOCUPADOS.....	51.731	5,34	21.104	2,18	7.921	0,82	2.072	0,21
Homens.....	32.400	5,52	15.732	2,68	6.471	1,10	1.883	0,32
Mulheres.....	19.331	5,08	5.372	1,41	1.430	0,39	189	0,05

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

A distribuição por grupos de idade da força de trabalho desocupada mostra que tanto entre os homens como entre as mulheres foram encontrados maiores percentuais de desocupados nas faixas etárias de 15 a 29 anos.

#### **4.2 — Mulheres fora da força de trabalho — Análise do grupo dedicado a afazeres domésticos**

A participação da mulher na força de trabalho, tal como o vimos anteriormente, se reduz em termos relativos à medida que avança o processo de industrialização e modernização. A imensa quantidade de mulheres que não são absorvidas pela estrutura econômica fica fora da força de trabalho efetiva da nação. Existe também, como já foi visto, uma tendência do Censo Demográfico de subestimar a força de trabalho feminina ao qualificar como inativas as mulheres que combinam tarefas produtivas como os cuidados do lar. Como assinala Eva Blay (16), isto ocorre não somente em função das instruções recebidas pelo entrevistador mas também pelo fato de as próprias mulheres constituírem uma fonte de erros, ao assumirem a imagem da mulher doméstica, respondendo que não trabalham quando de fato exercem junto ao marido atividades na agricultura, no pequeno comércio ou na pequena indústria.

Segundo os dados da tabela 7, 23.411.560 mulheres estavam, em 1973, fora da força de trabalho, representando 74,79% do total de pessoas nesta posição.

Considerando a proporção de mulheres fora da força de trabalho em relação à população feminina de 10 e mais anos no Brasil como um todo, em 1973, esta alcançava 66,73, diminuindo para 63,29% no Nordeste e atingindo quase 71,00 na Região Sudeste.

É importante assinalar que também a proporção de homens fora da força de trabalho aumenta nesta última região onde ocorre, entre outros fatores, o prolongamento da escolarização nas camadas de extratos médios, alcançado a partir do maior nível de desenvolvimento da região.

Passaremos a examinar agora as causas que determinam a constituição do grande contingente de mulheres fora da força de trabalho. De acordo com a tabela 12, do total de mulheres fora da força de trabalho no Brasil, em 1973, 71,40% se dedicava aos afazeres domésticos, e apenas 23,03% estava frequentando escola. Esta situação é semelhante nas duas regiões consideradas (tabelas 13 e 14).

Se analisarmos a distribuição etária desta importante parcela de mulheres que está fora da força do trabalho, veremos que é no grupo de 10-14 anos que se encontra a menor porcentagem de mulheres dedicadas a afazeres domésticos, se bem que representem 23,08% das mulheres dessa idade fora da força de trabalho e 19,91% do total de

mulheres nesse grupo de idade. Quase a quarta parte das adolescentes brasileiras, portanto, se ocupa de tarefas domésticas em um período de sua vida em que deveriam completar sua formação escolar. Esta situação é mais grave no Nordeste onde 34,45% das mulheres de 10 a 14 anos se ocupam dos cuidados do lar (tabela 13). No Sudeste, ao contrário, onde se encontra uma situação de maior escolarização das adolescentes, apenas 16,86% das mesmas se ocupam de tarefas domésticas (tabela 14).

Já na faixa de idade seguinte, 15 a 19 anos, encontraremos no país como um todo quase 50% de mulheres fora da força de trabalho ocupadas com afazeres domésticos (tabela 12).

Entre 20 e 24 anos o percentual de mulheres nessa categoria atinge os 86%, proporção que continuará a crescer até 97% aproximadamente na faixa de 30 a 39 anos, começando, em seguida, a declinar ligeiramente até atingir 92,36% aos 60-69 anos (tabela 12).

**TABELA 12**

**MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A ATIVIDADE DECLARADA**

**BRASIL — 1973**

ATIVIDADE DECLARADA	MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO (%)								
	Total	Grupos de idade (anos)							
		10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69
BRASIL									
Em Afazeres Domésticos.....	71,40	23,08	50,85	85,97	95,00	96,88	96,59	95,45	92,36
Frequenteando Escola.....	23,03	62,29	43,66	10,24	2,31	0,92	0,30	0,12	0,12
Não Podem Trabalhar.....	1,28	0,44	0,57	0,86	1,26	0,82	1,08	1,63	2,89
Outros.....	4,29	7,22	4,92	2,93	1,43	1,38	2,03	2,84	4,63
<b>TOTAL.....</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

No Nordeste a porcentagem de mulheres de 15-19 anos dedicadas a afazeres domésticos é superior à média do país, 52,60 (tabela 13). Esta proporção se eleva de forma contínua dos 20 aos 59 anos, mantendo-se sempre por volta de 95%, voltando a diminuir para 89,31% no grupo de 60-69 anos.

O Sudeste apresenta menor porcentagem de mulheres dedicadas aos afazeres domésticos no grupo de 15-19 anos, 48,57%, verificando-se também ali um aumento crescente desse índice dos 20 aos 49 anos, quando começa a diminuir novamente até atingir 75,81% no grupo de 60 a 69 anos de idade (tabela 14).

TABELA 13

MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A ATIVIDADE DECLARADA  
REGIÃO NORDESTE — 1973

ATIVIDADE DECLARADA	MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO (%)								
	Total	Grupos de idade (anos)							
		10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69
NORDESTE									
Em Afazeres Domésticos.....	71,92	34,45	52,60	86,58	94,95	95,96	95,55	95,58	89,31
Frequêntando Escola.....	24,42	59,41	42,33	10,24	2,53	0,90	0,22	—	0,16
Não Podem Trabalhar.....	1,43	0,44	0,37	0,25	0,66	1,08	1,33	1,73	4,83
Outros.....	4,23	5,70	4,70	2,93	1,86	2,06	2,80	2,69	5,70
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE — PNAD— 1973 — Brasil.

TABELA 14

MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A ATIVIDADE DECLARADA  
REGIÃO SUDESTE — 1973

ATIVIDADE DECLARADA	MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO (%)								
	Total	Grupos de idade (anos)							
		10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69
SUDESTE									
Em Afazeres Domésticos.....	71,83	16,86	48,57	85,94	95,54	97,48	97,11	93,86	75,81
Frequêntando Escola.....	22,56	74,26	45,02	10,01	2,18	0,72	0,27	0,12	0,04
Não Podem Trabalhar.....	1,30	0,46	0,67	1,27	0,99	0,73	1,06	2,10	8,66
Outros.....	4,31	8,42	5,74	2,78	1,29	1,02	1,56	3,92	15,49
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

Esse declínio observado nos grupos de idades mais avançadas se deve possivelmente ao fato de que mulheres, que foram durante toda sua vida “donas de casa”, tenham, por enfermidade, ou pela própria idade que atingiram, deixado de viver sozinhas, passando a morar com filhos, sobrinhos e noras, não podendo, portanto, autodenominar-se donas de casa, ou seja, reflete o fato de que já não administram a casa onde vivem.

Analisando a distribuição etária das mulheres ocupadas em afazeres domésticos vemos que, no Brasil em sua totalidade, o maior grupo está concentrado na faixa de 20-39 anos que representa 44,91% das mulheres nessa atividade (tabela 15).

**TABELA 15**

**MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADAS EM  
AFAZERES DOMÉSTICOS SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE  
BRASIL, REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973**

GRUPOS DE IDADE	MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO EM AFAZERES DOMÉSTICOS (%)		
	Brasil	Nordeste	Sudeste
10 — 14 anos.....	7,40	11,40	4,33
15 — 19 anos.....	9,81	11,59	8,47
20 — 24 anos.....	12,53	13,86	11,39
25 — 29 anos.....	12,01	12,27	11,84
30 — 39 anos.....	20,37	18,47	21,64
40 — 49 anos.....	15,60	13,16	17,26
50 — 59 anos.....	11,80	9,52	12,23
60 — 69 anos.....	7,11	5,87	8,04
70 anos e mais.....	3,99	3,86	4,20
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

Outro grupo importante no que se refere às mulheres que estão fora da força de trabalho é constituído por aqueles que estão freqüentando escola. Vejamos como se distribuem segundo os grupos de idade. Os dados da tabela 16 mostram que as maiores proporções de mulheres em período de formação escolar ou profissional se encontram nos grupos de idades, de 10-14 e 15-19 anos, tanto para o Brasil como para as duas regiões consideradas neste trabalho.

**TABELA 16**

**MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO QUE ESTÃO  
FREQUENTANDO ESCOLA, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE  
BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973**

GRUPOS DE IDADE	MULHERES FORA DA FORÇA DE TRABALHO FREQUENTANDO ESCOLA (%) (1)		
	Brasil	Nordeste	Sudeste
10 — 14 anos.....	69,29	59,41	74,26
15 — 19 anos.....	43,66	42,33	45,02
20 — 24 anos.....	10,24	10,24	10,01
25 — 29 anos.....	2,31	2,53	2,18
30 — 39 anos.....	0,92	0,90	0,72
40 — 49 anos.....	0,30	0,32	0,27
50 — 59 anos.....	0,12	—	0,12
70 anos e mais.....	0,12	0,16	0,14

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

(1) Percentagens calculadas em relação ao total de cada grupo de idade.

Na Região Sudeste encontramos os maiores percentuais de mulheres nesta condição, 74,26% para o grupo de 10-14 e 45,02% no de 15-19 anos.

No Nordeste a proporção correspondente ao grupo de 10-14 anos é sensivelmente menor, 59,41%, tanto em relação ao Sudeste como quando o comparamos com o país em seu conjunto, 69,29%.

No grupo de 20-24 anos somente cerca de 10,00% das mulheres fora da força de trabalho estão freqüentando a escola, o restante se ocupa, como já vimos, com os afazeres domésticos. Esta situação é similar nas Regiões Nordeste, Sudeste e no Brasil em sua totalidade.

#### 4.3 — Sexo e estado conjugal

A influência que o estado conjugal tem sobre a participação da mulher na força de trabalho se manifesta ao analisarmos a taxa de atividade feminina por estado civil. A tabela 17 mostra que das ..... 14 912 321 mulheres casadas, em 1970, somente 10,01% trabalhavam; já entre as solteiras esta proporção sobe a 36,96%. A porcentagem de mulheres ativas mais elevada está registrada, no entanto, entre as separadas, das quais 44,38% estavam exercendo atividades extradomiciliares.

Quando comparamos a proporção de mulheres casadas que trabalham com o número total de pessoas nesse estado conjugal, as mulheres representam apenas 5,00%.

TABELA 17

MULHERES DE 15 ANOS E MAIS, ECONOMICAMENTE ATIVAS,  
SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL  
BRASIL — 1970

ESTADO CONJUGAL	POPULAÇÃO FEMININA DE 15 ANOS E MAIS		
	Total	Economicamente ativa	
		Números absolutos	% sobre o total
Casadas.....	14.912.321	1.492.693	10,01
Solteiras.....	9.162.654	3.386.758	36,96
Separadas, Desquitadas e Divorciadas.....	940.107	522.843	55,62
Viúvas.....	2.338.777	484.724	20,73
Sem declaração.....	28.684	7.094	24,74
TOTAL.....	27.379.511	5.788.533	21,15

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil.

Na tabela 18, que mostra a participação da população ativa feminina de 15 anos e mais no total da força de trabalho, vimos que as mulheres casadas continuam representando cerca de 10,00% e as solteiras 30,00%.

São interessantes as proporções de separados<sup>4</sup> e viúvas economicamente ativas em relação ao total de pessoas nessas condições de atividade, 53,81% e 60,21%, respectivamente (tabela 18).

**TABELA 18**

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DE 15 ANOS E MAIS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL BRASIL — 1970**

ESTADO CIVIL	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		
	Total	Mulheres	
		Números absolutos	% sobre o total
Casados.....	15.236.732	1.492.693	9,80
Separados.....			
Desquitados.....	775.323	417.264	53,81
Divorciados.....			
Viúvos.....	805.218	484.724	60,21
Solteiros.....	11.196.738	3.386.758	30,25
Sem declaração.....	30.340	7.094	23,10

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil.

O baixo nível de participação da mulher casada nas atividades produtivas nos leva a colocar o problema sob dois aspectos: o primeiro constituído pelas dificuldades que enfrenta a mulher, e sobretudo a mulher casada, para obter emprego, contrapartida da impossibilidade do mercado de trabalho de absorver todo o potencial de mão-de-obra disponível. O segundo aspecto a considerar se refere à contradição existente nas próprias mulheres no que diz respeito à sua participação como indivíduo pleno na vida econômica e à necessidade de assumir seus encargos domésticos.

Já nos referimos às possibilidades do mercado de trabalho de selecionar determinados contingentes de mão-de-obra de acordo com as suas necessidades momentâneas, marginalizando certos setores da população entre os quais se encontram as mulheres, os migrantes, os velhos, os muito jovens, etc.

<sup>4</sup> As categorias separadas, desquitadas e divorciadas foram somadas, tendo em vista que para a finalidade deste trabalho não há interesse em analisar cada uma delas isoladamente.

No caso específico da mulher, esta situação de marginalização se fundamenta e se manifesta em toda uma concepção que vai desde a aceitação da necessidade de uma divisão sexual de trabalho, no qual cabe ao homem a participação na produção e a responsabilidade de sustentar o lar, até o reconhecimento de “tarefas femininas” e de lugares “próprios” para o trabalho da mulher e à definição do homem como “racional” e da mulher como “intuitiva”<sup>5</sup>, o que determinaria a impossibilidade das mulheres exercerem postos de direção por serem muito “emocionais” ou se deixarem levar por seus impulsos (cólera, inveja, etc.).

Esta concepção se traduz em sérias discriminações que limitam o ingresso da mulher em determinadas áreas da economia, reduzindo-as aos cargos inferiores em todas as atividades que exerce e concentrando-as em ocupações consideradas femininas.

Entre os elementos desfavoráveis que os empregadores encontram quando têm que selecionar pessoal está o absenteísmo que se manifestaria com maior frequência entre mulheres do que entre homens e a interrupção do trabalho por período prolongado, o que levaria a uma perda de funcionalidade e eficiência no desempenho do cargo. Outro aspecto mencionado como fator de influência negativa para a seleção é a falta de capacitação da maior parte das mulheres, ponto que voltaremos a abordar no capítulo dedicado à educação.

No que diz respeito aos períodos de interrupção do trabalho por parte da mulher, fica claro que a maternidade sendo um fato indiscutível na vida da maioria dos casais, seja qual for o cargo ocupado pela mulher, esta tem o direito de se afastar do mesmo pelo período de tempo que a lei outorga a gestante. Como assinala Saffioti(17), se a sociedade está interessada na reprodução da espécie e na socialização da mesma, esta tarefa não pode recair exclusivamente sobre os ombros da mulher. A sociedade deve encontrar meios para solucionar as enormes dificuldades que a maternidade traz para a vida profissional das mulheres. A licença maternidade é uma medida neste sentido, porém em alguns casos fornece argumentos aos empregadores para que subestimem os cargos ocupados por mulheres. Como diz Saffioti(18), se do ponto de vista da empresa é antieconômico, sobretudo quando se investiu tempo e dinheiro na capacitação de uma trabalhadora, que esta interrompa definitivamente seu trabalho em função do casamento ou do nascimento de filhos, isto está estreitamente relacionado às reduzidas possibilidades que a comunidade lhe oferece de compartilhar sua dupla jornada de trabalho, aos baixos salários recebidos e ainda às escassas possibilidades de realizar uma carreira profissional.

No que diz respeito ao absenteísmo diário, assinala Saffioti(19), “o absenteísmo não está correlacionado tão somente com características

---

<sup>5</sup> O que justificaria a escolha de certas carreiras e profissões para um e outro sexo.

do organismo e com as condições familiares da mulher, liga-se ainda ao fenômeno de sua inferiorização nas situações de trabalho; as ausências são menos numerosas quando o trabalho da mulher é agradável, de responsabilidade e satisfatoriamente remunerado”. Concluindo, o absenteísmo é, ao mesmo tempo, causa da posição inferior da mulher nas hierarquias de trabalho e consequência desta inferiorização.

Um outro aspecto assinalado no trabalho coordenado por Mary Castro(20) é que o trabalho feminino, embora seja parte importante do orçamento familiar, é considerado como transitório. “O casamento ou as uniões consensuais nas camadas de renda baixa são sentidos e esperados pela mulher como forma de não precisar mais trabalhar fora de casa”. Segundo este estudo, a valorização que faz a sociedade do homem que pode manter a sua família restringe as possibilidades da mulher de realizar carreira trabalhando fora. Por outro lado, a falta de capacitação dessa mão de obra não permite nenhum tipo de promoção. Assim, parece muito justo pensar que a imensa maioria de mulheres empregadas nos serviços domésticos tenha desejo de reduzir o tempo dedicado a estas tarefas (na sua própria casa e na casa em que trabalha) já que este tipo de emprego não lhe possibilita, como no caso da operária, uma relativa distração pela troca de tarefas.

“A empregada doméstica continua desempenhando as funções femininas tradicionais — prestar serviços pessoais aos membros de uma família — só que não à própria mas a uma família estranha. Mas nem por isso ela atinge qualquer grau de independência”(21). Por outro lado, não contando com mais ninguém além dos parentes para o cuidado de seus próprios filhos, imaginamos a dura situação da empregada doméstica cuja função é cuidar dos filhos de outras mulheres, as quais, por sua vez, dependem deste tipo de serviço dos filhos para poder participar das atividades econômicas. Mary Castro(22) assinala a esse respeito que “a participação econômica das mulheres em sociedades dualistas em que situações urbano-industriais convivem com situações de tradição rural patriarcal é de caráter discriminatório, ligando-se aquela participação a não participação de outras mulheres. Estas outras, empregadas domésticas, sogras, tias, avós, parentes mais pobres, irão assumir o papel da mãe que se deslocou para a produção”.

É fácil ver como nos distintos estratos da sociedade, ressalvando as profundas diferenças a nível econômico, graves problemas recaem sobre a mulher trabalhadora, não parecendo, assim, muito estranho que mulheres que, provavelmente desde meninas, se ocupam com tarefas domésticas, anseiem trabalhar menos ocupando-se somente em servir aos membros de sua família.

Não é só nas camadas de mais baixa renda que o trabalho feminino é sentido como transitório. Como assinala Saffioti, nas sociedades em

desenvolvimento o prolongamento da escolarização nos estratos de classe baixos apenas permite que as mulheres se empreguem como vendedoras ou empregadas de escritório, pois elas, mais que os homens, não estão preparadas para o exercício de uma profissão. "Também neste caso a ocupação não oferece perspectivas de promoção, sendo encarada meramente como um emprego provisório que encontrará fim no momento do matrimônio" (23).

Eva Blay (24), na pesquisa realizada entre trabalhadoras qualificadas de São Paulo, indagou a universitárias, secretárias e trabalhadoras em outros cargos, sobre qual a razão pela qual haviam começado a trabalhar, comprovando que são as necessidades econômicas que levam a metade das universitárias e 70,00% das não universitárias a iniciar sua vida profissional. De outro lado, as universitárias em maior grau que as não universitárias manifestam desejo de procurar seu desenvolvimento profissional.

No que se refere ao problema de absenteísmo disse Blay que a ausência do lado da trabalhadora pode significar desinteresse pelo trabalho ou sobrecarga representada pela "dupla jornada". A assiduidade ao trabalho, pelo contrário, indicaria a existência de interesse profissional ou necessidade econômica entre as trabalhadoras qualificadas. Nessa pesquisa Blay comprova que as universitárias não trabalham mais que as não universitárias, o que indicaria que o nível de educação alcançado não tem influência sobre a continuidade da vida profissional. Em relação aos motivos de interrupção do trabalho tampouco se observa diferenciais entre os três grupos de trabalhadoras que, quando param de trabalhar, o fazem em função de casamento, filhos, cuidado com a casa, etc. (22,80% das universitárias, 34,00% das secretárias e outros) doença, estudos, viagem e descanso.

No que diz respeito ao estado conjugal, nessa mesma pesquisa, Blay observa que a proporção de mulheres casadas é a mesma nos três grupos. Isto quer dizer que a universitária não trabalha mais que a não universitária quando é casada. Não se deve esquecer, porém, que esta pesquisa, embora mostre a inexistência de influências do nível de educação alcançado sobre a atitude e comportamento frente ao trabalho, se restringe ao universo das trabalhadoras qualificadas da indústria paulista, talvez a comparação com as operárias mostrasse outras diferenças e/ou similitudes.

De qualquer forma, fica claro que a atitude de universitárias e não universitárias é semelhante com respeito ao casamento e ao nascimento dos filhos. Por outro lado, esta pesquisa deixa em evidência o fato de que as universitárias não têm uma concepção diferente das não universitárias acerca de sua vida profissional e de seu papel na sociedade. É claro que a passagem pela universidade não é o elemento definidor

da transformação dos papéis de cada indivíduo dentro da família e da sociedade.

As conclusões a que Blay chega na referida pesquisa são corretas do ponto de vista dos fatos. "Parece mais razoável crer que quando a mulher precisa, por razões econômicas ou ideológicas, exercer atividades extra domiciliares ela o faz, tenha ou não filhos..." (25). Evidentemente, os estratos de menores recursos não podem permitir-se ao luxo de dar primazia a atenção ao próprio lar; nesses grupos é justamente a assistência aos filhos e a necessidade de alimentá-los que pode levar a mãe a deixá-los a sós ou com parentes para sair para trabalhar. No entanto, vimos como esse trabalho é visto como transitório e uma vez que as dificuldades econômicas sejam superadas não há dúvida que o mesmo pode e deve ser suprimido.

É nos estratos médios e altos que se torna evidente o papel que a sociedade por intermédio da família impõe à mulher. Nos grupos de trabalhadoras qualificadas, universitárias ou não, sempre existe maior possibilidade de escolher entre continuar ou deixar o trabalho depois do casamento e do nascimento dos filhos. É nesta situação que fica evidenciado que a mulher encara sempre sua profissão como algo transitório ou pelo menos como algo secundário em sua vida. Os motivos expostos pelas trabalhadoras solteiras que pensavam continuar trabalhando depois de casadas, na pesquisa de Blay, são reveladores nesse sentido. Entre as respostas mais numerosas se encontram as seguintes: "para me atualizar", "porque é importante para mim", "apenas no começo da vida de casada para ter uma atividade fora do lar".

Fica claro, então, que a busca de desenvolvimento profissional não está presente nos motivos expostos pelas entrevistadas, existindo, além disso, uma subestimação da contribuição econômica que seu salário pode representar para o orçamento familiar. Isto pode parecer contraditório com dados apresentados na referida pesquisa onde se observa que, em 48,30% dos casos, os salários das universitárias representam a metade, a totalidade ou a fonte principal do orçamento familiar. De qualquer maneira, chama atenção o fato de que 51,40% das mesmas usem seu salário apenas como um complemento ou não contribuam na renda familiar. Esta porcentagem diminui no grupo de não universitárias para 46,80% e 43,40%. Este dado é de suma importância, pois se relaciona com os motivos expostos pelas trabalhadoras que pensavam continuar trabalhando depois de casadas, para ter uma atividade fora do lar, etc. O fato de usar o salário como complemento ou de não assumir as despesas da própria vida, não contribuindo para o orçamento familiar, ainda que seja o da casa paterna, é um dado revelador da posição que a mulher ocupa na hierarquia familiar.

É o *status* do salário feminino apenas complemento, não contribuindo para o orçamento familiar, que a trabalhadora universitária e

não universitária tem presente, quando responde daquela maneira. Por outro lado, ainda que os dados revelem o contrário, isto é, que quando a mulher trabalha sua contribuição é importante no orçamento da família, existem sempre elementos que a desvalorizam relacionando-a a uma necessidade específica (contas a pagar, compras da casa, etc.) ou simplesmente à necessidade de distração da mulher seja antes de casar, antes de ser mãe, ou quando os filhos já não precisam mais delas e então lhe permitem distrair-se.

Os valores tradicionais acerca dos papéis respectivos do “chefe de família” e da “dona de casa” não podem resistir à realidade e dissimulam os fatos desvalorizando o trabalho realizado pela mulher quer este seja qualificado ou não.

#### 4.4 — Nível de Escolaridade das Mulheres Economicamente Ativas e Não Ativas

A educação feminina foi totalmente descuidada no Brasil colonial. Como não existiam escolas para meninas, só nos conventos as mulheres podiam receber algum tipo de instrução, ainda que bastante limitada, tendo em conta que o ideal da educação feminina se reduzia à preparação para o desempenho de tarefas exclusivamente domésticas. Nisto a colônia não fazia mais do que manter a tradição portuguesa, que excluía a mulher da educação. Até a chegada da família real portuguesa e a mudança da sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro que implicaram mudanças em sua vida, a mulher brasileira vivia isolada e sem nenhum tipo de instrução. A existência da corte e dos salões exigiram certos conhecimentos sobre a moda e os bons costumes. “Não só as ricas mas também as de classe média passaram a ter necessidade de certo grau de escolarização e boas maneiras” (26).

A primeira legislação, de 1827, concedendo à mulher o direito de instruir-se, é discriminatória, só admitindo meninas nas escolas de primeiro grau, pedagogia, e reservando os níveis mais altos aos varões. Estabelecia diferenças nos currículos de escolas primárias masculinas e femininas, valorizando nestas últimas mais a “educação da agulha do que a instrução” (27). As expectativas sobre os papéis sociais femininos excluía a necessidade de educação.

Aos mestres que lecionavam em escolas femininas se exigia menos títulos e especializações, o que demonstra a pouca importância dada à formação das mulheres. Sobre isto assinala Saffioti (28) que como o ensino da geometria era o critério para o estabelecimento dos níveis salariais de mestres e mestras, a total ignorância da mesma e de muitos outros temas por parte destas últimas determinava que as mestras fossem pior remuneradas.

O desprestígio, a baixa remuneração e o fato de considerar o magistério como uma extensão das funções maternais fizeram do mesmo uma profissão feminina, a única que, durante muitos anos, a sociedade permitiu às mulheres.

As mulheres estiveram excluídas do ensino secundário oficial até o início deste século (29), enquanto nas escolas privadas os programas eram diferentes para um e outro sexo. As mulheres deviam ainda aprender todos os idiomas, especialmente o francês para brilhar nos salões.

A criação das escolas normais para formação de professoras primárias e secundárias se converteu numa necessidade que só se concretizaria nos últimos anos do Império.

O ensino superior estava vedado a todos aqueles que não fossem diplomados pelo colégio Pedro II, estabelecimento de ensino destinado exclusivamente a alunos do sexo masculino.

“Só em 1907 concluíam o curso secundário de bacharelado em letras as primeiras duas jovens que a ele se aventuraram” (30).

A falta de uma rede de colégios secundários dificultava o acesso ao ensino superior; como indica Saffioti, até 1930, as mulheres não haviam ainda conquistado seu lugar no ensino universitário.

Nem a educação secundária e muito menos a universitária eram consideradas pela sociedade como necessárias à mulher. Os dados fornecidos por Saffioti (31) mostram que, em 1929, no Brasil, a presença feminina na universidade era bastante escassa, concentrando-se nas carreiras de farmácia, odontologia e medicina.

O número de mulheres com curso completo em farmácia era inferior à metade dos homens nesta condição, 63 mulheres e 167 homens, sendo esta a profissão que reunia o maior número de mulheres, seguida de Odontologia com 13 mulheres e de Medicina com 4 mulheres e 609 homens.

Os dados do Censo de 1970 revelam que as mulheres representam a quarta parte das pessoas que completaram o curso superior. A distribuição por sexo das pessoas diplomadas nos distintos cursos revela a existência de profissões onde predominam homens e de outras em que as mulheres constituem maioria.

De acordo com o quadro I, que agrupa as profissões de nível superior segundo a participação feminina em cada uma delas, vê-se, que, se bem que ainda haja nítida distinção entre carreiras masculinas e femininas, está ocorrendo também um processo de feminilização de algumas carreiras como a de Agronomia, Farmácia e Bioquímica.

Se analisarmos as carreiras onde as mulheres são a maioria, bacharelado e didática, belas artes, educação física, enfermagem, psicologia e serviço social, podemos observar que estas tendem a assemelhar-se

## QUADRO I

### RELAÇÃO DE CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR SEGUNDO O GRAU DE PARTICIPAÇÃO FEMININA BRASIL — 1970

MENOS DE 10% DE MULHERES	DE 10 A 15% DE MULHERES	DE 15 A 20% DE MULHERES	DE 25 A 35% DE MULHERES	MAIS DE 50% DE MULHERES
Estatística	Medicina	Odontologia	Agronomia	Bacharelado e Didática
Engenharia	Direito	Ciênc. Contábeis	Farmácia e Bioquímica	Belas Artes
Veterinária Ciências Econômicas	Administração Química Industrial	Arquitetura		Educação Física Enfermagem Psicologia Serv. Social

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil.

às funções tradicionalmente conferidas à mulher, como a de mestra, continuadora do processo de socialização extra-lar, não em vão chamada a “segunda mãe”, e a de enfermeira abnegada para quem não existe nem descanso nem necessidades, o que justifica seu magro salário.

A trabalhadora social, por outro lado, seria uma espécie de filantropa institucional, ou “senhora caridade”; as belas artes, adorno tradicional das mulheres, constituem o que Graciarena (32) denomina “a órbita social feminina” e estaria baseada na divisão sexual do trabalho que deixaria para os homens a reprodução material da sociedade, colocando a reprodução social nas mãos das mulheres, enquanto agentes socializadoras, transmissoras dos valores dominantes na sociedade. Neste sentido, as mulheres quando se desviam de suas funções principais para ingressar na força de trabalho o fazem em ocupações que “são uma extensão de suas funções futuras, presentes ou passadas no meio familiar” (33).

É interessante notar que se produz uma adequação entre o que a sociedade entende por profissões femininas e o que as mulheres escolhem como vocação.

Assinala Eva Blay que a vocação sentida pelas mulheres se ajusta perfeitamente às normas aceitas em relação a carreiras femininas. As mulheres se orientam, ainda que não concretizem suas vocações, para carreiras que acreditam gostar e que não vão contra as normas de comportamento social adequadas ao papel feminino. Por outro lado, a indústria e os demais setores econômicos reforçam a função discriminatória da vocação através da oferta de determinados postos de trabalho às mulheres.

Afirma, ainda, Eva Blay que não há resistência para admitir uma química ou uma farmacêutica na indústria, também aceita-se uma advogada, porém em todas as indústrias metalúrgicas visitadas durante a pesquisa as engenheiras eram uma exceção, enquanto o mercado se abre para as assistentes sociais e nutricionistas. "O mercado de trabalho industrial reforça os valores sociais que indicam quais as carreiras para as quais as mulheres devem ter vocação, oferecendo trabalho apenas naquelas áreas" (34).

Se analisarmos a distribuição do total de mulheres que completaram estudos superiores (tabela 19) veremos também uma concentração em Bacharelado e Didática, que agrupa 40,25% das mesmas, seguido por Direito com 8,24%. Enfermagem, odontologia, medicina, farmácia e bioquímica e serviço social são outras profissões que apresentam uma porcentagem significativa de mulheres, 5,92% para a primeira e 3,68% para a última.

A análise da participação feminina nos cursos de nível médio revela que a maior quantidade de mulheres que completaram seus estudos neste nível se concentra no ensino normal, seguido pelo curso comercial (tabelas 20, 21, 22).

Em relação a formação profissional, no Brasil, esta é desenvolvida pelo SENAC, SENAI e SENAR<sup>6</sup> que preparam mão-de-obra qualificada para os três setores da economia, através de cursos em vários níveis: aprendizagem, qualificação e aperfeiçoamento.

Estudos realizados (35) sobre a participação feminina nos cursos de formação profissional, em distintos países da América Latina, mostram que a presença feminina nos mesmos é mínima em relação a quantidade de homens. Este fato coincide com as taxas de participação feminina na força de trabalho da maioria dos países da América Latina.

Em relação a análise da participação feminina nos cursos de formação profissional, segundo o setor econômico e o ramo de atividade, assinala M. A. Dugci (36) que a maior afluência de mulheres se dá nos cursos que preparam para ocupações no setor do comércio. "Até 1974 as mulheres aí matriculadas constituíam mais de 50,00% dos alunos no conjunto das quatro entidades para as quais se obtiveram dados no Brasil (SENAC, SENAI, PIPMO e LBA), assim como no SENA (Colômbia), no SECAP (Equador) e no SENATI (Peru)."

Nos cursos de formação para a indústria a taxa de participação mais alta se dá nas especializações que preparam para o trabalho nas indústrias de confecção, têxteis, ou de alimentos, tradicionalmente empregadoras de mão-de-obra feminina.

---

<sup>6</sup> SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SENAR — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

TABELA 19

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES COM CURSO COMPLETO DE  
NÍVEL SUPERIOR E PARTICIPAÇÃO FEMININA EM  
CADA CURSO SEGUNDO A ESPÉCIE DE CURSO  
BRASIL — 1970

ESPÉCIE DO CURSO	MULHERES COM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO		
	Números absolutos	% em relação ao total de mulheres	% em relação ao total de participantes de cada curso
Administração.....	1.154	0,79	14,86
Agronomia.....	474	0,29	39,77
Arquitetura.....	1.186	0,79	15,71
Belas Artes.....	3.120	2,24	72,09
Bacharelado e Didática.....	55.704	40,25	50,09
Ciências Contábeis.....	3.291	2,31	18,60
Ciências Econômicas.....	2.971	2,10	8,55
Ciências Estatísticas.....	108	0,07	18,82
Direito.....	11.459	8,24	12,49
Eclesiástico.....	907	0,65	7,52
Educação Física.....	2.586	1,81	53,19
Enfermagem.....	8.233	5,92	93,18
Engenharia.....	1.267	0,87	1,77
Farmácia e Bioquímica.....	4.933	3,54	32,67
Medicina.....	5.786	4,12	10,54
Odontologia.....	6.476	4,62	17,58
Psicologia.....	1.980	1,37	67,86
Química Industrial.....	1.207	0,87	13,79
Serviço Social.....	5.120	3,68	91,07
Veterinária.....	280	0,20	4,17
Outros.....	20.188	14,52	4,87
TOTAL.....	138.496	100,00	26,00

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil.

Enquanto os homens se encaminham para programas que prepararam para o exercício de ocupações consideradas “masculinas”, como mecânica, mecânica industrial, automotriz, etc., as mulheres só concorrem a eles ocasionalmente e, quando o fazem, exigem cursos que as preparem para manutenção e reparação de máquinas de costura industriais. O mesmo ocorre com os cursos de artes gráficas, eletricidade, eletrônica; os homens concorrem a eles em massa, as mulheres só ocasionalmente.

Esta situação encontra sua explicação na estrutura do emprego feminino. Em primeiro lugar, no que se refere à assistência majoritária a cursos que preparam para o ingresso nas atividades administrativas, é óbvio que se é nesse setor que a mulher encontra emprego “mais facilmente”, as que aspiram a consegui-lo se orientam para onde sabem que existem maiores possibilidades. O mesmo ocorre com a pequena

**TABELA 20**

**PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR CICLO E O SEXO, SEGUNDO  
A ESPÉCIE DE CURSO MÉDIO  
BRASIL — 1970**

ESPÉCIE DO CURSO	PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS COM O CURSO COMPLETO					
	Médio 1.º Ciclo			Médio 2.º Ciclo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Ensino Cultural ou Profissional.....	50.186	20.118	30.068	1.933.494	339.744	793.750
Agrícola.....	484	443	41	4.309	4.125	184
Belas Artes.....	—	—	—	364	162	202
Comercial.....	18.388	10.144	8.244	370.101	263.809	106.292
Educação Física.....	71	20	51	226	97	129
Enfermagem.....	1.499	279	1.220	3.345	402	2.943
Industrial.....	5.038	4.062	975	21.814	19.259	2.555
Militar.....	1.093	1.054	39	2.723	2.597	126
Normal.....	21.083	2.577	18.506	714.121	37.925	676.196
Serviço Social.....	—	—	—	1.468	246	1.222
Outros.....	2.447	1.479	968	14.454	10.664	3.790

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil.

**TABELA 21**

**DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DE 10 ANOS E MAIS COM O  
1.º CICLO COMPLETO DO CURSO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO  
FEMININA EM CADA CURSO, SEGUNDO A ESPÉCIE DE CURSO  
BRASIL — 1970**

ESPÉCIE DE CURSO	MULHERES COM (1.º Ciclo) COMPLETO CURSO MÉDIO	
	% Em relação ao total de mulheres	% Em relação ao total de pessoas em cada curso
Comercial.....	27,33	44,81
Enfermagem.....	4,00	85,71
Industrial.....	3,00	18,00
Normal.....	61,76	88,10
<b>TOTAL.....</b>	<b>100,00</b>	<b>59,88</b>

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil.

TABELA 22

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DE 10 ANOS E MAIS, COM O 2.º CICLO COMPLETO DO CURSO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CADA CURSO, SEGUNDO A ESPÉCIE DE CURSO  
BRASIL — 1970

ESPÉCIE DE CURSO	MULHERES COM 2.º CICLO COMPLETO DO CURSO MÉDIO	
	% em relação ao total de mulheres	% em relação ao total de pessoas em cada curso
Comercial.....	13,38	40,26
Industrial.....	0,31	11,47
Normal.....	85,18	94,68
TOTAL.....	100,00	70,03

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970 — Brasil.

participação das mulheres nos cursos que preparam para o trabalho industrial, as tarefas realizadas pelas mulheres na indústria sendo as mais simples e repetitivas não exigem mais que um aprendizado curto no próprio local de trabalho, isto explica como, apesar do aumento do número de mulheres nas indústrias eletrônicas, de fabricação de instrumentos e outras, não se registra paralelamente um crescimento da presença feminina nos cursos de formação em tais especialidades.

Isto mostra que, se bem que os cursos de formação profissional não sejam discriminatórios no que se refere ao sexo, não tem poder para alterar sozinho as conotações diferenciais da incorporação de homens e mulheres na estrutura ocupacional. Não basta, portanto, que se ofereçam cursos abertos para homens e mulheres, embora este fato seja revestido de singular importância. É necessário considerar a tradicional resistência por parte dos empregadores para contratar mulheres em alguns setores de atividade, o que se constitui um fator de desalento das possíveis candidatas a emprego.

Ao quadro anteriormente descrito devem se acrescentar as concepções sobre “feminilidade” e a conseqüente discriminação de tarefas que estariam “de acordo” com tal característica. Tais referentes prejudicariam em muitos casos a escolha de uma profissão por parte das mulheres.

#### 4.4.1 — Força de Trabalho e Alfabetização

Em 1973 70,82% do total de mulheres no Brasil (tabela 23) era alfabetizada. Esta percentagem aumenta para 75,86% se considerarmos o total de mulheres que estão na força de trabalho. Na Região Nor-

TABELA 23

**ALFABETIZAÇÃO DAS MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO,  
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE  
BRASIL — 1973**

GRUPOS DE IDADE	MULHERES					
	Total		Alfabetizadas		Não Alfabetizadas	
	Números absolutos	Números relativos %	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	%
Na Força de Trabalho....	35.071.681	100,00	26.605.230	75,86	8.466.451	24,14
10 a 14 anos.....	6.214.398	100,00	5.554.021	89,37	660.377	10,63
15 a 19 anos.....	5.558.264	100,00	4.959.910	89,23	598.354	10,77
20 a 24 anos.....	4.477.997	100,00	3.759.029	83,94	718.968	16,06
25 a 29 anos.....	3.487.182	100,00	2.764.233	79,27	722.949	20,73
30 a 39 anos.....	5.743.599	100,00	4.177.566	72,73	1.566.033	27,27
40 a 49 anos.....	4.247.415	100,00	2.740.476	64,52	1.506.939	35,48
50 a 59 anos.....	2.751.456	100,00	1.499.478	54,50	1.251.978	45,50
60 a 69 anos.....	1.605.674	100,00	748.464	46,61	857.210	53,39
70 anos e mais.....	985.696	100,00	402.053	40,79	583.643	59,21
<b>TOTAL.....</b>	<b>42.020.584</b>	<b>100,00</b>	<b>29.758.971</b>	<b>70,82</b>	<b>12.186.524</b>	<b>29,18</b>

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

deste essas proporções diminuem para 55,30% e 59,76%, respectivamente, enquanto na Região Sudeste 82,67% das mulheres na força de trabalho são alfabetizadas (tabela 24).

Quando considerarmos a variável idade (tabelas 25 e 26), observamos que tanto para o Brasil como um todo como para as duas regiões consideradas, as maiores proporções de mulheres economicamente ativas alfabetizadas se encontram entre os grupos mais jovens, 10-14 e 15-19 anos. Os diferenciais, não obstante, são grandes entre Nordeste e Sudeste (tabela 24), enquanto na primeira região a percentagem de alfabetizadas no grupo mais jovem, 10 a 14 anos, alcança, aproximadamente, 76,00%, chega a atingir a mais ou menos 96,00% na Região Sudeste.

Em ambas as regiões se observa uma diminuição da proporção de mulheres economicamente ativas alfabetizadas à medida que avança a idade.

Considerando a distribuição etária do grupo de mulheres alfabetizadas na força de trabalho, observamos que, para o Brasil em seu conjunto, 53,65% das mesmas tem entre 10 e 24 anos, correspondendo o maior peso ao grupo de 10 a 14 anos que representa 20,88%. Quando observamos os dados relativos ao Nordeste (tabela 27) vemos que para esse grupo de idade a percentagem é ainda maior, alcançando cerca

TABELA 24

**ALFABETIZAÇÃO DAS MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO,  
SEGUNDO O GRUPO DE IDADE  
BRASIL — REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973**

GRUPOS DE IDADE	MULHERES					
	Total		Alfabetizados		Não alfabetizados	
	Números absolutos	Números relativos (%)	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total
NORDESTE						
10 a 14 anos.....	2.006.225	100,00	1.518.400	75,68	487.825	24,32
15 a 19 anos.....	1.760.642	100,00	1.354.028	76,90	406.614	23,10
20 a 24 anos.....	1.401.045	100,00	960.135	68,53	440.910	31,47
25 a 29 anos.....	1.069.290	100,00	658.905	61,62	410.385	38,38
30 a 39 anos.....	1.681.902	100,00	893.580	53,12	788.322	46,87
40 a 49 anos.....	1.235.660	100,00	553.660	44,80	682.000	55,20
50 a 59 anos.....	813.130	100,00	279.990	34,43	533.140	65,57
60 a 69 anos.....	476.042	100,00	128.723	27,04	347.319	72,96
70 anos e mais.....	316.065	100,00	82.365	26,06	233.700	73,94
Mulheres na força de trabalho....	10.760.001	100,00	6.429.786	59,76	4.330.215	40,24
TOTAL.....	13.094.693	100,00	7.240.134	55,30	5.854.559	44,70
SUDESTE						
10 a 15 anos.....	2.661.321	100,00	2.550.727	95,84	110.594	4,16
15 a 19 anos.....	2.431.156	100,00	2.315.446	95,24	115.710	4,76
20 a 24 anos.....	2.007.410	100,00	1.830.846	91,20	176.564	8,80
25 a 29 anos.....	1.596.866	100,00	1.388.749	87,00	208.117	13,00
30 a 39 anos.....	2.736.267	100,00	2.214.584	80,90	521.683	19,10
40 a 49 anos.....	2.071.673	100,00	1.502.371	72,50	569.302	27,50
50 a 59 anos.....	1.338.263	100,00	845.793	63,20	492.470	36,80
60 a 69 anos.....	797.052	100,00	445.840	55,90	351.212	44,10
70 anos e mais.....	476.179	100,00	228.342	47,95	247.837	52,05
Mulheres na força de trabalho....	16.116.187	100,00	13.322.698	82,67	2.793.489	17,33
TOTAL.....	18.979.925	100,00	14.818.061	78,08	4.161.861	21,93

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

de 60,00% do total de mulheres alfabetizadas na força de trabalho, o que indica que as novas gerações têm mais acesso a instrução.

Esta situação se modifica no Sudeste onde, pelo fato de ser uma região mais desenvolvida, o grupo de 10-24 anos é menos representativo em relação ao total de mulheres alfabetizadas na força de trabalho (19,15%). Verificou-se, por outro lado, nos grupos de idade mais elevada uma proporção maior de alfabetizados.

Quando analisamos o grau de instrução alcançado por homens e mulheres que estão na força de trabalho (tabela 27), observamos que o grupo das mulheres apresenta percentuais ligeiramente maiores na categoria dos não alfabetizados e menores entre os que completaram o elementar, tanto no Brasil como um todo quanto nas regiões Nordeste e Sudeste.

Entre os que alcançaram o grau de instrução média a relação se inverte, sendo as mulheres as que apresentam os maiores percentuais

tanto no Brasil em seu conjunto como nas duas regiões estudadas. Para o Brasil em geral, 15,48% dos homens que estão na força de trabalho alcançaram esse grau de instrução, e apenas 4,71% completou o segundo ciclo. As mulheres com um percentual de 18,60% superaram os homens tanto nesse nível de instrução quanto entre os que completaram o 2.º ciclo.

O mesmo ocorre no Nordeste onde apenas 6,06% dos homens alcançou o nível médio contra 9,31% das mulheres nessa situação, registrando-se também nesta região maiores proporções de mulheres que completaram o segundo ciclo.

O Sudeste apresenta os maiores percentuais de pessoas na força de trabalho com nível médio de instrução 20,82% dos homens e 26,27% das mulheres. Observa-se aqui também que as maiores diferenças entre homens e mulheres são dadas pela maior proporção destas últimas com o segundo ciclo completo, 12,08%.

No que diz respeito a educação de nível superior ocorre o mesmo, isto é, registram-se ligeiros diferenciais favoráveis às mulheres nas duas regiões, Nordeste e Sudeste, e no país em sua totalidade.

**TABELA 25**

**ALFABETIZAÇÃO DAS MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO,  
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE  
BRASIL — 1973**

GRUPOS DE IDADE	MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO (%)	
	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas
10 a 14 anos.....	20,88	7,80
15 a 19 anos.....	18,64	7,07
20 a 24 anos.....	14,13	8,49
25 a 29 anos.....	10,93	8,54
30 a 39 anos.....	15,70	18,50
40 a 49 anos.....	10,30	17,80
50 a 59 anos.....	5,64	14,79
60 a 69 anos.....	2,81	10,12
70 anos e mais.....	1,51	0,07
<b>TOTAL.....</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: IBGE - PNAD - 1973 - Brasil.

Analisando o grau de instrução das mulheres segundo sua posição na força de trabalho, no país como um todo, vemos, na tabela 28, que o grupo daquelas que estão desocupadas apresenta menores percentuais de não alfabetizados, como também maiores percentagens nas categorias de instrução média.

TABELA 26

**ALFABETIZAÇÃO DAS MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO,  
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE  
REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973**

GRUPOS DE IDADE	MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO (%)			
	Nordeste		Sudeste	
	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas
10 a 14 anos.....	23,62	11,27	19,15	3,96
15 a 19 anos.....	21,06	9,39	17,38	4,14
20 a 24 anos.....	14,93	10,18	13,74	6,32
25 a 29 anos.....	10,25	9,48	10,42	7,45
30 a 39 anos.....	13,90	18,20	16,62	18,67
40 a 49 anos.....	8,61	15,75	11,28	20,38
50 a 59 anos.....	4,35	12,31	6,35	17,63
60 a 69 anos.....	2,00	8,02	3,35	12,57
70 anos e mais.....	1,28	9,40	1,71	8,87
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

TABELA 27

**GRAU DE INSTRUÇÃO POR SEXO DAS PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO — BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973**

GRAU DE INSTRUÇÃO	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO (%)					
	Brasil		Sudeste		Nordeste	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Não Alfabetizados.....	22,66	24,49	12,76	13,76	44,93	45,52
Elementar.....	58,46	53,09	61,63	54,37	46,75	43,60
Médio.....	15,48	18,60	20,82	26,27	6,06	9,30
Primeiro Ciclo.....	10,77	10,21	14,39	14,19	4,48	4,61
Segundo Ciclo.....	4,71	8,39	6,44	12,08	1,58	4,69
Superior.....	3,40	3,82	4,79	5,60	1,37	1,60
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

Fazendo uma comparação a nível regional, vemos que o Sudeste tem as menores proporções de não alfabetizados, ocupados e desocupados, e a maior proporção de mulheres que alcançaram o nível médio de instrução.

O Nordeste, por outro lado, apresenta uma situação muito distinta: ali se observam as maiores porcentagens de não alfabetizados em ambas as situações, de ocupados e desocupados, 45,81% e 23,12%, respectivamente.

Da análise destes dados podemos concluir que:

1) Os homens que estão na força de trabalho levam vantagem sobre as mulheres no que diz respeito à porcentagem dos mesmos que estão alfabetizados e que completaram o curso elementar.

2) Quando as mulheres têm acesso à instrução, em geral, completam mais anos de estudo que os homens.

Isto se explicaria pelo peso dos estratos médio urbanos que estariam influenciando esta tendência. É fácil de entender que os homens de todos os estratos sociais tenham, em geral, maior acesso à instrução que as mulheres, isto é, que, se bem que não se possa falar de discriminação por parte das instituições escolares, o fato de que as meninas ajudem na criação de outros irmãos, nos afazeres domésticos, etc., pode determinar que a própria família faça essa discriminação entre os filhos. Claro que o mesmo pode acontecer com os meninos que começam a trabalhar muito antes de terem completado sua instrução. Não obstante, parece que o varão é sempre mais motivado que a menina para começar, continuar ou completar seu período de instrução elementar. As mulheres são motivadas e impulsionadas a completar sua formação em determinados estratos sociais onde, pelo tipo de padrões, sobretudo de referência, visualiza-se a instrução como um fator de mobilidade social, ou seja, o que tudo isso parece indicar é que o interesse pela educação das mulheres é patrimônio daqueles estratos.

A situação que acabamos de descrever tem alguns pontos em comum com os dados sobre escolarização em alguns países da América Latina, na década de 60 à 70.

Como assinala M. T. Barbieri, (37) nesse período, a população feminina na Argentina, México, Chile e Panamá apresenta menores porcentagens de não alfabetizados e maiores proporções de pessoas que terminaram cursos primários e secundários. No entanto, ao considerar a situação nas capitais desses países, com exceção da Argentina e do Panamá, vê-se que na maioria dos países latino-americanos as mulheres se concentram nas categorias "sem instrução".

TABELA 28

GRAU DE INSTRUÇÃO, POR SEXO, DAS PESSOAS NA FORÇA DE  
TRABALHO, OCUPADOS E DESOCUPADOS  
BRASIL — REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

GRAU DE INSTRUÇÃO	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO (%)			
	Homens		Mulheres	
	Ocupados	Desocupados	Ocupados	Desocupados
BRASIL				
Não Alfabetizados....	22,83	12,62	24,74	11,99
Elementar.....	58,45	53,60	53,00	57,95
Médio.....	15,29	26,86	18,41	28,02
1.º Ciclo.....	10,57	21,97	10,00	20,72
2.º Ciclo.....	4,72	4,89	8,41	7,30
Superior.....	3,43	1,92	3,85	2,04
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00
NORDESTE				
Não Alfabetizados....	45,27	23,54	45,81	23,12
Elementar.....	46,60	56,60	43,47	53,33
Médio.....	6,76	18,61	9,12	22,31
1.º Ciclo.....	4,31	14,97	4,48	14,45
2.º Ciclo.....	2,45	3,64	4,64	7,86
Superior.....	1,37	1,35	1,60	1,25
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00
SUDESTE				
Não Alfabetizados....	12,87	7,67	13,93	7,83
Elementar.....	61,66	59,82	54,21	60,08
Médio.....	20,63	30,16	26,18	29,64
1.º Ciclo.....	14,19	24,25	13,95	22,59
2.º Ciclo.....	6,44	5,91	12,23	7,05
Superior.....	4,84	2,35	1,68	2,45
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

Isto é explicado pela concentração das migrações internas que aumentaram os percentuais de mulheres sem instrução nas capitais.

Na América Latina, em seu conjunto, qualquer que seja o local de residência, as mulheres passam mais anos na escola que os homens. Quando se considera a idade, verifica-se que são as mulheres mais jovens, menores de 20 anos, que mantêm essas proporções.

Não obstante, é fácil perceber que as mais favorecidas pelo prolongamento da escolarização são as jovens de estratos médios urbanos.

Como assinala Barbieri(38), esta situação de maior permanência feminina na escola poderia levar a resultados importantes para a condição feminina e para a sociedade, mas isto, por sua vez, dependeria de “como” estão sendo formadas essas mulheres na América Latina, e não somente do aumento de seus anos de escolarização.

Tudo parece indicar, no entanto, que a educação continua reproduzindo os valores vigentes, o que a nível da distinção entre os sexos implica a continuidade dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres.

A maior educação recebida pelas mulheres pode chegar a ser, no futuro, fonte de frustrações que despertem a consciência de muitas delas, segundo sugere Barbieri. Sem ser demasiado pessimista, não acreditamos que haja uma relação direta ou pelo menos imediata entre a educação média e superior e a tomada de consciência e de posição frente aos valores tradicionalmente aceitos. Isto fica demonstrado, pelo menos em parte, pela quantidade de mulheres profissionais que não trabalham, que interrompem sua atividade por casamento ou que pensam que existem “lugares e tarefas próprias” da mulher, etc.

A esse respeito é interessante lembrar os resultados de uma pesquisa(39) de opinião realizada em Buenos Aires entre adolescentes de ambos os sexos, com o propósito de conhecer as posições dos mesmos em relação aos papéis que correspondem a cada um dos sexos na sociedade. A maioria deles, homens e mulheres, pensavam que, tendo uma profissão, a mulher deve abandoná-la “pelo menos” ante a chegada dos filhos.

As adolescentes entrevistadas manifestaram seu desejo de trabalhar para “se realizarem” antes que seus deveres de esposa e mãe as requisitassem.

Os rapazes, por outro lado, expressaram sua intenção de “manter eles próprios” sua família, como também o desejo de “encontrar suas mulheres em casa” ao voltar de seus afazeres diários.

Estas respostas, provenientes de jovens de estratos médios, estudantes, não são surpreendentes, considerando-se a influência exercida pela sociedade através dos aparelhos reprodutores dos valores tradicionais: família, escola, meios de comunicação, etc.

#### **4.5 — Participação Feminina na Força de Trabalho e Salário**

A existência de diferenças significativas entre os níveis salariais alcançados por homens e mulheres constitui um dos aspectos mais importantes a considerar nas análises sobre a situação da mulher na força de trabalho.

O acordo sobre “Igualdade de Remuneração”, assinado em 1951 durante a Conferência da Organização Internacional do Trabalho, estabelece o “princípio de igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores

por um trabalho de igual valor”(40). Mais de 93 países, ou seja, 2/3 de seus estados-membros, o ratificaram, sendo este, ao que parece, um dos acordos que recebeu maior número de adesões. Paralelamente à sua ratificação, muitos países adotaram, na década de 70, legislações sobre a igualdade de remuneração superando amplamente o exigido por aquele acordo.

Não obstante, tal “igualdade” está muito longe de tornar-se realidade na maioria dos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, o salário médio das mulheres continua mantendo-se entre 50% e 80% do salário masculino(41). Ainda que muitos países aceitem teoricamente o princípio da igualdade, parece que os métodos para burlar sua aplicação se multiplicaram, o que propiciou que, em alguns casos, não só as diferenças não fossem superadas como aumentadas. Nos Estados Unidos(42) as diferenças salariais entre homens e mulheres são maiores em 1974 do que em 1955. Em 1955 os salários masculinos eram superiores em 56% aos recebidos pelas mulheres, em 1974 essa diferença subiu a 75%.

Na Grã-Bretanha(43) a mão-de-obra feminina duplicou desde 1950, verificando-se paralelamente uma acentuação das diferenças salariais entre homens e mulheres.

No conjunto das profissões os salários médios femininos calculados em relação aos salários masculinos baixaram de 63%, em 1955, para 59%, em 1975. Foram as empregadas do setor administrativo, empregadas de escritório, que mais sofreram o aumento dos diferenciais: de 68% do salário dos homens recebido em 1965 passaram a perceber 62% em 1975.

A situação mais desfavorável na Inglaterra é a das empregadas no comércio que recebem apenas 39% do salário de seus colegas homens.

No que se refere aos meios de burlar as disposições sobre igualdade de remuneração, assinalam Chang e Ducci(44) que, mesmo cumprindo com o requisito de descrição de cargos, quando se estabelecem comparações entre ocupações, estas são feitas considerando apenas as ocupações femininas entre si, e nunca as ocupações masculinas que, por seus requisitos físicos, conhecimentos, habilidades e experiências necessárias, são equivalentes às ocupações femininas. Isso leva a que cargos similares recebam tratamentos salariais distintos.

Outro procedimento que tende a mascarar a igualdade de remuneração por um “trabalho de igual valor” consiste em agregar às descrições dos cargos masculinos frases como “acondicionar equipamentos”, “ter responsabilidades sobre a maquinaria” etc., de maneira tal que esses cargos possam tornar-se diferentes e, por conseguinte, objeto de maior retribuição salarial. Isto demonstra que a existência da legislação não é suficiente como garantia de seu cumprimento, requerendo,

além de instrumentos de controle e de execução, mudanças profundas que envolvam a revisão do papel da mulher em todas as esferas da vida familiar, social e profissional.

É interessante deter-se nas razões apresentadas pelos governos como obstáculos à aplicação da legislação sobre igualdade de remuneração. No estudo realizado pela Comissão de Peritos Internacionais em Aplicação de Acórdos e Recomendações (45) foram assinaladas, entre outras: o princípio de não intervenção dos poderes públicos na fixação de salários do setor privado, o "custo" que implicaria estabelecer a igualdade de remuneração, uma vez que o aumento dos custos de produção criaria uma situação desvantajosa no mercado e o "temor" de aumentar o desemprego feminino ao obrigar o cumprimento da legislação sobre a igualdade de salários.

Os motivos expostos pelos governos dos países que ratificaram o acordo nos levam a refletir sobre a subvalorização de que é objeto a mulher, seja como trabalhadora ou simplesmente como pessoa. Por outro lado, parece estar implícito nos "motivos assinalados" que a mulher deve pagar um preço por trabalhar: ganhar menos.

No mesmo estudo verificou-se que a própria definição de "trabalho social" é fonte de problemas. No acordo está explícito que falar em "trabalho de igual valor" implica uma descrição e comparação de cargos, apesar disso alguns países o interpretam no sentido restrito de "trabalho igual" ou de "trabalho idêntico".

Outro problema detectado no estudo mencionado é o fato de que alguns países não aplicam as leis de igualdade salarial a certas categorias de trabalhadoras que geralmente pertencem aos setores não organizados (agricultura, etc.) onde se concentra grande quantidade de mão-de-obra feminina.

Examinaremos agora alguns dados sobre os salários recebidos pelas mulheres. Em 1972 (46) os salários médios femininos, calculados em relação aos masculinos, alcançavam 83% na Suécia, mais de 76% na Dinamarca e Austrália, entre 59% e pouco mais de 70% no Reino Unido, Alemanha Federal, Finlândia, Bélgica e Suíça, enquanto no Japão as mulheres ganhavam apenas 47,5% dos salários masculinos.

Nos Estados Unidos (47) o salário médio das mulheres de 25 anos e mais era 43% menor que o salário dos homens do mesmo grupo de idade entre as mulheres brancas e 35% entre as mulheres negras. No grupo de idade de 16 a 24 anos a diferença era de apenas 24% tanto para as brancas quanto para as mulheres de cor. Isso mostra que não só o sexo mas também a idade e a cor influem sobre o nível salarial.

Na França (48), entre os assalariados da indústria e do comércio, 24,5% dos homens e 53% das mulheres ganhavam, no início do ano de 1977, menos de dois salários mínimos vigentes naquele país.

A inferioridade dos salários femininos constatada em todos os níveis ocupacionais é particularmente acentuada nas categorias superiores: 24% para os quadros médios, 20% para os engenheiros e 37% para os administradores.

Na América Latina não se dispõe de muitas informações sobre sexo e salário; contudo, como assinalam Chang e Ducci(49), os dados levantados permitem verificar que os salários médios recebidos pelas mulheres são inferiores aos dos homens.

No trabalho mencionado por Chang e Ducci(50) os dados sobre medianas de salários em alguns países da América mostram que, em 1960, as mulheres que estavam em piores condições salariais eram as do Chile e de Trindad Tobago, com diferenças salariais a favor dos homens de 47,10% e 44,10%, respectivamente. Em Costa Rica esta diferença era de 32,60% e no Panamá 23,10%.

Os dados para 1970 indicam que a mulher em Trindad Tobago continua em situação desfavorável, sendo seguida pela mulher venezuelana cujo salário era 33% inferior ao do homem, pela costarriquenha com 22% de diferença e pela panamenha com 21,20%. Segundo o referido trabalho, os maiores diferenciais são observados no setor terciário.

Os dados apresentados por Kirsch(51) sobre a distribuição de renda por sexo em sete países da América Latina mostram que a percentagem de pessoas que possuem rendimentos baixos é maior entre as mulheres do que entre os homens.

No Brasil, em 1970, 13,20% das mulheres recebem rendimentos baixos, enquanto para os homens esta percentagem é de 3,10%. Nesta mesma época na Colômbia 47% das mulheres recebiam rendimentos baixos, enquanto a percentagem de homens nesta categoria era de 38%.

No Chile, segundo dados de 1968, os diferenciais eram ainda maiores, 38,10% das mulheres incluídas na categoria de "empregadas e empresárias não agrícolas" possuíam rendimentos baixos, enquanto os homens nesta categoria de rendimentos representaram apenas 14,60%. Entre os trabalhadores agrícolas as mulheres com rendimentos baixos representavam 27,40% e os homens apenas 7,40%.

No Panamá, em 1972, 34% das mulheres "trabalhadoras não agrícolas" tinham rendimentos baixos, enquanto os homens nesta situação representavam 5,70% do total da mão-de-obra masculina classificada nesta categoria.

Na Venezuela, em 1971, as mulheres "empresárias não agrícolas" com rendimentos baixos constituíam 32% do total de mulheres na atividade, já os homens nesta categoria de renda representavam 26%. Entre "os assalariados que não trabalhavam no campo" as mulheres com rendimentos baixos representavam 13% do total de mulheres, enquanto os homens nesta categoria representavam apenas 1,90%.

Chang e Ducci, no estudo mencionado anteriormente, mostram que os países desenvolvidos geralmente apresentam maiores diferenciais de salários masculinos e femininos do que os que estão em vias de desenvolvimento, especialmente os latino-americanos, "comprovou-se que quanto mais alto é o nível médio de educação do país a separação entre os salários reais dos homens e os salários mínimos gerais é cada vez maior, como os salários das mulheres tendem para os mínimos, os diferenciais entre médias salariais por sexo são maiores" (52).

Observam aquelas autoras que na Islândia e na Suíça os salários médios para o conjunto das mulheres qualificadas, semiquilificadas e não qualificadas são inferiores ao dos homens que não possuem qualificação.

A evolução dos salários femininos no Brasil, segundo os dados apresentados por Saffiotti (53) mostram que, em 1920, os salários industriais revelam uma concentração de mulheres nas categorias salariais mais baixas. O salário médio das operárias adultas das indústrias têxteis representava 70,60% do salário do operário adulto; nas indústrias alimentícias as mulheres ganhavam 57,90% do salário dos homens, e nas indústrias de vestuário seu salário representava 54,50% do obtido pelo homem. Na zona rural o salário médio da "trabalhadora de enxada com sustento" era 92,30% do salário do trabalhador da mesma categoria.

Concordamos com Saffiotti que a concepção do trabalho feminino como subsidiário e transitório favorece a aceitação de salários mais baixos. Com respeito à razão atribuída à baixa qualificação das mulheres, que as levaria a ocuparem os cargos de baixa remuneração, consideramos insatisfatória. As análises apresentadas nas páginas anteriores, baseadas em dados secundários, mostram que mulheres e homens com igual qualificação recebem salários diferentes em quase todos os países e em quase todas as atividades.

A situação encontrada em 1960 não difere muito da de 1920, Saffiotti apresenta uma série de dados que revelam que, em 1960, cerca de 57,8% das mulheres que trabalhavam na agricultura não tinham rendimentos, enquanto 24% recebiam os mais baixos rendimentos.

Analisaremos a seguir os salários medianos recebidos, em 1973, pelo pessoal ocupado em cada classe de atividade, segundo o sexo, no Brasil como um todo e nas regiões Nordeste e Sudeste (tabelas 29 e 30).

Com o propósito de observar a situação salarial das mulheres em relação a dos homens na mesma atividade, classificamos as atividades segundo o salário mediano recebido pelo conjunto da mão-de-obra ocupada em cada uma delas.

a) Classes de atividade com salário mediano "entre 1/2 e 1 salário mínimo".

TABELA 29

GRUPOS DE SALÁRIO MEDIANO MENSAL DAS PESSOAS NA  
FORÇA DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO AS CLASSES  
DE ATIVIDADE

BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

CLASSES DE ATIVIDADE	GRUPOS DE SALÁRIO MEDIANO MENSAL (salário mínimo)			PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BRASIL						
Atividades Agrícolas.....	½-1	½-1	¼-½	2.968.908	2.418.324	550.584
Atividades não Agrícolas.....	1-2	1-2	1-2	13.920.637	10.185.615	3.735.022
Extração Mineral.....	1-2	1-2	½-1	125.359	120.475	4.884
Indústrias de Transformação.....	1-2	1-2	½-1	4.051.641	3.167.027	884.614
Indústria de Construção.....	1-2	1-2	1-2	1.532.473	1.511.993	20.480
Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	2-3	2-3	2-3	205.401	189.689	15.712
Comércio de Mercadorias.....	1-2	1-2	½-1	1.654.338	1.234.737	419.601
Prestação de Serviços.....	½-1	1-2	½-1	1.386.741	831.844	554.897
Transporte, Comunicação e Ar- mazemagem.....	1-2	1-2	2	1.044.609	959.551	85.058
Profissões Liberais.....	1-2	1-2	1-2	249.497	141.375	108.122
Serviço Social.....	1-2	1-2	1-2	1.817.250	557.148	1.260.102
Administração Pública.....	2-3	2-3	1-2	1.232.165	1.019.367	212.798
Outros.....	2-3	2-3	1-2	621.163	452.409	168.754
NORDESTE						
Atividade Agrícolas.....	¼-½	¼-½	¼-½	1.334.622	1.063.420	271.202
Atividades não Agrícolas.....	½-1	½-1	½-1	2.398.636	1.725.247	673.389
Extração Mineral.....	½-1	½-1	½-1	34.553	31.870	2.683
Indústria de Transformação.....	½-1	½-1	½-1	507.522	395.800	111.722
Indústria de Construção.....	½-1	½-1	½-1	345.097	340.834	4.263
Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	1-2	1-2	1-2	59.479	53.864	5.615
Comércio de Mercadorias.....	½-1	½-1	½-1	262.040	197.748	64.292
Prestação de Serviço.....	½-1	½-1	½-1	222.817	137.320	85.497
Transporte, Comunicação e Ar- mazemagem.....	1-2	1-2	1-2	194.602	183.594	11.008
Profissão Liberal.....	½-1	1-2	½-1	28.143	10.664	17.479
Serviço Social.....	½-1	1-2	½-1	419.357	117.472	301.885
Administração Pública.....	1-2	1-2	1-2	253.173	198.554	54.619
Outros.....	2-3	2-3	1-2	71.853	57.527	14.326
SUDESTE						
Atividades Agrícolas.....	½-1	½-1	½-1	1.199.470	993.955	205.515
Atividades não Agrícolas.....	1-2	1-2	1-2	8.371.087	6.187.712	2.183.375
Extração Mineral.....	1-2	1-2	2-3	62.700	61.893	807
Indústria de Transformação.....	1-2	1-2	1-2	2.731.224	2.139.781	591.443
Indústria de Construção.....	1-2	1-2	2-3	805.357	793.748	11.609
Serviços Industriais de Utilidade Pública.....	2-3	2-3	2-3	108.468	101.096	7.372
Comércio de Mercadorias.....	1-2	1-2	1-2	990.520	742.038	248.482
Prestação de Serviços.....	½-1	1-2	½-1	865.568	506.567	359.001
Transporte, Comunicação e Ar- mazemagem.....	2-3	2-3	1-2	636.963	583.250	53.713
Profissão Liberal.....	1-2	1-2	1-2	165.559	100.592	64.967
Serviço Social.....	1-2	2-3	1-2	932.520	309.853	622.667
Administração Pública.....	2-3	2-3	2-3	650.052	546.552	103.500
Outros.....	2-3	2-3	1-2	422.156	302.342	119.814

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

TABELA 30

SALÁRIO MEDIANO MENSAL POR SEXO, SEGUNDO AS  
CLASSES DE ATIVIDADE  
BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

CLASSES DE ATIVIDADE	SALÁRIO MEDIANO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)		
	Total	Homem	Mulher
BRASIL			
Atividades agrícolas.....	0,64	0,41	0,59
Atividades não agrícolas.....	0,62	1,03	1,47
Extração mineral.....	1,31	0,87	1,27
Indústria de transformação.....	1,61	0,91	1,43
Indústria de construção.....	1,39	1,68	1,39
Serviços industriais de utilidade pública.....	2,08	2,07	2,08
Comércio de mercadorias.....	1,35	0,95	1,22
Prestação de serviços.....	1,21	0,56	0,88
Transporte, comunicação e armazenagem.....	1,86	2,00	1,85
Profissões liberais.....	1,53	1,02	1,27
Serviço social.....	1,87	1,31	1,48
Administração pública.....	2,23	1,90	2,16
Outros.....	2,77	1,90	2,41
NORDESTE			
Atividades agrícolas.....	0,46	0,30	0,42
Atividades não agrícolas.....	0,98	0,67	0,90
Extração mineral.....	0,96	0,64	0,93
Indústria de transformação.....	0,87	0,50	0,79
Indústria de construção.....	0,93	0,94	0,93
Serviços industriais de utilidade pública.....	1,68	1,92	1,70
Comércio de mercadorias.....	0,86	0,94	0,84
Prestação de serviços.....	0,77	0,33	0,60
Transporte, comunicação e armazenagem.....	1,34	1,36	1,35
Profissões liberais.....	1,15	0,82	0,88
Serviço social.....	1,32	0,68	0,82
Administração pública.....	1,47	1,29	1,93
Outros.....	2,68	1,38	2,17
SUDESTE			
Atividades agrícolas.....	0,77	0,64	0,75
Atividades não agrícolas.....	1,81	1,20	1,67
Extração mineral.....	1,36	2,07	1,36
Indústria de transformação.....	1,87	1,04	1,66
Indústria de construção.....	1,53	2,10	1,54
Serviços industriais de utilidade pública.....	2,39	2,86	2,42
Comércio de mercadorias.....	1,48	1,05	1,36
Prestação de serviços.....	1,39	0,63	0,96
Transporte, comunicação e armazenagem.....	2,03	1,98	2,02
Profissões liberais.....	1,70	1,28	1,50
Serviço social.....	2,20	1,69	1,82
Administração pública.....	2,53	2,31	2,49
Outros.....	2,79	2,00	2,49

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

(1) O salário mediano foi calculado considerando o salário mínimo igual a 1.

b) Classes de atividade com salário mediano “entre 1 e 2 salários mínimos”.

c) Classes de atividade com salários medianos “entre 2 e 3 salários mínimos”.

Em cada classe de atividade será observada a relação existente entre salários medianos masculinos e femininos. Verificaremos também, mediante comparações entre regiões, se a classificação feita para o Brasil em seu conjunto se mantém ou varia quando o nível de agregação é regional e se isto influi na relação existente entre salários masculinos e femininos. Finalmente, procuraremos ver se nas atividades onde os salários medianos são mais altos, os salários masculinos e femininos tendem a se igualar.

As atividades agrícolas e as de prestação de serviços são as que apresentam os menores salários medianos para o total da mão-de-obra nelas ocupada (tabela 30), observando-se que 50% dela recebe salários ligeiramente superiores à metade do salário mínimo. Na agricultura 50% da mão-de-obra ganha menos de 59% do salário mínimo, enquanto metade da mão-de-obra ocupada na prestação de serviços ganha menos de 88%. Naquele contexto a situação das mulheres ainda é pior; nas atividades agrícolas recebem salários medianos correspondentes a 41% do salário mínimo, o que equivale a dizer que 50% das mulheres que trabalham na agricultura ganha menos da metade do salário mínimo.

Na atividade de prestação de serviços as diferenças entre os salários medianos de homens e mulheres são mais pronunciadas, enquanto 50% dos homens recebe até 1,21 salários mínimos, a mesma proporção de mulheres recebe até 0,56.

Estas duas atividades concentram 59,16% da PEA feminina (tabela 6), o que significa que quase 60% da população economicamente ativa feminina recebe salários medianos compreendidos entre 1/4 e pouco mais de 1/2 salário mínimo.

Quando consideramos a Região Nordeste, vemos que estas duas atividades registram salários medianos ainda mais baixos para o total de sua mão-de-obra, 42% e 60% do salário mínimo para as atividades agrícolas e de prestação de serviços, respectivamente. No que se refere a relação entre salários medianos masculinos e femininos na agricultura, observamos uma diferença mínima favorável aos trabalhadores masculinos.

Na atividade de prestação de serviços observamos que a diferença entre os salários medianos de homens e mulheres é mais acentuada. Enquanto 50% dos homens recebem até 77% do salário mínimo, metade das mulheres recebe até 33%.

Na Região Sudeste os salários medianos para o total da mão-de-obra empregada nessas atividades são maiores, correspondendo a 75% e 96% do salário mínimo para as atividades agrícolas e de prestação de ser-

viços, respectivamente. Como no caso do Nordeste, as diferenças salariais entre homens e mulheres que trabalham na agricultura, no Sudeste, não são muito acentuadas. Na atividade de prestação de serviços a situação de desigualdade é maior, cerca de 50% das mulheres recebe até 0,63 salários mínimos, enquanto a metade dos homens recebe até 1,39 salários mínimos.

As atividades cujos salários medianos para o total da mão-de-obra ocupada situam-se "entre 1 e 2 salários mínimos", a nível de Brasil, são: atividades não agrícolas, extração mineral, indústria de transformação, indústria de construção, comércio de mercadorias, transporte, comunicação e armazenagem, profissão liberal e serviço social (tabela 29).

A comparação entre salários medianos femininos e masculinos nas atividades não agrícolas a nível de Brasil mostra-se favorável aos salários dos homens (tabela 30), encontrando-se ali salários medianos de 1,03 e 1,62 salários mínimos para mulheres e homens, respectivamente. Na indústria de transformação encontramos salários medianos de 0,91 e 1,61 salários mínimos, respectivamente, para mulheres e homens, enquanto em comércio de mercadorias as mulheres têm salários medianos inferiores a um salário mínimo. Nas profissões liberais cerca de metade das mulheres recebe salários inferiores a 1,02 salários mínimos, enquanto a mesma proporção de homens recebe 1,53. Também observamos diferenças entre os salários medianos de homens e mulheres nas atividades de serviço social.

Quando analisamos a situação na Região Nordeste (tabela 30), observamos que os salários medianos do total da mão-de-obra ocupada nas atividades mencionadas acima são mais baixos que os encontrados na Região Sudeste. Com relação às diferenças observadas entre salários medianos masculinos e femininos, constatamos que na Região Nordeste estas são menos acentuadas do que as observadas no país como um todo, exceto nos serviços sociais, onde encontramos salários medianos de 0,68 e 1,32 salários mínimos, respectivamente, para mulheres e homens, e no comércio de mercadorias onde o salário mediano das mulheres é ligeiramente superior ao dos homens.

No Sudeste encontramos salários medianos maiores do que os observados no Nordeste para o total da mão-de-obra empregada nas atividades já mencionadas. Com relação às diferenças entre salários medianos de homens e mulheres, constatamos tendências semelhantes às observadas para o país em geral.

Na indústria de construção e em transportes, comunicação e armazenagem, encontramos, a nível de Brasil, diferenças nos salários medianos levemente favoráveis à mão-de-obra feminina. A título de hipótese podemos dizer que tais diferenças decorrem do pequeno número de mulheres ocupadas nestas atividades. Na indústria de construção as mulheres representam 1,10% (tabela 4) do total da força de trabalho

ocupada no setor, enquanto em transporte, comunicação e armazenagem, constituem 5,75% da mão-de-obra ocupada (tabela 5), concentrando-se principalmente nas funções administrativas e burocráticas, o que introduz um fator de distorção na comparação com respeito aos homens, mais representados nos níveis de qualificação inferior.

Quando observamos os dados correspondentes à indústria de construção, no Nordeste, constatamos que as diferenças entre os salários medianos de homens e mulheres é insignificante. No Sudeste, por outro lado, as diferenças observadas são semelhantes as encontradas no país como um todo.

O grupo de atividades que apresenta, a nível de Brasil, salários mais altos, ou seja, 2 a 3 salários mínimos, para o total da mão-de-obra ocupada, é constituído pela administração pública e o serviço industrial de utilidade pública.

Com respeito à relação entre salários medianos masculinos e femininos não se observa quase nenhuma diferença no serviço industrial de utilidade pública; já na Administração Pública as mulheres têm salários medianos inferiores aos do grupo masculino.

Passando ao Nordeste, observa-se uma diminuição dos salários medianos para o total de mão-de-obra ocupada nestas atividades. Dos empregados no serviço industrial de utilidade pública 50% recebe salários inferiores a 1,70 salários mínimos, enquanto na administração pública a mesma percentagem de pessoas ocupadas recebe até 1,93 salários mínimos.

A situação no Sudeste é distinta, os salários medianos para o total da mão-de-obra ocupada nessas atividades se elevam a 2,42 salários mínimos no serviço industrial de utilidade pública, e a 2,49 salários mínimos na administração pública.

Tanto no Nordeste como no Sudeste se acentuam as diferenças favoráveis às mulheres no que se refere aos salários medianos no serviço industrial de utilidade pública. Na administração pública os homens mantêm ligeira vantagem salarial em relação às mulheres.

O quadro 2 apresenta a classificação da atividade segundo o nível de salário mediano alcançado pela mão-de-obra feminina no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste.

No Brasil, como um todo, encontramos maior número de atividades com salários medianos femininos entre 1 1/2 e 2 salários mínimos. Já no Nordeste a maioria das atividades consideradas apresenta salários medianos femininos entre 1/2 e 1 salário mínimo; nesta região não existem atividades onde os salários medianos sejam superiores a 1 1/2 salários mínimos.

## QUADRO 2

### CLASSES DE ATIVIDADE SEGUNDO OS GRUPOS DE SALÁRIO MEDIANO MENSAL DAS MULHERES BRASIL E REGIÕES NORDESTE E SUDESTE — 1973

GRUPOS DE SALÁRIO MEDIANO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)				
Até 1/2 SM	De 1/2 a 1 SM	De 1 a 1 1/2 SM	De 1 1/2 a 2 SM	De 2 a 3 SM
<b>BRASIL</b>				
Atividades Agrícolas	Extração Mineral	Atividades não Agrícolas	Indústria de Construção	
	Comércio de Mercadorias	Profissão Liberal	Transporte, Comunicação e Armazenagem	
	Prestação de Serviços	Serviço Social	Administração Pública	
			Serv. Industrial de Utilidade Pública	
<b>NORDESTE</b>				
Atividades Agrícolas	Atividades não Agrícolas	Administração Pública		
Prestação de Serviços	Indústria de Transformação	Serv. Industrial de Utilidade Pública		
	Extração Mineral	Transp. Comunicação e Armazenagem		
	Indústria de Construção			
	Comércio de Mercadorias			
	Profissão Liberal			
	Serviço Social			
<b>SUDESTE</b>				
	Atividades Agrícolas	Atividades não Agrícolas	Transp., Comunicação e Armazenagem	Extração Mineral
	Prestação de Serviços	Indústria de Transformação		Serv. Industrial de Utilidade Pública
		Comércio de Mercadorias		
		Profissão Liberal		

FONTE: IBGE — PNAD — 1973 — Brasil.

Por outro lado, observamos que na região Sudeste, em nenhum ramo de atividade, os salários medianos são inferiores a 1/2 salário mínimo e que a faixa onde se encontra o maior número de atividades é a de 1 a 1 1/2 salários mínimos.

Concluindo, podemos dizer que os salários medianos obtidos pela mão-de-obra feminina variam de acordo com o ramo de atividade e que a posição dos ramos de atividade em relação aos salários medianos femininos varia, por sua vez, de acordo com a região.

Por último, temos observado também que qualquer que seja a variação regional ou de atividade, o que aparece como constante é a situação de inferioridade relativa das mulheres com respeito aos homens dentro de uma mesma atividade.

Evidentemente, seria conveniente prosseguir a análise estudando a situação salarial das mulheres, considerando, além da atividade, a posição ocupada em cada uma delas pela trabalhadora.

Não esqueçamos o fato de que em certas atividades as mulheres ocupam os níveis de menor qualificação, o que estaria incidindo na maior representação das mesmas nas categorias salariais mais baixas. Este aspecto constitui, além disso, outro fator a investigar quando se analisa a posição da mulher na força de trabalho.

Não obstante suas limitações, a análise anterior nos permitiu observar, em termos gerais, as diferenças existentes entre a mão-de-obra feminina e masculina quanto à posição ocupada na escala salarial.

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Livraria Quatro Artes Editora. São Paulo. 1969.
- (2) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (3) RITZ, Liliana de. El problema de la condición feminina en America Latina: la participación de la mujer en los mercados de trabajo. in: *Mujeres en America Latina (Aportes para una discusión)*. CEPAL. Fondo de Cultura Economica. 1975.
- (4) GRACIARENA, Jorge. Notas sobre el problema de la desigualdade sexual en sociedade de clase. in: *Mujeres en America Latina (Aportes para una discusión)*. CEPAL. Fondo de Cultura Economica. 1975.
- (5) MADEIRA, Felícia e SINGER, Paul. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-70*. CEBRAP, n.º 13, São Paulo. 1975.
- (6) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (7) BLAY, Alterman Eva. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. *Ensaio* n.º 35, São Paulo, Editora Ática. 1978.
- (8) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (9) BLAY, Alterman Eva. *op. cit.*
- (10) BLAY, Alterman Eva. *op. cit.*
- (11) BLAY, Alterman Eva. *op. cit.*
- (12) MADEIRA, Felícia e SINGER, Paul. *op. cit.*
- (13) BLAY, Alterman Eva. *op. cit.*
- (14) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*

- (15) MADEIRA, Felícia e SINGER, Paul. *op. cit.*
- (16) BLAY, Alterman Eva. *op. cit.*
- (17) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (18) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (19) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (20) CASTRO, Mary Garcia. Fecundidade e participação na força de trabalho. in: *Mudanças na composição do emprego e na distribuição da renda. Efeitos sobre as migrações internas.* MINTER, OIT-BNH. Brasília, 1976.
- (21) KUNHER, Maria Helena. *O Desafio Atual da Mulher.* Ed. Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1977.
- (22) CASTRO, Mary Garcia. *op. cit.*
- (23) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (24) BLAY, Alterman Eva. *op. cit.*
- (25) BLAY, Alterman Eva. *op. cit.*
- (26) HAHNER, E. June. *A Mulher no Brasil.* Editora Civilização Brasileira. São Paulo. 1978.
- (27) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (28) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (29) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (30) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (31) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*
- (32) GRACIARENA, Jorge. Notas sobre el problema da desigualdade sexual en sociedades de clase. in: *Mujeres en America Latina (Aportes para una discusión).* CEPAL. Fondo de Cultura Economica. Mexico. 1975.
- (33) GRACIARENA, Jorge, *op. cit.*
- (34) BLAY, Eva. *op. cit.*
- (35) DUCCI, Maria Angélica. Formação profissional feminina; Repercussões Sociais no Mercado de Trabalho. *Boletim Técnico SENAC. 3(1), janeiro/abril.* Rio de Janeiro, 1977.
- (36) DUCCI, Maria Angélica. *op. cit.*
- (37) BARBIERI, Maria Terezita de. La condición de la mujer en America Latina: su participación social, antecedentes y situa-

ción actual. in: *Mujeres en America Latina (Aportes para una discusión)*. CEPAL. Fondo de Cultura Economica. Mexico, 1975.

- (38) BARBIERI, Maria Terezita de. *op. cit.*
- (39) SUPLEMENTO La Opinión de la mujer. *Diario La Opinión*. Julio 1978, Buenos Aires, p. 18 a 25.
- (40) ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Resumen de las normas de la OIT relativas al empleo femenino. *Informe VIII Igualdade de oportunidades y de trato para las trabajadoras*. Conferencia Internacional del trabajo. 60.º Reunion, 1973.
- (41) ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *Igualdade. Contribución de la OIT al decenio de las Naciones Unidas para la mujer*.
- (42) BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *Femmes au Travail*, n.º 2. 1977.
- (43) BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *Femmes au Travail. op. cit.*
- (44) CHANG, Ligia e DUCCI Maria Angélica. *Formación profesional para la mujer*. CINTERFOR/OIT. Montevideo. 1976.
- (45) ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *Igualdade. Contribución de la OIT al decenio de las Naciones Unidas para la mujer. op. cit.*
- (46) ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *Informe VIII. Busqueda de la igualdad de oportunidades y de trato en el empleo y la profesión*. Conferencia Internacional del Trabajo. 60.º Reunion, 1973.
- (47) BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *Femmes au Travail. op. cit.*
- (48) BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *Femmes au Travail. op. cit.*
- (49) CHANG, Ligia e DUCCI, Maria Angélica. *op. cit.*
- (50) CHANG, Ligia e DUCCI, Maria Angélica. *op. cit.*
- (51) KIRSCH, Henry. La participación de la mujer en los mercados laborales Latino-Americanos. In: *Mujeres en America Latina (Aportes para una discusión)*. CEPAL. Fondo de cultura Economica. Mexico. 1975.
- (52) CHANG, Ligia e DUCCI, Maria Angélica. *op. cit.*
- (53) SAFFIOTI, Heleieth. *op. cit.*

# ÍNDICES DE AVALIAÇÃO PARA PROGRAMAS DE TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Karl M. Lorenz \*\*

## SUMARIO

### *Apresentação*

1. *Um modelo de avaliação*
2. *Os índices de avaliação*
3. *Conclusão*

## APRESENTAÇÃO

No Brasil existem muitas entidades da administração federal, estadual ou mesmo de caráter particular, que se vêm ocupando do treinamento de recursos humanos. Os cursos oferecidos por estas agências de treinamento variam nos objetivos, na metodologia e nas funções, sendo algumas responsáveis pela programação dos cursos enquanto que outras se responsabilizam pela sua execução, ou por ambas as coisas simultaneamente. As agências atendem, igualmente, a clientelas diversas: professores, administradores, técnicos, etc.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelos que desenvolvem ou executam estes treinamentos relaciona-se ao fato de que, até a presente data, não existe nenhum trabalho que sintetize as informações essenciais num todo compreensivo a fim de que se possa orientar a avaliação completa destes treinamentos. Conseqüentemente, estes cursos

---

\* Este trabalho baseia-se em Lorenz, Karl M. (Coordenador). *Manual de Avaliação de Cursos de Treinamento de Professores em Serviço*. Salvador, Bahia, Estado da Bahia, 1978, Capítulos I, II, III.

\*\* Karl M. Lorenz é professor visitante — Universidade Federal do Paraná, mestrado em educação.

são programados e implementados sem que providências sejam tomadas para a obtenção de dados relativos à eficiência dos mesmos. Esta situação ocorre, em parte, pela falta de um modelo de avaliação que permita à instituição orientar suas atividades de avaliação de maneira coerente a fim de que possam fornecer informações relativas ao efeito dos cursos sobre os participantes e sobre as instituições às quais estão filiados.

Deste modo, o propósito deste artigo é apresentar as seguintes informações: primeiramente será apresentado um modelo de avaliação que, de forma simples e breve, delinea os tipos de avaliação que uma instituição patrocinadora ou executora de cursos de treinamento de recursos humanos deve realizar. Da mesma forma, será apresentada uma justificativa para cada tipo de avaliação. Em segundo lugar será apresentada uma série de índices matemáticos que, quando calculados, indicam até que grau uma instituição envolvida na avaliação de tais grupos está sendo eficiente no desenvolvimento desta atividade. Tais índices podem ser usados pelas próprias instituições para monitorar e acompanhar o sucesso de seu programa de avaliação ou dos cursos que patrocinam.

## **1. UM MODELO DE AVALIAÇÃO**

Até a presente data não existe um modelo teórico que explique os propósitos e os métodos de avaliação de cursos de treinamento de recursos humanos. Desta forma, estas avaliações, quando realizadas, têm variado muito quanto aos objetivos e ao planejamento. Embora existam divergências sobre a estrutura e função das avaliações comumente realizadas, muitos avaliadores concordam quanto aos seus propósitos. Eis algumas perguntas constantemente feitas pelos avaliadores: os treinandos aprenderam o conteúdo do curso? Os treinandos aplicam o que aprenderam? Os treinandos alcançaram, em suas instituições, os objetivos a que se propuseram, segundo o que lhes foi ensinado durante o treinamento? As comunidades ou instituições às quais estão filiados os participantes melhoraram devido ao treinamento propiciado aos participantes? Estas e outras questões indicam a convergência de preocupações dos avaliadores.

Tomando-se por base estas perguntas, surgem três tipos gerais de avaliação que podem e devem ser desenvolvidos para julgar-se a efetividade de um treinamento de recursos humanos. Estas avaliações referem-se a:

### **1.1 — Desempenho dos Participantes**

O objetivo desta avaliação é determinar se os participantes de um grupo realmente aprenderam o conteúdo desenvolvido pelos treinadores.

Geralmente esta informação é obtida aplicando-se provas e estimando-se quantitativamente os resultados. Se, de acordo com os critérios estabelecidos, os resultados forem positivos, então pode-se concluir que os participantes aprenderam o conteúdo em estudo.

Neste artigo a avaliação de desempenho dos participantes será denominada de avaliação *p* (*performance*).

### 1.2 — Implementação

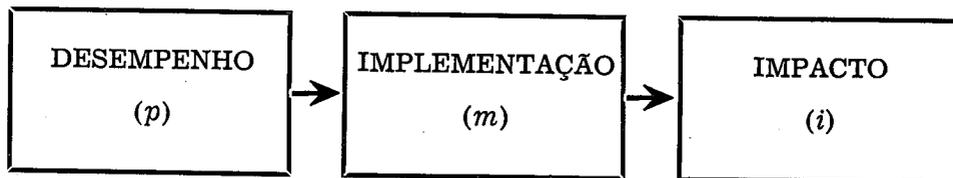
O objetivo desta avaliação é determinar se o participante aplica em sua instituição o que foi aprendido ao longo do treinamento. Nesta avaliação a preocupação básica do avaliador é a de verificar o aparecimento de mudanças favoráveis no comportamento do treinado após o curso. Obviamente, estas informações permitirão ao avaliador determinar, de maneira limitada, o grau de influência do treinamento sobre sua instituição e a própria comunidade. A avaliação da implementação será indicada como avaliação *m*.

### 1.3 — Impacto

A avaliação de impacto procura determinar em que grau o novo comportamento do treinando está relacionado com mudanças dentro da instituição ou comunidade. Teoricamente, se um curso é bem organizado e implementado, o treinando deverá adquirir novos comportamentos ou até mesmo exercer novas funções na instituição a que está ligado.

Por exemplo: O indicador mais comum de mudanças positivas no comportamento docente refere-se a uma melhoria visível no desempenho escolar dos alunos. A avaliação de impacto é, sem dúvida, a mais importante das três avaliações, pois ela oferece informações sobre os efeitos do curso sobre a instituição e a comunidade. Este tipo de avaliação será aqui rotulado de avaliação *i* (*impacto*).

Esquemáticamente os três tipos de avaliações podem ser representados em três estágios consecutivos, conforme ilustra o diagrama abaixo:



O modelo de avaliação acima proposto permite que nos cursos de treinamento seja ela conceituada de dois modos. No primeiro caso, se o propósito de um avaliador ou de uma instituição é julgar a efetividade

total de um curso, os três tipos de análise devem ser realizados consecutivamente. Deste modo, se um destes aspectos não for avaliado, as informações sobre a efetividade do curso serão incompletas.

No entanto, às vezes não é possível e nem se constitui objetivo do avaliador realizar a avaliação dos três aspectos considerados. Em tais casos a seqüência de avaliação pode ser conceituada de uma segunda maneira, isto é, em termos de desenvolvimento, como uma meta a ser atingida.

De um modo geral, os avaliadores de curso concentram seus esforços na avaliação *p*, porque esta é mais fácil de ser conduzida. Entretanto, acredita-se que, uma vez superadas as dificuldades de programação e apoio logístico, as avaliações *m* e *i* sejam mais facilmente desenvolvidas. Assim, o objetivo da apresentação desta seqüência de avaliação é sugerir um modelo que facilite a capacidade de avaliação do indivíduo, de grupos de indivíduos ou da organização que patrocina e/ou executa as avaliações.

## 2. OS ÍNDICES DE AVALIAÇÃO

As organizações que promovem e avaliam cursos de treinamento de recursos humanos devem estar empenhadas em melhorar a qualidade destas avaliações, ou seja, em obter informações precisas sobre o desenvolvimento dos cursos e os efeitos que os mesmos possam produzir sobre a comunidade e as instituições às quais estejam filiados os participantes.

Sendo esta uma preocupação legítima, supõe-se que deveria ser objetivo constante das organizações implementar a seqüência de avaliação proposta para cada curso realizado. Neste contexto o modelo apresentado anteriormente, com toda probabilidade, facilitará ao avaliador a determinação do número e tipos apropriados de avaliação para determinado curso. De acordo com o referido modelo, três tipos de avaliação devem ser implementados para cada curso, e somente quando estes três tipos forem analisados é que o avaliador terá possibilidade de obter informações mais seguras a respeito do impacto do curso.

Como na maioria das organizações é recente a prática da avaliação de cursos, ou seja, estão ainda em estágio de desenvolvimento dos seus processos de avaliação, é aconselhável que a introdução do modelo seja gradual. Com a ampliação dos conhecimentos por parte da equipe de avaliação, relativos à metodologia de avaliação e à redução dos problemas logísticos, haverá condições de o modelo ser implementado nos 3 estágios indicados.

O ponto de partida para a utilização do modelo é a obtenção de duas séries de coeficientes: os *Coefficientes Fundamentais* e os *Coefficientes de Mudanças*. O cálculo destes coeficientes permite que se estabeleça o progresso de uma instituição nos seus programas de avaliação,

ou seja, os índices constituem-se indicadores do desenvolvimento da instituição em termos da realização da seqüência primária de avaliação de cursos. Assim, calculam-se estes coeficientes para que a instituição possa analisar as avaliações implementadas.

## 2.1 — Coeficientes Fundamentais

Os coeficientes fundamentais são índices que oferecem medidas relacionadas ao número e tipos de avaliação que são realizados durante um intervalo de tempo. Nesta série de coeficientes existem basicamente três tipos, a saber: índice de produtividade (indica o número de cursos implementados que estão sendo avaliados); índices de proficiência (indicam quantas avaliações da seqüência proposta —  $p$ ,  $m$ ,  $i$  — estão sendo realizadas nos cursos considerados) e índices de eficiência (indicam quantas avaliações de alto nível, isto é, avaliações  $m$  e  $i$ , estão sendo desenvolvidas nos cursos).

Todos esses coeficientes fundamentais variam em valor de 0 (zero) a + 1 (mais um), sendo este último o valor ideal. A obtenção desta série de coeficientes se faz através das fórmulas que são indicadas a seguir:

### 2.1.1 Índice de Produtividade ( $R_p$ )

Este índice especifica a proporção existente entre o número de cursos avaliados ( $N_A$ ) e o número total de cursos realizados ( $N_T$ ) num dado intervalo. Para calcular-se o índice  $R_p$  utiliza-se a seguinte fórmula:

$$R_p = \frac{N_A}{N_T}$$

### 2.1.2 Índices de Proficiência ( $P_c$ e $P_r$ )

Os índices de proficiência são relativos a dois valores básicos: a Proficiência Compreensiva ( $P_c$ ) e a Proficiência Restrita ( $P_r$ ).

A Proficiência Compreensiva, isto é, a  $P_c$ , indica a proporção existente entre a soma das avaliações de desempenho, implementação e impacto, realizadas em um certo intervalo ( $n_p + n_m + n_i$ ) e o número total de avaliações possíveis dentro do intervalo considerado ( $3N_T$ ). Assim, para calcular-se o valor de  $P_c$  usa-se a fórmula:

$$P_c = \frac{n_p + n_m + n_i}{3N_T}$$

O índice Pc determina, em relação ao total de avaliações que deveriam ter sido implementadas (total ideal), o total de avaliações que foram realmente realizadas num dado período.

O cálculo da Proficiência Restrita (Pr) é utilizado quando se deseja obter a proporção existente entre a soma das avaliações realizadas em um certo intervalo ( $n_p + n_m + n_i$ ) e o número total de avaliações possíveis que poderiam ter sido realizadas no intervalo considerado ( $3N_A$ ). Neste índice utiliza-se a fórmula indicada:

$$Pr = \frac{n_p + n_m + n_i}{3N_A}$$

Este índice é importante porque, muitas vezes, as organizações não têm condições de avaliar todos os seus cursos, e assim a Pr evidencia o número real de avaliações efetivadas.

### 2.1.3 Índices de Eficiência

Os índices de eficiência dizem respeito mais especificamente às avaliações de implementação e de impacto. Neste contexto, dois índices são importantes: a Eficiência Compreensiva e a Eficiência Restrita.

A Eficiência Compreensiva (Ec) indica a proporção existente entre a soma ponderada de avaliações realizadas durante um intervalo ( $n_p + 2n_m + 3n_i$ ) e o número máximo possível de avaliações da soma ponderada para tal intervalo ( $6N_T$ ). A fórmula para calcular-se o valor de Ec é a seguinte:

$$Ec = \frac{n_p + 2n_m + 3n_i}{6N_T}$$

Um dos pressupostos básicos que orientou a formulação dos índices de eficiência relaciona-se ao fato de que as três avaliações  $p$ ,  $m$  e  $i$  não apresentam a mesma quantidade ou qualidade de informações dos efeitos dos cursos sobre uma instituição ou sobre a comunidade. Conseqüentemente, as três modalidades de avaliação têm que receber pesos diferentes, daí utilizar-se na fórmula da Ec uma soma ponderada. Foi atribuído um peso maior (valor 3) às avaliações referentes ao impacto ( $i$ ), uma vez que estas avaliações medem diretamente os efeitos dos cursos implementados sobre a instituição. Já a avaliação referente à implementação ( $m$ ) recebeu o segundo maior peso (valor 2), porque informa sobre o desempenho do treinando em sua instituição, mas não avalia diretamente o efeito deste desempenho sobre a instituição. Finalmente, a avaliação desempenho ( $p$ ) recebeu peso 1, uma vez que não se ocupa dos efeitos do curso sobre a instituição ou a comunidade.

Assim, a Eficiência Compreensiva tem por objetivo apresentar uma série de informações úteis sobre os efeitos dos cursos na instituição ou sobre os treinandos, obtidas através das avaliações realizadas num dado intervalo.

A Eficiência Restrita ( $Er$ ) determina a proporção existente entre a soma ponderada do número de avaliações implementadas durante um intervalo de tempo ( $n_p + 2n_m + 3n_i$ ) e o somatório ponderado máximo relacionado somente com aqueles cursos que foram realmente avaliados no intervalo considerado ( $6N_A$ ). Para o cálculo de  $Er$  utiliza-se a seguinte fórmula:

$$Er = \frac{n_p + 2n_m + 3n_i}{6N_A}$$

Este índice foi estabelecido em função das mesmas justificativas apresentadas para a formulação do índice de Proficiência Restrita ( $Pr$ ).

#### 2.1.4 Metodologia

Para se calcular os Coeficientes Fundamentais sugere-se os seguintes procedimentos:

A) que os intervalos de tempo considerados estejam relacionados a trimestres, semestres ou 1 ano. Pode-se também considerar o intervalo em função do número de cursos oferecidos, como, por exemplo, 4 ou 6 cursos completam um intervalo;

B) para cada curso ministrado deve ser dado um número de identificação (uma espécie de código). Exemplo: o número pode possuir 6 dígitos, sendo 2 dígitos indicadores do dia em que o curso começou, 2 para o mês e 2 para o ano em que o curso teve início. Estes 6 dígitos são seguidos pela sigla da agência que implementou o curso. Se a entidade não possui uma sigla, sugere-se que seja utilizada uma abreviatura de seu nome. O exemplo abaixo procura ilustrar o procedimento:

Curso:           Treinamento de Professores Alfabetizadores  
Agência:       Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de  
                  Pessoal (DESAP) da SEC/Bahia  
Período:       17 a 21 de julho de 1978  
Código:        17.07.78 DESAP

Caso dois cursos comecem suas atividades no mesmo dia, as letras "a" e "b" podem ser acrescentadas logo após o dígito final do código, facilitando a identificação. Outras letras serão anexadas, conforme a necessidade;

C) para cada curso implementado num determinado intervalo deve ser calculado o número de avaliações  $p$ ,  $m$  e  $i$  realizadas. Para tanto é indispensável utilizar-se uma Folha de Codificação na qual haja a indicação, por ordem de ocorrência, dos cursos implementados. O exemplo apresentado a seguir tenta ilustrar a sugestão de uma Folha de Codificação:

CÓDIGO DO CURSO	AVALIAÇÕES REALIZADAS		
	p	m	i
12.01.76 a DESAP	X	X	—
12.01.76 b DESAP	—	—	—
04.07.77 DESAP	X	—	X
03.08.77 DESAP	X	X	—

D) utilizar os dados indicados na folha de codificação para calcular os Coeficientes Fundamentais.

Para exemplificar melhor os quatro procedimentos sugeridos, convém voltar ao exemplo apresentado da Folha de Codificação. Neste pode-se observar que foram anotados o número e os tipos de avaliações implementados para cada curso. Por exemplo, para o curso de código 12.01.76 a DESAP foram realizadas 2 modalidades de avaliação referentes, respectivamente, a desempenho ( $p$ ) e implementação ( $m$ ). Também, deste exemplo, pode-se determinar os seguintes dados:

— número total de cursos realizados —  $N_T = 4$

— número total de cursos que estão sendo avaliados —  $N_A = 3$

(o curso de código 12.01.76 b DESAP não está sendo avaliado em nenhum dos 3 aspectos considerados, a saber,  $p$ ,  $m$  e  $i$ ).

— número de avaliações “p” —  $n_p = 3$

— número de avaliações “m” —  $n_m = 2$

— número de avaliações “i” —  $n_i = 1$

A partir destes dados pode-se calcular os Coeficientes Fundamentais propostos. Assim:

Índice de Produtividade:

$$Rp = \frac{N_A}{N_T} = \frac{3}{4} = 0,75$$

Este valor indica que 75% dos cursos foram avaliados.

Índice de Proficiência Compreensiva:

$$Pc = \frac{n_p + n_m + n_i}{3N_T} = \frac{3 + 2 + 1}{3 \times 4} = \frac{6}{12} = 0,50$$

O índice Pc encontrado informa que, do total de avaliações que poderiam ter sido realizadas, apenas 50% o foram.

Índice de Proficiência Restrita:

$$Pr = \frac{n_p + n_m + n_i}{3N_A} = \frac{3 + 2 + 1}{3 \times 3} = \frac{6}{9} = 0,66$$

O índice Pr indica que, em relação ao total máximo de avaliações que poderiam ser implementadas para os 3 cursos que estão sendo avaliados, apenas 66% de avaliações foram conduzidas.

Índice de Eficiência Compreensiva:

Pelos dados do exemplo da Folha de Codificação, obter-se-á:

$$Ec = \frac{n_p + 2n_m + 3n_i}{6N_T} = \frac{3 + 2(2) + 3(1)}{6 \times 4} = \frac{10}{24} = 0,42$$

O valor obtido para o índice Ec nos quatro cursos realizados indica que as avaliações feitas nestes cursos apresentam uma efetividade de 42% relativa às informações sobre o efeito geral destes cursos sobre a comunidade ou uma organização.

Índice de Eficiência Restrita:

Utilizando-se os mesmos dados de Folha de Codificação obtém-se o índice Er:

$$Er = \frac{n_p + 2n_m + 3n_i}{6N_A} = \frac{3 + 2(2) + 3(1)}{6 \times 3} = \frac{10}{18} = 0,56$$

O valor obtido para o índice Er foi maior que o do índice Ec, isto indica que se obteve uma eficiência nos cursos que estão sendo avaliados (em número de 3), na base de 56%.

Cabe ainda ressaltar que quanto maior for o número de avaliações do tipo m e i realizadas maior serão os coeficientes de eficiência. Por exemplo, suponha-se que nos quatro cursos indicados na Folha de Codificação apenas uma avaliação de desempenho fosse feita para cada um, o índice Ec seria:

$$Cc = \frac{1(4) + 2(0) + 3(0)}{6 \times 4} = \frac{4}{24} = 0,17$$

Isto indica uma Eficiência Compreensiva bem baixa, ou seja, em torno de 17%.

No entanto, se para os quatro cursos considerados fossem realizadas apenas as 4 avaliações referentes a impacto obter-se-ia:

$$Ec = \frac{0 + 2(0) + 3(4)}{6 \times 4} = \frac{12}{24} = 0,50$$

O valor obtido determina que a eficiência na obtenção de informações referentes à efetividade dos cursos é da ordem de 50%

Neste contexto, qual a relação existente entre os coeficientes de proficiência e os de eficiência? Os dados fornecidos por estes coeficientes são independentes. Isto pode ser demonstrado no seguinte exemplo:

Suponha-se que o valor de  $P_c$  seja de 0,33 e o de  $E_c$  seja de 0,14. O índice  $P_c = 0,33$  significa que, entre todas as avaliações que deveriam ter sido feitas, somente 1/3 ou 33% foram efetivadas. Entretanto,  $E_c = 0,14$  indica que as avaliações foram de baixo nível, e que provavelmente são avaliações do tipo p. Por outro lado, se  $P_c = 0,33$  e  $E_c = 0,50$ , pode-se concluir que as avaliações realizadas foram de alto nível e, provavelmente, são dos tipos m e i.

Assim, mesmo que os valores da proficiência obtidos em relação a dois intervalos diferentes sejam iguais, os valores da eficiência poderão variar em função dos tipos de avaliações conduzidas (maior ênfase nas avaliações do tipo p ou maior preocupação com as avaliações dos tipos m e i).

## 2.2 — Coeficientes de Mudanças

Os Coeficientes Fundamentais indicam a proficiência e a eficiência das avaliações realizadas num dado intervalo. Os Coeficientes de Mudança procuram determinar se houve um aumento ou uma diminuição na proficiência e na eficiência de um dado intervalo para outro. Calculando os coeficientes de mudança em pares de intervalos sucessivos, uma agência pode verificar em que grau está melhorando seus esforços na execução de avaliações de alto nível.

Os cinco coeficientes de mudança que serão discutidos a seguir podem assumir tanto valores negativos quanto positivos. No entanto, o valor obtido é, em essência, o percentual de aumento de um determinado coeficiente fundamental de um intervalo para outro.

Para o cálculo dos cinco coeficientes de mudança utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\Delta X = \frac{X_{n+1} - X_n}{X_n}$$

Nesta fórmula entende-se:

$X$  — como o valor de um índice Fundamental ( $Rp$ ,  $Pc$ ,  $Pr$ ,  $Ec$  ou  $Er$ );

$\Delta X$  — como o valor de mudança neste índice Fundamental;

$n$  — como um intervalo especificado;

$n + 1$  — como o intervalo subsequente;

$X_n$  — como o valor de um coeficiente fundamental para o intervalo  $n$ ;

$X_{n+1}$  — como o valor para o mesmo coeficiente em relação ao intervalo subsequente.

Convém observar que esta fórmula só é aplicável quando  $X_n$  não for igual a zero. Desta forma, os cinco coeficientes de mudança são obtidos através de fórmulas derivadas da geral, a saber:

— coeficiente de mudança relativo à Produtividade de:

$$\Delta Rp = \frac{Rp_{n+1} - Rp_n}{Rp_n}$$

— coeficiente de mudança relativo à Proficiência Compreensiva:

$$\Delta Pc = \frac{Pc_{n+1} - Pc_n}{Pc_n}$$

— coeficiente de mudança relativo à Proficiência Restrita:

$$\Delta Pr = \frac{Pr_{n+1} - Pr_n}{Pr_n}$$

— coeficiente de mudança relativo à Eficiência Compreensiva:

$$\Delta Ec = \frac{Ec_{n+1} - Ec_n}{Ec_n}$$

— coeficiente de mudança relativo à Eficiência Restrita:

$$\Delta Er = \frac{Er_{n+1} - Er_n}{Er_n}$$

Como foi mencionado anteriormente, os valores dos coeficientes de mudança podem ser positivos ou negativos. Tais valores indicam o percentual de aumento ou decréscimo dos valores relativos à Produtividade, Proficiência e/ou Eficiência de um dado intervalo para o subsequente. Este aumento ou decréscimo está baseado nos valores obtidos para o Coeficiente Fundamental, relativos ao primeiro intervalo ( $n$ ) e intervalo subsequente, ( $n + 1$ ). Se, por exemplo, num intervalo ( $n$ ) o valor de  $Pc$  é igual a 0,4 e no intervalo seguinte ( $n + 1$ )  $Pc$  é igual a 0,8,

aplicando-se o Coeficiente de Mudança para Pc, verifica-se que de um intervalo para outro houve um aumento de 100% em relação à Proficiência Compreensiva. Exemplificando através da fórmula:

$$\Delta Pc = \frac{Pc_{n+1} - Pc_n}{Pc_n}$$

obter-se-ia:

$$\Delta Pc = \frac{0,8 - 0,4}{0,4} = 1,0$$

No entanto, se os valores forem invertidos, isto é, se no intervalo "n" o valor de Pc for igual a 0,8 e no intervalo subsequente, "n + 1", Pc for igual a 0,4, verifica-se que será obtido um valor negativo para este coeficiente de mudança, o que indicará que houve um decréscimo de 50% no valor de Pc, de um intervalo para o subsequente. O exemplo pode ser ilustrado melhor através do cálculo:

$$Pc = \frac{0,4 - 0,8}{0,8} = - 0,5$$

O valor obtido de - 0,5 indica um decréscimo de 50% em relação à Proficiência Compreensiva das avaliações realizadas.

Pode ainda ocorrer uma terceira situação em que o valor de Pc para ambos os intervalos n e (n + 1) seja igual a 0,4. Neste caso o coeficiente de mudança será igual a zero, o que, naturalmente, indicará não ter havido mudança de um intervalo para outro.

De um modo geral, os valores negativos obtidos para os Coeficientes de Mudança são indesejáveis porque indicam um decréscimo na proficiência e na eficiência das avaliações implementadas. Já os valores positivos indicam, evidentemente, uma melhoria na quantidade e qualidade dos programas de avaliação. Finalmente, os Coeficientes de Mudanças de valor zero podem, em alguns casos, ser desejáveis, uma vez que evidenciam que não houve decréscimo na quantidade e qualidade de avaliação, sendo mantido o *status quo*.

Como já foi abordado anteriormente, os Coeficientes de Mudança, de um modo geral, são aplicados aos *pares sucessivos de intervalos*, determinados pela própria programação da agência. Um valor de mudança é computado para cada par. O número de pares que podem ser analisados é designado por N - 1 (onde N indica o número de intervalos sucessivos considerados). Se, por exemplo, tivermos identificado 4 intervalos sucessivos a serem analisados, isto é, intervalos a, b, c, d, teremos N = 4. O número de pares de intervalos que pode ser analisado é N - 1, logo serão analisados 3 pares sucessivos de intervalos (4 - 1 = 3). Estes 3 pares são ab, bc e cd. As demais combinações, neste caso, não podem ser analisadas porque não formam pares sucessivos (por exemplo, ad ou bd).

Além deste procedimento pode-se utilizar um método alternativo para o cálculo destes Coeficientes de Mudança. Este método alternativo toma por referência os valores obtidos para o primeiro intervalo de uma série de intervalos em análise. Assim, suponha-se que 4 intervalos devam ser analisados, isto é, os intervalos a, b, c e d. Os Coeficientes de Mudança podem ser calculados para os pares baseados no primeiro intervalo a, ou seja, os pares ab, ac e ad. Este método de avaliação é aceito como uma alternativa do anteriormente descrito, sendo válida a sua utilização quando se deseja comparações em função do primeiro intervalo considerado, ou seja, em função do valor do Coeficiente Fundamental obtido no começo do programa de avaliação institucional.

### 2.2.1 Metodologia

Para calcular os coeficientes de mudança, sugere-se os seguintes procedimentos:

A) determinar os intervalos sucessivos de tempo com os quais se deseja operar. Por exemplo, quatro intervalos de 1 ano cada, ou 4 intervalos de 6 meses, ou até 3 meses.

B) estabelecer os pares sucessivos de intervalos com os quais se irá operar. Por exemplo, se forem quatro intervalos de 6 meses cada um, a saber, intervalos a, b, c e d, então serão designados os pares ab, bc, cd;

C) calcular os Coeficientes de Produtividade, Proficiência e Eficiência para cada intervalo;

D) calcular os Coeficientes de Mudança para todos os possíveis pares de intervalos considerados.

Com o objetivo de melhor esclarecer esta metodologia apresentada, convém analisar um exemplo concreto. Voltando-se à Folha de Codificação anteriormente especificada, pode-se arbitrariamente, porém de forma lógica, identificar dois intervalos sucessivos de tempo indicados pelos anos 1976 e 1977. Cada um destes intervalos é composto de um período de 12 meses. Assim, o ano de 1976 é designado como intervalo "n" e o ano de 1977 como "n + 1".

Dois cursos foram dados em cada um destes anos ou intervalos. Calculados os Coeficientes Fundamentais foram obtidos os seguintes resultados expressos no quadro abaixo:

INTER-VALO	ANO	COEFICIENTES FUNDAMENTAIS				
		Rp	Pc	Pr	Ec	Er
n	1976	0,5	0,33	0,66	0,25	0,50
n + 1	1977	1,0	0,66	0,66	0,58	0,58

Após o cálculo destes coeficientes fundamentais, pode-se obter os valores referentes aos Coeficientes de Mudança. Como exemplo, pode-se calcular o valor do Coeficiente de Mudança relativo à Produtividade:

$$\Delta Rp = \frac{Pr_{n+1} - Pr_n}{Pr_n} = \frac{1,0 - 0,5}{0,5} = \frac{0,5}{0,5} = 1,0$$

O valor Coeficiente de Mudança relativo a Rp pode ser interpretado como indicando que de 1976 para 1977 houve um aumento de 100% na produtividade das avaliações.

Os outros quatro Coeficientes de Mudança podem ser obtidos seguindo-se o mesmo procedimento. Os dados encontram-se especificados a seguir:

$\Delta Rp$	$\Delta Pc$	$\Delta Pr$	$\Delta Ec$	$\Delta Er$
1,00	1,00	0	0,92	0,16

Os resultados evidenciam que os aumentos se relacionam aos Coeficientes de Mudança relativos à Produtividade (Rp), à Proficiência Compreensiva (Pc) e à Eficiência (Ec e Er) numa análise que abrange 2 intervalos.

### 3. CONCLUSÃO

Espera-se que as informações obtidas da aplicação dos índices aqui apresentados possibilitem às instituições responsáveis pelo planejamento e avaliação de cursos de treinamento de recursos humanos identificar até que ponto estão acompanhando os cursos a fim de verificar a efetividade dos mesmos.

## Bibliografia

### PUBLICAÇÕES DE INTERESSE PARA A ESTATÍSTICA EDITADAS POR ÓRGÃOS DO IBGE NO PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 1980 \*

31(81)(05)

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO  
BRASIL. Rio de Janeiro, v. 40,  
1979.

31(81)(05)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTA-  
TÍSTICA. Rio de Janeiro, v. 40,  
n. 159-160, jul.-dez. 1979, Tri-  
mestral.

31:338.3:63(81)(058)

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO  
DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA;  
pesquisa mensal de previsão e  
acompanhamento das safras  
agrícolas. Rio de Janeiro, fev.-  
jun. 1980.

31:338.3:63(81)(058)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICI-  
PAL; culturas temporárias e per-  
manentes. Rio de Janeiro, v. 5,  
1978, t. 2: Maranhão, Piauí, Cea-  
rá, Rio Grande do Norte, Pa-  
raíba.

\_\_\_\_\_. t. 4: Minas Gerais, Espírito  
Santo.

\_\_\_\_\_. t. 5: Rio de Janeiro, São  
Paulo.

\_\_\_\_\_. t. 6: Paraná, Santa Catari-  
na, Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. t. 7: Mato Grosso do Sul,  
Mato Grosso, Goiás, Distrito Fe-  
deral.

\_\_\_\_\_. t. 8: Brasil.

31:636/638(81)(058)

PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MU-  
NICIPAL. Rio de Janeiro, v. 6,  
1978, t. 1: Região Norte.

\_\_\_\_\_. t. 2: Região Nordeste.

\_\_\_\_\_. t. 3: Região Sudeste

\_\_\_\_\_. t. 4: Regiões Sul e Centro-  
Oeste.

311.213.1:62/69(815.1)

*Censo industrial: Minas Gerais.*  
Rio de Janeiro, 1980. 341 p., tab.  
(censos econômicos 1975, série  
regional v. 2, t. 14).

311.213.1:62/69(815.2)

\_\_\_\_\_. *Espírito Santo.* Rio de Ja-  
neiro, 1980, 189 p., tab. (censos  
econômicos 1975, série regional  
v. 2, t. 15).

\* Preparado na Divisão de Informações Correntes do Departamento de Informação da Biblioteca Central do IBGE pela bibliotecária Isis Soares da Silva.

311.213.3:312(81-0-2)

MADEIRA, João Lyra *et alii*. *A dinâmica do movimento natural da população brasileira*. Rio de Janeiro, 1979. 71 p. il. (Estudos e Pesquisas, 2).

312.1/.3(81-3-2) (058)

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL. Rio de Janeiro, v. 1-2, 1974-1975.

312.9(81-0-3-2) (058)

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro, v. 2, 1977. t. 1: Rio de Janeiro

———. t. 2: São Paulo.

———. t. 4: Minas Gerais, Espírito Santo

———. t. 8: Brasil.

325.11(81-2)

*Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período 1960-1970*. Rio de Janeiro, 1979. 107 p. il. (Estudos e Pesquisas, 4).

336.12(81) (058)

ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS DO GOVERNO ESTADUAL E MUNICIPAL. Rio de Janeiro, v. 2-4, 1976-1978, t. 1: Balanços Estaduais e Municipais.

338.4(81) (058)

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA; Brasil: produção física, emprego, salário, valor da produção, energia elétrica. Rio de Janeiro, jan. 1979 — maio 1980.

338.45(81) (058)

PESQUISA INDUSTRIAL Rio de Janeiro, t. 1, 1976. Regiões Norte e Centro-Oeste.

## BIBLIOGRAFIA SOBRE RECENSEAMENTO NO BRASIL

Este levantamento, efetuado pelo Departamento de Documentação e Referência da Biblioteca Central da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal do IBGE, relaciona publicações que tratam de assuntos diretamente ligados ao tema "censo brasileiro".

As referências bibliográficas apresentam-se em ordem alfabética de autor, segundo a ordem cronológica dos diversos recenseamentos: Tópicos gerais; Recenseamento no Império (1872); Recenseamento na República (1890, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980); Outros recenseamentos. Para maior facilidade na consulta, a Bibliografia é seguida de um índice alfabético de autores e assuntos.

O levantamento restringiu-se ao acervo da Biblioteca Central, o que assegura aos interessados o acesso a qualquer dos documentos incluídos na Bibliografia.

### GERAL

- 01 — ANDRADE JÚNIOR, Ovídio. Contribuição ao estudo das atividades econômicas da população brasileira. *Estatística*, Washington, D. C., 13(46):3-17, mar. 1955. Análise comparativa da população economicamente ativa do Brasil nos censos de 1872, 1920, 1940 e 1950.
- 02 — ARRETX, Carmen. Estimativa da fecundidade com base na informação sobre filhos nascidos vivos recolhida em sucessivos recenseamentos. In: IBGE. *Encontro brasileiro de estudos populacionais*; contribuições apresentadas. Rio de Janeiro, 1976. 647 p., p. 18-26, tab.
- 03 — AZEVEDO, Thales de. Os censos do século XVIII. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 16 (64): 339-45, out./dez. 1955.
- 04 — BAEZA, Jorge Muñoz. As aplicações da amostragem nos censos. Trad. Maria Aguinaga de Moraes. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 21 (81/82): 18-36, jan./jun. 1960.
- 05 — BARBOSA, W. Nova legislação para o Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 17(66): 149-50, abr./jun. 1956. Publicado no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 maio 1956.
- 06 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei n.º 969 de 21 de dezembro de 1938. Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil. In: IBGE. *Legislação orgânica do sistema estatístico-geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, 1947. 182 p., p. 78-82. Publicado no *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1938.
- 07 — ——. Lei n.º 4.789, de 14 de outubro de 1965. Dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 26(103/104): 135-6, jul./dez. 1965. Publicado em *Estatística*, Washington, D. C., 15(96/97): 582-3, Sept./Dec. 1967.
- 08 — CANSADO, Enrique. Amostragem e censos. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 14(54):137-44, abr./jun. 1953. Recomenda pesquisa por amostragem.

- 09 — CARVALHO, Alceu Vicente W. de. *A população brasileira* (estudo e interpretação) Rio de Janeiro, IBGE, 1960. 148 p., tab., gráf. Resumo e coordenação dos principais resultados de estudos realizados sobre censos.
- 10 — COSTA, Manoel Augusto. *Aspectos demográficos da população economicamente ativa*. Rio de Janeiro, IPEA, 1968. 54 p. e anexos. Estudo baseado nos resultados dos censos de 1940, 1950 e 1960.
- 11 — FONSECA, Vinicius. *Análise, avaliação de qualidade e utilização dos resultados dos censos de população no Brasil*. Rio de Janeiro, 1959. 10 f. Mimeografado.
- 12 — IBGE. Alguns problemas nos levantamentos censitários de população. In: —. *Encontro brasileiro de estudos populacionais; contribuições apresentadas*. Rio de Janeiro, 1976. 647 p., p. 9-11, tab.
- 13 — ——. Alguns resultados dos Recenseamentos realizados no Brasil. In: —. *Para que serve o Recenseamento*. Rio de Janeiro, 1950. 30 p., tab., p. 21-30, tab.
- 14 — ——. *Amostragem aplicada aos censos*. Rio de Janeiro, 1959. 7 p. Mimeografado.
- 15 — ——. *Análises críticas de resultados dos censos demográficos*. Rio de Janeiro, 1956. 142 p. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 21) Reúne 15 estudos.
- 16 — ——. *Aplicação comparativa de diferentes critérios para as estimativas da população do Brasil no período entre os recenseamentos de 1940 e 1950*. Rio de Janeiro, 1949. 37 p. (Estudos de Estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 7)
- 17 — ——. *Áreas mínimas de comparação entre os censos de 1960 e 1950*. Rio de Janeiro, 1966. 72 f. (Documentos censitários. Série C, 19)
- 18 — ——. *Áreas mínimas de comparação 1960-1970*. Rio de Janeiro, 1970. 25 p. (Recenseamento Geral do Brasil 1970, 8)
- 19 — ——. *Aspectos da propaganda censitária*. Rio de Janeiro, 1951. 26 f. (Documentos censitários. Série B, 3)
- 20 — ——. *Brasil, áreas mínimas de comparação 1940-1950-1960; evolução territorial — população*. Rio de Janeiro, 1968. p. irreg.
- 21 — ——. *Considerações sobre os censos nacionais*. Rio de Janeiro, 1980. 22 p.
- 22 — ——. *Legislação básica dos recenseamentos de 1872 e 1890*. Rio de Janeiro, 1951. 13 f. (Documentos censitários. Série A, 1)
- 23 — ——. *Legislação básica dos recenseamentos de 1900 e 1920*. Rio de Janeiro, 1951. 13 f. (Documentos censitários. Série A, 2)
- 24 — ——. *Legislação básica dos recenseamentos de 1910 e 1930*. Rio de Janeiro, 1953. 33 f. (Documentos censitários. Série A, 5)
- 25 — ——. *A propaganda censitária no âmbito municipal*. Rio de Janeiro, 1959. 8 f. Mimeografado.

- 26 — ——. *Relação das publicações censitárias editadas no período de 1950 a julho de 1970*. Rio de Janeiro, 1970. 24 p.
- 27 — ——. Resolução n.º 490, de 9 de dezembro de 1955. Dispõe sobre a legislação necessária à realização dos recenseamentos gerais. In: —. *Resoluções da Junta Executiva Central 1955*. Rio de Janeiro, 1956. v. 19, 107 p., p. 44-5.
- 28 — ——. *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. 66 f. (Documentos censitários. Série B, 4) Publicado em *Recenseamento de 1920; Introdução*. Rio de Janeiro, 1922. v. 1, p. 403-83.
- 29 — ——. *Utilização da amostragem nos censos do Brasil*. s.n.t.
- 30 — IRWIN, Richard & SPIELMAN, Evelyn. Introdução à análise das estimativas de indicadores demográficos obtidas através de diversas metodologias — Brasil 1940/70. In: IBGE. *Encontro brasileiro de estudos populacionais; contribuições apresentadas*. Rio de Janeiro, 1976. 647 p., p. 504-17, tab., gráf.
- 31 — ——. Rede censitária: Brasil, 1940/1970. In: IBGE. *Encontro brasileiro de estudos populacionais; contribuições apresentadas*. Rio de Janeiro, 1976. 647 p., p. 518-35, tab., gráf.
- 32 — JABINE, Thomas B. *Elementos de amostragem probabilística aplicada aos censos*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957, p. irreg., tab. (Documentos censitários. Série D, 7) Bibliografia.
- 33 — LEITE, Valéria da Motta. *Avaliação da qualidade dos dados censitários*. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. 35 p., + 2 f., tab., gráf. (Estudos e análises, 8) Bibliografia p. 35.
- 34 — ——. Observações sobre a declaração de filhos tidos nascidos mortos. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 34(135): 417-24, jul./set. 1973. Estudo baseado nas declarações dos censos de 1940 e 1970. Publicado em *Boletim Demográfico CBED*, v. 3, n. 3, jan./mar. 1973.
- 35 — MILLIET, Sérgio. Recenseamentos antigos. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 6(62):144-50, abr./jun. 1955.
- 36 — MORTARA, Giórgio. Análise comparativa dos resultados dos censos brasileiros de 1900, 1920 e 1940 e determinação da mortalidade nos períodos intercensitários. In: —. *Pesquisas sobre populações americanas*. Rio de Janeiro, FGV, 1947. 228 p. (Estudos brasileiros de demografia. Monografia, 3) p. 101-14.
- 37 — ——. *Os aspectos internacionais do recenseamento*. s.n.t. Conferência pronunciada no Palácio Itamarati.
- 38 — ——. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940. In: —. *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. p. 50-62 (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 13). Análise da

- população do Brasil segundo os cinco censos.
- 39 — ——. Comparação entre os números dos brasileiros natos, apurados pelos censos de 1940 e de 1920, e os calculados conforme determinadas hipóteses acerca da população, da natalidade e da mortalidade. In: —. *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. p. 74-83 (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 13)
- 40 — ——. O crescimento da população do Brasil entre 1872 e 1940. In: —. *Pesquisas sobre populações americanas*. Rio de Janeiro, FGV, 1947. 228 p. (Estudos brasileiros de demografia. Monografia, 3) p. 81-100.
- 41 — ——. O desenvolvimento da população de Minas Gerais entre 1872 e 1940. In: —. *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. p. 93-101 (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 13) Análise crítica comparativa dos resultados de cinco censos)
- 42 — ——. O desenvolvimento da população do Pará entre 1872 e 1940. In: —. *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. p. 84-92 (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 13) Análise crítica comparativa dos resultados de cinco censos.
- 43 — ——. Estudos sobre a utilização do Censo Demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 1-3 (1-9) jan./mar. 1940 — jan./mar. 1942.
- 44 — ——. *Les erreurs dans les déclarations de l'âge dans les recensements brésiliens de 1940 et 1950*. Rio de Janeiro, s.n.t., 35 p. tab.
- 45 — ——. Poesia e prosa do recenseamento. s.n.t., 35 p., Separata da *Revista de Ciências Econômicas*, São Paulo, v. 2, n. 2, mar./abr. 1940. Aula inaugural professada a 1.º de março de 1940 na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo e Escola de Comércio Álvares Penteado.
- 46 — ——. *Quelques possibilités de reconstruction du mouvement d'une population à l'aide des recensements démographiques*. s.n.t., 11 p. Separata da *Revue de l'Institut International de Statistique*, n. 1/2, 1941.
- 47 — ——. *Sul calcolo di tavole di mortalità per gli stati del Brasile mediante confronto tra censimenti successivi*. Bruxelles, 1960. 12 p. 31a. Sessão dell'Istituto Internazionale di Statistica.
- 48 — ——. *Sur l'utilisation des données recensements pour la reconstruction du mouvement de la population*. s.n.t. [1963] 10 p.
- 49 — RABELLO, Armando Duarte. *O custo dos censos no Brasil* (Recenseamentos Gerais de 1920, 1940 e 1950) Rio de Janeiro, IBGE, 1957. 106 f., il. (Documentos censitários. Série C, 17)

- 50 — REIS, Sebastião de Oliveira & AZEVEDO, Aloysio V. de. *Legislação sobre a realização dos censos demográfico e econômicos (inclusive agropecuário)* Rio de Janeiro, 1972. 11 p. Conferência Nacional de Estatística, Geografia e Cartografia, 2., Rio de Janeiro, 28 nov./9 dez. 1972.
- 51 — RIOS, José Arthur. O censo e os indicadores sociais. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 33 (132):759-65, o u t./d e z. 1972. Conferência Nacional de Estatística, Geografia e Cartografia, 2., Rio de Janeiro, 28 nov./9 dez. 1972.
- 52 — SPIELMAN, Evelyn & LEITE, Valéria da Motta. Avaliação crítica da estrutura por sexo e idade da população brasileira, segundo os censos demográficos. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 35(138): 203-26, abr./jun. 1974.
- 53 — TAUNAY, Affonso de E. Velhos censos. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 14(53):39-41, jan./mar. 1953.

## IMPÉRIO

### Geral

- 54 — BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio pela Commissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Municipio da Côte a que se procedeu em abril de 1870*. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1871. 36 p., tab.
- 55 — BRASIL. Leis, decretos, etc. O regulamento do censo de 1851. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 7(28): 788-90, out./dez. 1946. Texto do Decreto n.º 797, de 18 de junho de 1851 que manda executar o Regulamento para a Organização do Censo Geral do Império.
- 56 — ——. Decreto n.º 907, de 29 de janeiro de 1852. Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo Geral do Império, e para o Registro dos nascimentos e óbitos. In: ——. *Collecção das Leis do Imperio de 1852*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1853. t. 15, parte 2, p. 19.
- 57 — ——. Decreto n.º 4.676, de 14 de janeiro de 1871. Créa na Côte do Imperio uma Directoria Geral de Estatística, em virtude da autorização concedida pelo art. 2.º da Lei n.º 1.829 de 9 de setembro de 1870 e manda executar o respectivo Regulamento. In: ——. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871. t. 31, parte 2, p. 35-47. A Directoria cabe dirigir os trabalhos do censo em todo o Império e proceder ao Recenseamento da população do Município Neutro.
- 58 — SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*

rio. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. 156 f., tab. (Documentos censitários. Série B,

1) População geral e de cada província, tentados desde os tempos coloniais.

### Recenseamento Geral de 1872

- 59 — BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Relatorio e trabalhos estatísticos apresentados ao Illmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. José Renato da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretario de Estado de Negocios do Imperio pelo Director Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia*. Rio de Janeiro, Typ. Hyppolito José Pinto, 1877/1878. p. irreg., tab.
- 60 — ——. Recenseamento de 1872. In: —. *Relatorio e trabalhos estatísticos apresentados ao Illmo e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio pelo Director Geral Interino Dr. José Maria do Coutto*. Rio de Janeiro, 1873. 49 p., quadros anexos. p. 42-7. Menciona as várias tentativas de censo no Brasil, dando ênfase ao censo de 1872.
- 61 — ——. Leis, decretos, etc. Lei n.º 1.829, de 9 de setembro de 1870. Sanciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio. In: —. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1870*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870. t. 30, parte 1, p. 89. Publicado em IBGE. Documentos censitários. Série A, 1.
- 62 — ——. Decreto n.º 4.856, de 30 de dezembro de 1871. Manda proceder, em execução ao art. 1.º da Lei n.º 1.829, de 9 de setembro de 1870 ao primeiro recenseamento da população do Imperio. In: —. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871. t. 34, parte 2, p. 786. Publicado em IBGE. Documentos censitários. Série A, 1.
- 63 — MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Os dados precários da demografia e sua manipulação. In: *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1978. 387 p., p. 127-49 (Coleção Estudos Brasileiros). Examina os dados dos censos de 1872 e de 1890 e faz a comparação.

### REPÚBLICA

#### Recenseamento Geral de 1890

- 64 — BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Idades da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Ages de la population recensée au 31 décembre 1890. Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1901. 411 p., tab.

- 65 — ——. *Recenseamento Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890*. Recensement général de la République des Etats Unis du Brésil. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1892-98. 2 v., tab. (Recenseamento Geral do Brasil 1890, 2)
- 66 — ——. *Instruções para o segundo recenseamento da população da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1890. 30 p., tab. Em anexo modelos e instruções.
- 67 — ——. Leis, decretos, etc. Decreto n.º 113-D — de 2 de janeiro de 1890. Restaura a Directoria Geral de Estatística, criada pelo art. 2.º da Lei n.º 1.829, de 9 de setembro de 1870, e
- 68 — ——. Decreto n.º 659, de 12 de agosto de 1890. Mandando proceder ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1872 e 1890*. Rio de Janeiro, 1951. 13 f. (Documentos censitários. Série A, 1) f. 8.
- 68 — ——. Decreto n.º 659, de 12 de agosto de 1890. Mandando observar as instruções para o segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1872 e 1890*. Rio de Janeiro, 1951. 13 f. (Documentos censitários. Série A, 1) f. 9. Em anexo as Instruções para o 2.º Recenseamento da população do Brasil, a que se refere o Decreto n.º 659.

#### Recenseamento Geral de 1900

- 69 — BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Instruções para o Serviço do Recenseamento de 1900 em sua phase final*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1907. 7 p.
- 70 — ——. Portaria de 20 de janeiro de 1900. Aprova as instruções gerais e os modelos para o Recenseamento de 31 de dezembro do corrente ano. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1900 e 1920*. Rio de Janeiro, 1951. 13 f. (Documentos censitários. Série A, 2) f. 1-5 e anexos.
- 71 — ——. *Relatorio apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1908. 205 p., tab.
- 72 — ——. *Relatorio apresentado ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas pelo Director Geral*. Rio de Janeiro, Of. da Estatística, 1902. 131 p., tab.

#### Recenseamento Geral de 1910

- 73 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.º 7.931, de 31 de março de 1910. Aprova o regulamento para o serviço do recenseamento geral da população da República.

- In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1910 e 1930*. Rio de Janeiro, 1953. 33 f. (Documentos censitários. Série A, 5) f. 1. Em anexo, f. 1-4, o Regulamento a que se refere o Decreto n.º 7.931, desta data, para o Recenseamento Geral da População da República e as Instruções Preliminares para a execução do Recenseamento de 1910.
- 74 — ——. Decreto n.º 8.301, de 14 de outubro de 1910. Aprova o regulamento para a organização do serviço do pessoal em comissão encarregado do recenseamento geral da população da República. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1910 e 1930*. Rio de Janeiro, 1953. 33 f. (Documentos censitários. Série A, 5) f. 19. Em anexo a Exposição de Motivos que solicita ao Congresso Nacional verbas para a realização do Recenseamento de 1910.
- 75 — ——. Decreto n.º 8.382, de 13 de novembro de 1910. Designa o dia 30 de junho de 1911 para serem feitas as declarações nas listas domiciliares do recenseamento geral da população da República. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1910 e 1930*. Rio de Janeiro, 1953. 33 f. (Documentos censitários. Série A, 5) f. 19. Em anexo a Exposição de Motivos que solicita ao Congresso Nacional verbas para a realização do Recenseamento de 1910.

#### Recenseamento Geral de 1920

- 76 — BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Confirmação dos resultados do Recenseamento demographico de 1920 e da estimativa feita pela Directoria Geral de Estatística da população escolar de 6 a 12 annos, existente no Districto Federal em 31 de dezembro de 1926*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927. 15 p., tab. Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920.
- 77 — ——. *Custo dos inqueritos demographico e economico*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1923. 36 p., tab. (Recenseamento Geral do Brasil 1920, 4)
- 78 — ——. *Indice alphabetico da Carta Censitaria do Districto Federal*; discriminação dos logradouros segundo as divisões censitaria, municipal e judiciaria. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1925. 114 p. Mapa em anexo. Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920.
- 79 — ——. *Instruções aos Delegados Geraes e Seccionaes e as Comissões Censitarias para o recenseamento geral da população, da agricultura e das industrias a realizar-se em 1 de setembro de 1920*. Aprovadas por Aviso n. 21, de 8 de março de 1920. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1920. 31 p.
- 80 — ——. *Lei e regulamento para o recenseamento geral da população, da agri-*

- cultura e das indústrias a realizar-se em 1 de setembro de 1920* (Decretos ns. 4.017 e 14.026, de 9 e 21 de janeiro de 1920). Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1920. 13 p.
- 81 — ——. *Recenseamento de 1920*; instruções especiais para apuração do censo demográfico. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1922. 31 p., tab.
- 82 — ——. *Recenseamento de 1920*. Modelos para a colecta e apuração dos censos demográfico e económico. Rio de Janeiro, 1920. 31 p. e anexos.
- 83 — ——. *Recenseamento do Brasil*; realizado em 1.º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1922. 160 p. Anexos: decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do Recenseamento.
- 84 — ——. Leis, decretos, etc. Decreto n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920. Autoriza o governo a mandar proceder, no dia 1 de setembro de 1920, ao recenseamento geral da população do Brasil e dá outras providências. In: —. *Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1920*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1921. v., v. 1, p. 174. Publicado em IBGE. Documentos censitários. Série A, 2.
- 85 — ——. Decreto n.º 14.026, de 21 de janeiro de 1920. Aprova o regulamento para execução do Decreto n.º 4.017, de 9 de janeiro de 1920. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1900 e 1920*. Rio de Janeiro, 1951. 13 f. (Documentos censitários. Série A, 2) f. 9. Em anexo, o Regulamento a que se refere o Decreto 14.026.
- 86 — ——. *Lei e regulamento para o recenseamento geral da população, da agricultura e das indústrias a realizar-se em 1 de setembro de 1920*. (Decretos ns. 4.017 e 14.026, de 9 e 21 de janeiro de 1920) Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1920. 13 p.
- 87 — CARVALHO, Bulhões. *Aperçu sur les résultats du recensement réalisé au Brésil en septembre 1920*; population-agriculture-industrie. Rio de Janeiro, Typ. Statistique, 1925. 50 p., tab.
- 88 — FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. 32 f. (Documentos censitários. Série B, 2)
- 89 — MOREIRA, Fausto. *Recenseamento de 1920. Conferencia feita em 21 de junho na sede da Escola Superior de Commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1920. 18 p.
- 90 — PACHECO, Octavio Leal. *Recenseamento de 1920. Município de Bom Sucesso (Estado de Minas Gerais)* Relatório apresentado à 15.ª Delegacia Seccional do Recenseamento. Contem o resultado dos trabalhos censitários e o historico da fundação da cidade de Bom Sucesso. Belo Horizonte, Imp. Official, 1922. 40 p., fot., tab.

## Recenseamento Geral de 1930 (não realizado)

- 91 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n. 5.730, de 15 de outubro de 1929. Autoriza a proceder ao Recenseamento Geral da República em 1 de setembro de 1930 e dá outras providências. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1910 e 1930*. Rio de Janeiro, 1953. 33 f. (Documentos censitários. Série A, 5) f. 29-33.
- 92 — ——. Decreto n. 18.994 — de 19 de novembro de 1929. Dá regulamento ao Decreto-Lei n. 5.730, de 15 de outubro de 1929, que autoriza a proceder ao Recenseamento Geral da República em setembro de 1930. In: IBGE. *Legislação básica dos Recenseamentos de 1910 e 1930*. Rio de Janeiro, 1953. 33 f. (Documentos censitários. Série A, 5) f. 22-8.

## Recenseamento Geral de 1940

- 93 — O ANNO do Recenseamento. *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 5(49):19-40, fev. 1940, fot., tab., gráf.
- 94 — AROUCHA, Marcelo. *A região da serra dos Aimorés e o Recenseamento Geral de 1940*. Rio de Janeiro, IBGE, 1953. 35 f., tab. (Documentos censitários. Série B, 5)
- 95 — BASTOS, Humberto. Instantâneos do Recenseamento. *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 5(56):16-25, set. 1940, fot.
- 96 — BRANDÃO, Theo. O recenseamento e a poesia popular. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 21(83/84):234-8, jul./dez. 1960. Relata o auxílio que prestou a poesia popular da literatura de cordel e dos cantadores de viola ao Censo de 1940.
- 97 — BRASIL. Os Censos Gerais de 1940 vistos nos EE.UU.
- 98 — ——. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 2(6):313, abr./jun. 1941.
- 98 — BRASIL. Leis, decretos, etc. *Coleção de Decretos-Leis sobre o Recenseamento Geral da República em 1940*. Rio de Janeiro, IBGE, 1939. 47 p.
- 99 — ——. Decreto-Lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938. Regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e dá outras providências. In: IBGE. *Legislação orgânica do sistema estatístico-geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, 1947. 182 p., p. 67-71. Publicado no *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1938.
- 100 — ——. Decreto-Lei n.º 796, de 19 de outubro de 1938. Dispõe sobre a Comissão Censitária Nacional, com vistas ao Recenseamento Geral da República de 1940. In: IBGE. *Legislação orgânica do sistema estatístico-geográfico brasileiro*.

- ro. Rio de Janeiro, 1947. 182 p., p. 77-8, Publicado no *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 21 out. 1938.
- 101 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei n.º 2.141, de 15 de abril de 1940. Regula a execução do Recenseamento Geral de 1940, nos termos do Decreto-Lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938. In: IBGE. *Legislação básica do Recenseamento de 1940*. Rio de Janeiro, 1951. 31 f., f. 11-31 (Documentos censitários. Série A, 3)
- 102 — CARVALHO, Afrânio de. *Observações sobre a organização e execução do Recenseamento Geral do Brasil em 1940*. Rio de Janeiro, IBGE, 1948. 367 f., tab. Mimeografado.
- 103 — ——. *Recenseamento Geral de 1940*. Rio de Janeiro, s. ed., s. d., 367 p.
- 104 — CUNHA, Ovídio de. *O Neo-Maltusianismo. Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 5(55):121-3, ago. 1940. Estudo sobre o aspecto sociológico do Recenseamento de 1940.
- 105 — ESTEVES, Albino. Algumas sugestões para a propaganda do Recenseamento de 1940. In: IBGE. *Aspectos da propaganda censitária*. Rio de Janeiro, 1951. 26 f. (Documentos censitários. Série B, 3) f. 1-5.
- 106 — FELIPPE, J. Carneiro. A educação e a cultura no Recenseamento Geral de 1940. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 2(7):439-44, jul./set. 1941. Publicado em *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a educação*. Rio de Janeiro, IBGE, 1941. p. 541-6.
- 107 — ——. O Recenseamento Geral de 1940 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 4(14):193-5, abr./jun. 1943.
- 108 — — & MORAIS, Octavio Alexander de. *Nota sobre a eficiência da coleta do Censo Demográfico Brasileiro de 1940*. Rio de Janeiro, IBGE, 1947. 3 f. Mimeografado.
- 109 — FERREIRA, Tolstói de Paula. O desenvolvimento das operações censitárias no município da capital. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 7(78):65-74, ago./set. 1941. Bases gerais e natureza do processo de recenseamento. Trabalhos censitários (1940) em São Paulo.
- 110 — FIGUEIREDO, Jayme. *Cosas que acontecem num recenseamento*. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. 165 p., il.
- 111 — IBGE. *Análises dos resultados do Censo Demográfico de 1940*. Rio de Janeiro, 1942-1948. 14 v. Reune 411 estudos elaborados com base no Censo de 1940.
- 112 — ——. *O aproveitamento das apurações do censo demográfico de 1940 para a determinação das correntes de migração interior*. Rio de Janeiro, 1948. 67 p. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 1)

- 113 — ——. *Os cegos no Brasil segundo o Censo Demográfico de 1.º de setembro de 1940*. Rio de Janeiro, 1948. 96 p. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 2)
- 114 — ——. *Esquema de publicação e ementário de quadros*. Rio de Janeiro, 1950. 48 p. Documentação relativa ao Censo de 1940.
- 115 — ——. *A Glimpse into the Coming Fifth Census of Brazil (September 1st — 1940)* Rio de Janeiro, 1940. 17 p. Presented at the Eight American Scientific Congress. Washington, D.C., May 10-18, 1940.
- 116 — ——. *Legislação básica do Recenseamento de 1940*. Rio de Janeiro, 1951. 31 f. (Documentos censitários. Série A, 3)
- 117 — ——. *Notícia sobre o Recenseamento Geral de 1940*. Rio de Janeiro, 1942. 11 p.
- 118 — ——. *Relatórios do Serviço Nacional de Recenseamento (Recenseamento Geral de 1940)* Rio de Janeiro, 1954. 165 f. tab. (Documentos censitários. Série B, 8)
- 119 — ——. Resolução n.º 369, de 16 de julho de 1948. Encaminha o imediato encerramento da operação censitária de 1940. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, 1948. t. 9, 208 p., il. p. 52-4.
- 120 — ——. Resolução n.º 416, de 6 de julho de 1949. Incorpora aos anais do Conselho um documento relativo à divulgação dos resultados do Recenseamento de 1940 e registra o encerramento das atividades da Comissão Censitária Nacional. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística* Rio de Janeiro, 1949. t. 10, 257 p., p. 12-21. Anexo: Balanço objetivo e sereno do Censo de 1940, por Rafael Xavier.
- 121 — ——. Resolução n.º 432, de 8 de julho de 1949. Mandam compendiar os principais índices direta ou indiretamente deduzidos do Censo Demográfico de 1940. In: —. *Resoluções da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, 1949. t. 10, 257 p., p. 158.
- 122 — ——. Resolução n.º 669, de 25 de agosto de 1956. Registra pronunciamentos sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral*. Rio de Janeiro, 1957. t. 17, 52 p., p. 28-9.
- 123 — ——. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional (Recenseamento Geral de 1940)* Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4)
- 124 — ——. Resolução n.º 1, de 28 de maio de 1938. Dá regimento à Comissão. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional (Recenseamento Geral de 1940)* Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 1.
- 125 — ——. Resolução n.º 2, de 1.º de junho de 1938. Propõe o orçamento prévio do Recenseamento de 1940 e

- discrimina a verba necessária aos serviços censitários de 1939. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 2.
- 126 — ——. Resolução n.º 5, de 6 de julho de 1938. Dispõe sobre a propaganda das operações destinadas ao Recenseamento Nacional de 1940. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 9.
- 127 — ——. Resolução n.º 11, de 27 de agosto de 1938. Aprova as bases para a elaboração do decreto-lei que deverá dispor sobre os Recenseamentos Gerais do Brasil. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 16-9.
- 128 — ——. Resolução n.º 15, de 13 de janeiro de 1939. Inclúe entre os objetivos das campanhas censitárias de 1939 e 1940 o levantamento das coordenadas geográficas de sedes municipais de posição ainda não determinada. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 22.
- 129 — ——. Resolução n.º 16, de 13 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a elaboração de monografias, como atividade conexa com os serviços censitários. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 23.
- 130 — ——. Resolução n.º 21, de 26 de maio de 1939. Dispõe sobre a inclusão de dados relativos à climatologia brasileira no plano de divulgação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 29-30.
- 131 — ——. Resolução n.º 30, de 9 de janeiro de 1940. Dispõe sobre os órgãos de direção e de execução do Serviço Nacional de Recenseamento. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 40-2.
- 132 — ——. Resolução n.º 85, de 30 de dezembro de 1948. Dispõe sobre o encerramento das atividades do Serviço Nacional de Recenseamento. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f. (Documentos censitários. Série A, 3) f. 163.
- 133 — ——. Resolução n.º 37, de 14 de março de 1938. Estabelece as disposições pre-

- vistas no Decreto-Lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, que regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940. In: —. *Resoluções aprovadas pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no ano de 1938*. Rio de Janeiro, 1939. 54 p., p. 23-8.
- 134 — ——. *Os surdos-mudos no Brasil segundo o Censo Demográfico de 1.º de setembro de 1940*. Rio de Janeiro, 1948. 27 p. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 3)
- 135 — INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Resolução n.º 8, de 30 de dezembro de 1936. Determina as providências que serão solicitadas aos poderes públicos, em 1937, para o aperfeiçoamento da estatística brasileira e preparação do Recenseamento de 1940. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1937. t. 1, 91 p., p. 33-5.
- 136 — ——. Resolução n.º 30, de 9 de julho de 1937. Formula um apelo ao Conselho Brasileiro de Geografia, relativamente à Carta do Brasil e ao Atlas Geográfico Brasileiro como elementos subsidiários do Recenseamento Geral da República em 1940. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1938. t. 2, 123 p., p. 9-10.
- 137 — ——. Resolução n.º 50, de 17 de julho de 1937. Propõe as bases para a organização, execução e divulgação do Recenseamento Geral da República em 1940. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1938. t. 2, 123 p., p. 52-4. Publicada em IBGE. *Legislação orgânica do sistema estatístico-geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, 1947. 182 p., p. 71-4.
- 138 — JARDIM, Germano. Custo dos censos em dez nações americanas. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 9 (33):91-101, jan./mar. 1948, tab. Referência ao Censo de 1940, realizado no Brasil.
- 139 — ——. *População urbana e população rural*. Rio de Janeiro, IBGE, 1954. 43 f., tab. (Documentos censitários. Série, D, 5) Problemas de definição e classificação. Distribuição da população brasileira segundo o Recenseamento de 1940.
- 140 — LIMA, Raul. Uma experiência de propaganda oficial. In: IBGE. *Aspectos da propaganda censitária*. Rio de Janeiro, 1951. 26 f. (Documentos censitários. Série B, 3) f. 6-13. O A. faz referência ao Censo de 1940.
- 141 — LOURENÇO FILHO, Ruy. População urbana e população rural. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*, Belo Horizonte, 2(4):74-89, jul./dez. 1953. Estudo do critério distintivo nos censos de 1940 e 1950; comparabilidade internacional.

- 142 — MORAIS, Octavio Alexander de. A estatística e o recenseamento, do ponto de vista do município. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 1(3):473-85, jul./set. 1940. O A. faz referência ao Censo de 1940.
- 143 — ——. *O Recenseamento de 1940 do ponto de vista da técnica censitária*. Rio de Janeiro, IBGE, 1954. 21 f. (Documentos censitários. Série B, 7). Publicado em *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 4(14):257-78, out./dez. 1951 e *Estadística*, Washington, D.C. (6):189-207, jun. 1944.
- 144 — MORTARA, Giórgio. Os aspectos internacionais do Recenseamento. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 1(3):421-31, jul./set. 1940. Recenseamento de 1940.
- 145 — ——. *Curso de elementos de estatística demográfica*. Rio de Janeiro, IBGE, 1953. 125 p. (Documentos censitários. Série D, 3) Curso para a preparação de um grupo de colaboradores do SNR aos trabalhos de elaboração e análise do Censo Demográfico de 1940.
- 146 — ——. *Interpretação e análise de algumas estatísticas de ensino primário no Brasil em relação com os resultados do Censo de 1940*. Rio de Janeiro, IBGE, 1942. 44 p., tab.
- 147 — ——. A pressão tributária no Brasil medida com o auxílio dos resultados provisórios do Censo Demográfico de 1940. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 1(3):14-21, mar. 1942.
- 148 — ——. Recenseamento e serviços públicos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 3(3):47-51, set. 1941.
- 149 — PESSOA, H. E. Alvim. A compreensão e a profundidade dos inquéritos censitários. A propósito do modelo C.D. 1.01 do Recenseamento Geral de 1940. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 4(15):445-58, jul./set. 1943.
- 150 — O RECENSEAMENTO Geral da República. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 1(4):829-30, out./dez. 1940.
- 151 — SILVA, Benedicto. Precisão e exatidão. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 1(3):489-96, jul./set. 1940. Descrição das fases de um censo ou inquérito estatístico, exemplificando o Censo de 1940.
- 152 — XAVIER, Rafael. Balanço objetivo e sereno do Censo de 1940. In: IBGE. *Resoluções da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, 1949. t. 10, 257 p., p. 13-21.

#### Recenseamento Geral de 1950

- 153 — AZEVÊDO, Newton Pires de. *Notas sobre a divulgação do Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1955. 81 f., tab. (Documentos censitários. Série C, 16). Resumo publicado em *Estadística*, Washington, D.C. 13(48/49):535-7, Sept./Dec. 1955.

- 154 — ——. Recenseamento. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 17 (66):151-2, abr./jun. 1956. O que representa uma operação censitária, considerando o Censo de 1950.
- 155 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.º 26.914, de 20 de julho de 1949. Aprova o Regulamento do VI Recenseamento Geral do Brasil. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1949.
- 156 — ——. Lei n.º 651, de 13-3-49. Dispõe sobre a realização do VI Recenseamento Geral do Brasil. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1949. Publicada em IBGE. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, 1949. t. 10, 257 p., p. 25-6.
- 157 — BRASIL. Leis, decretos, etc. *Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1949. v. 1 — Legislação — Atos do Governo Federal.
- 158 — CAVALCANTI, Maria Dulce Vilar & COSTA, Luís Cláudio de Castro e. *Utilização dos dados censitários de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. 37 f., tab. (Documentos censitários. Série E, 4)
- 159 — CUNHA, Ciro Vieira da. Aspectos da propaganda do Recenseamento. In: IBGE. *Aspectos da propaganda censitária*. Rio de Janeiro, 1951. 26 f. (Documentos censitários. Série B, 3) f. 21-6.
- 160 — ——. Esboço de plano de propaganda para o VI Recenseamento Geral do Brasil. In: IBGE. *Aspectos da propaganda censitária*. Rio de Janeiro, 1951. 26 f. (Documentos censitários. Série B, 3) f. 14-20.
- 161 — FELIPPE, J. Carneiro. O Censo Continental de 1950. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 7 (27):503-10, jul./set. 1946. Sugestões sobre o recenseamento a ser realizado em 1950 nos países do Continente, Brasil inclusive.
- 162 — FRIAS, Roque Garcia. O Censo de 1950 e a aplicação da amostragem. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 9(43):379-90, jul./set. 1950.
- 163 — GUIMARÃES, Alberto Passos. *Base geográfica do Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. 48 f., diagr., tab. (Documentos censitários. Série C, 5)
- 164 — ——. *Base legal do Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. 43 f. (Documentos censitários. Série C, 1) Publicado em *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 12(46):164-83, abr./jun. 1951.
- 165 — ——. *Cadastros preliminares do Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1953. 18 f. (Documentos censitários. Série C, 10) Anexos.
- 166 — ——. *A data do Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. 22 f. (Documentos censitários. Série C, 2) Publicado em *Revista Brasileira de Esta-*

- tística*, Rio de Janeiro, 13 (49):26-37, jan./mar. 1952.
- 167 — ——. *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1952. 47 f., plantas, mapas (Documentos censitários. Série C, 9)
- 168 — ——. *O quesito "religião" no Censo Demográfico de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1952. 24 f., tab. Anexos (Documentos censitários. Série C, 8)
- 169 — IBGE. *Aspectos da execução de um censo*. Rio de Janeiro, 1951. 22 p., fot., mapa desd. Considerações sobre o Recenseamento de 1950.
- 170 — ——. *Censo Demográfico; instruções ao recenseador CD 1.30*. Rio de Janeiro [1950] 38 p. (Recenseamento Geral do Brasil 1950, 6)
- 171 — ——. *Contribuições para o estudo da demografia do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1970. 458 p., tab., gráf. (Estudos de estatística teórica e aplicada) Reúne os principais estudos elaborados com base no censo de 1950.
- 172 — ——. *Estudos demográficos*. Rio de Janeiro, 1951-1964. 10 v. Reúne 286 estudos elaborados, em sua maioria, com base no Censo de 1950.
- 173 — ——. *Informação sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. 23 f., org., tab. (Documentos censitários. Série C, 6)
- 174 — ——. *Migração interna* (análise de dados censitários de 1950) Rio de Janeiro, 1959. 102 p. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 26) Reúne 9 estudos.
- 175 — ——. *Para que serve o recenseamento*. Rio de Janeiro, 1950. 30 p., tab. Considerações visando ao Recenseamento de 1950.
- 176 — ——. *Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, 1949. v. 1 — Legislação — Atos do Governo Federal.
- 177 — ——. *Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro, 1949. v. 2 — Legislação — Atos do Conselho de Estatística.
- 178 — ——. *Relatório ...* [da] Comissão de estudos para conclusão do Recenseamento de 1950. Rio de Janeiro, 1954. 37 p., tab.
- 179 — ——. Resolução n.º 361, de 13 de julho de 1948. Dispõe sobre a realização do Recenseamento Geral da República em 1950. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, 1948. t. 9, 208 p., il., p. 52-4.
- 180 — ——. Resolução n.º 418, de 6 de julho de 1949. Recomenda a colaboração dos órgãos do Conselho ao Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, 1949. t. 10, 257 p., p. 23-33. Em anexo a Lei n.º 651, de 13-3-49, que dispõe sobre a

- realização do VI Recenseamento Geral do Brasil e a Exposição de Motivos dirigida a Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, por J. C. Macedo Soares, Presidente do IBGE, relativa ao Censo de 1950.
- 181 — ——. Resolução n.º 507, de 12 de setembro de 1951. Consigna pronunciamentos sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil. In: ——. *Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro, 1952. t. 12, p. 220-2.
- 182 — ——. Resolução Censitária n.º 3, de 30 de dezembro de 1949. Dispõe sobre as despesas com o VI Recenseamento Geral do Brasil, no exercício de 1950. In: ——. *Resoluções da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no ano de 1949*. Rio de Janeiro, 1950. v. 13. p. 65-9.
- 183 — ——. Resolução Censitária n.º 15, de 7 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a aplicação de recursos destinados à execução do VI Recenseamento Geral do Brasil. In: ——. *Resoluções da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no ano de 1950*. Rio de Janeiro, 1951. v. 16, 64 p., p. 58-9.
- 184 — ——. Resolução Censitária n.º 40, de 22 de maio de 1953. Aprova os resultados da população presente do Brasil, em 1.º-VII-1950, apurados pelo Recenseamento Geral de 1950. In: ——. *Resoluções da Junta Executiva Central — 1953*. Rio de Janeiro, 1954. 60 p., p. 54-6.
- 185 — ——. Resolução Censitária n.º 54, de 17 de fevereiro de 1956, da Junta Executiva Central. Dispõe sobre o encerramento das atividades do Serviço Nacional de Recenseamento. *Estatística*, Washington, D.C., 14 (51):308, June 1956. Publicado no *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 4(189):8, fev. 1956.
- 186 — ——. Resolução n.º 327, de 11 de maio de 1949. Aprova o projeto de Regulamento para a realização do VI Recenseamento Geral do Brasil. In: ——. *Resoluções da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no ano de 1949*. Rio de Janeiro, 1950. v. 13, 69 p., p. 12-23. Texto do projeto em anexo.
- 187 — ——. Resolução n.º 329, de 27 de julho de 1949. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências. In: ——. *Resoluções da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no ano de 1949*. Rio de Janeiro, 1950. v. 13, p. 25-37.
- 188 — ——. Resolução n.º 499, de 29 de fevereiro de 1956, da Junta Executiva Central. Cria, em caráter transitório, o Núcleo de Planejamento Censitário. *Estatística*, Washington, D.C., 14(51):309-12, June 1956. Publicada no *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 4(191):9-11, mar. 1956.
- 189 — LOBO, José Guimarães. *A região da Serra dos Aimorés e o Recenseamento Geral de 1950*. Rio de Janeiro,

- IBGE, 1953. 92 p., tab. (Documentos censitários. Série B, 6)
- 190 — MELO, Afrânio Cavalcanti. *Notas sobre o preparo da "Sinopse preliminar do Censo Demográfico" de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. 24 f., tab. (Documentos censitários. Série C, 7)
- 191 — MONTENEGRO, Tulo Hostílio. Informação sobre o Sexto Recenseamento Geral do Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 12(48):433-46, out./dez. 1951.
- 192 — MORTARA, Giorgio. O aumento da população do Brasil no decênio sucessivo ao censo de 1940. In: —. *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951. p. 7-26. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 13) Análise do incremento da população do Brasil entre 1940 e 1950.
- 193 — ——. *A fecundidade da mulher no Brasil, segundo os resultados do Recenseamento de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957. 100 p., tab., gráf.
- 194 — ZARUR, Jorge. *Geografia e cartografia para fins censitários*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. 37 f., tab. (Documentos censitários. Série D, 2)

#### Recenseamento Geral de 1960

- 195 — ANDRADE, Mauro Gonçalves de & STERENBERG, Anna. *Programa internacional: censo de população*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. 153 f. (Documentos censitários. Série E, 2). Recenseamento de 1960. Pronunciamentos da Repartição Censitária Brasileira.
- 196 — AZEVEDO, Anderson Gouveia de. *Aspectos administrativos da coleta censitária*. Rio de Janeiro, 1959. 7 p. Mimeografado.
- 197 — BARROS, Ernani Thimóteo de. Ligeiras considerações sobre estimativas pós-censitárias de população para determinadas unidades político-administrativas. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(122):107-20, abr./ju n. 1970.
- 198 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.º 47.813, de 3 de março de 1960. Institui o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências. *Boletim Geográfico IBGE*, Rio de Janeiro, 18(157):764, jul./ago. 1960.
- 199 — CAMARGO, Enéas. As Nações Unidas e o Censo de 1960. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 21(81/82):97-9, jan./jun. 1960.
- 200 — COELHO, Rêmulu. As favelas do Estado da Guanabara segundo o Censo de 1960. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(122):125-41, abr./jun. 1970.
- 201 — IBGE. *Alguns aspectos da população brasileira segundo o Censo de 1960*. Rio de

- Janeiro, 1969. 55 p. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística demográfica, 30). Reúne 8 estudos.
- 202 — ——. *Ambito do Recenseamento Geral de 1960*. Rio de Janeiro, 1958. 4 f. Mimeografado.
- 203 — ——. *Âmbito, em extensão, do Recenseamento Geral de 1960*. [Rio de Janeiro] 1959. 5 f. (Doc. 2 — Rev.) Mimeografado.
- 204 — ——. *Base geográfica do Recenseamento de 1960*. Rio de Janeiro, 1959. 9 f. Mimeografado.
- 205 — ——. *Censo demográfico. Conceitos, critérios e classificações*. Rio de Janeiro, s.d., 48 p. Doc. I/3. Mimeografado. Conceitos e critérios necessários à investigação de cada tópico ou de sua classificação relativa ao censo de 1960.
- 206 — ——. *Censo Demográfico de 1960: favelas do Estado da Guanabara* [Rio de Janeiro, 1968] 97 p.
- 207 — ——. *Descrição dos limites das circunscrições censitárias do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, 1970. 30 f. (Recenseamento Geral do Brasil 1960, 7)
- 208 — ——. *Investigação em profundidade*. Rio de Janeiro, 1958. 22 f., tab. (Doc. I/2) Planejamento do Censo de 1960. Mimeografado.
- 209 — ——. *VIII Recenseamento Geral. Parecer sobre o âmbito em extensão e profundidade do censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1969. 102 p.
- 210 — ——. *Orçamento das despesas do Recenseamento Geral de 1960, para prévio conhecimento e aprovação do Governo*. Rio de Janeiro, 1960. 2 f. Informe à Comissão Censitária Nacional. Mimeografado.
- 211 — ——. *Plano geral da operação censitária em toda sua extensão e profundidade*. Rio de Janeiro, 1960. 3 f. Informe à Comissão Censitária Nacional. Mimeografado.
- 212 — ——. *Programa de Planejamento do Recenseamento Geral de 1960*. Rio de Janeiro, 1957. 13 f., tab. Mimeografado.
- 213 — ——. *Programa do Censo Demográfico de 1960*. Rio de Janeiro, 1959. 21 f. Mimeografado.
- 214 — ——. *Programa do Recenseamento Geral de 1960. Aplicação de amostragem e coleta do Censo Demográfico; declaração de voto*. Rio de Janeiro, 1960. 8 p. Mimeografado.
- 215 — ——. *Programa do Recenseamento Geral de 1960. Datas de referência e prazos de execução dos Censos de 1960*. Rio de Janeiro, 1959. 4 f. (Doc. 3 — Rev.) Mimeografado.
- 216 — ——. *Programa do Recenseamento Geral de 1960. Profundidade do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1959. 37 f., tab. (Doc. 4) Mimeografado.
- 217 — ——. *Quadros de divulgação*. Rio de Janeiro, s. d., p. irreg. (Doc. I/4) Planejamento do Censo de 1960. Mimeografado.

- 218 — ——. *Recenseamento Geral de 1960*. Esquema de operação do Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1958. 3 f. Mimeografado.
- 219 — ——. Resolução n.º 667, de 24 de agosto de 1956. Saliênta a necessidade da realização do VII Recenseamento Geral do Brasil e faz recomendações nesse sentido. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral*. Rio de Janeiro, 1957. t. 17, 52 p., p. 28-9.
- 220 — ——. Resolução n.º 695, de 20 de junho de 1957. Faz recomendações a respeito dos problemas de base geográfica relacionados com a execução do Recenseamento Geral de 1960. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral*. Rio de Janeiro, 1957. t. 18, 85 p., p. 27-8.
- 221 — ——. Resolução n.º 696, de 20 de junho de 1957. Dispõe sobre o planejamento do Recenseamento Geral de 1960. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral*. Rio de Janeiro, 1957. t. 18, 85 p., p. 28-9.
- 222 — ——. Resolução n.º 714, de 8 de julho de 1958. Reitera pronunciamento e formula apelo sobre a divisão territorial do País, tendo em vista o Recenseamento Geral de 1960. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral*. Rio de Janeiro, 1950. t. 18, p. 11-2.
- 223 — ——. Resolução n.º 727, de 10 de julho de 1958. Formula apelo ao Congresso Nacional, tendo em vista a realização do Recenseamento Geral de 1960. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral*. Rio de Janeiro, 1959. t. 19, 56 p., p. 28.
- 224 — ——. Resolução n.º 762, de 22 de abril de 1960. Formula apelo ao Congresso Nacional, no sentido de assegurar os recursos indispensáveis à execução do VII Recenseamento Geral do Brasil. In: —. *Resoluções da Assembléia Geral*. Rio de Janeiro, 1960, t. 21, 42 p., p. 9-10.
- 225 — ——. Resolução n.º 51, de 25 de março de 1964. Aprova o Plano de Divulgação dos Dados Definitivos do VII Recenseamento Geral do Brasil. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 12(619):2-3, 15 maio 1964. Publicado em *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 25(97/98):88-90, jan./jun. 1964.
- 226 — LOPES, Valdecir F. Introdução ao estudo da família no Brasil, com base no Censo Demográfico de 1960. In: IBGE. *Encontro brasileiro de estudos populacionais*; contribuições apresentadas. Rio de Janeiro, 1976. 647 p., p. 450-64, tab. Bibliografia.
- 227 — MADEIRA, João Lyra. Estimativas intercensitárias. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 26(101/102): 18-24, jan./jun. 1965, tab.
- 228 — MORTARA, Giorgio. A composição por sexo e idade da população do Brasil, segundo o Censo de 1960. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 26(103/104):85-92, jul./dez. 1965, tab.
- 229 — ——. Erros nas previsões da população presente em 1960. *Revista Brasileira de*

- Estatística*, Rio de Janeiro, 25(97/98): 1-8, jan./jun. 1964, tab.
- 230 — PEREIRA, Celeciana Maciel de Sá. *Bases para análise de resultados do Censo de 1960. Considerações preliminares, estrutura político-administrativa e estrutura sócio-econômica*. Rio de Janeiro, Gráf. Riachuelo Ed., 1961. 143 p.
- 231 — PROFUNDIDADE do Censo Demográfico. *Estatística*, Washington, D. C., 17(64): 534-5, set. 1959. Considerações sobre a realização do Censo de 1960 no Brasil.
- 232 — O RECENSEAMENTO Geral de 1960. *Desenvolvimento e Conjuntura*, Rio de Janeiro, 3(3):27-34, mar. 1959.
- 233 — O RECENSEAMENTO Geral de 1960. *Desenvolvimento e Conjuntura*, Rio de Janeiro, 5(2):3-6, fev. 1961. Editorial.
- 234 — O RECENSEAMENTO Geral do Brasil. *Desenvolvimento e Conjuntura*, Rio de Janeiro, 5(4):11-5, abr. 1961. Considerações sobre o Recenseamento de 1960.
- 235 — REIS, Maurício Rangel. Estatísticas censitárias; relatório preliminar. In: BRASIL. Comissão Nacional de Planejamento. Grupo de Trabalho. *Relatório final ...* (Decreto 1.283, de 25 de junho de 1962). Rio de Janeiro, IBGE, 1962. p. irreg. Documento de circulação interna COPLAN (TF/22) 6/62.
- 236 — SCHLAEPFER, E. de C. R. A alfabetização no Brasil, segundo o Censo de 1960. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 30(120):386-8, out./dez. 1969.
- 237 — WILKES JÚNIOR, Herbert. *Base cartográfica: elaboração dos mapas municipais censitários*. Rio de Janeiro, IBGE. 1959. p. irreg. (Documentos censitários. Série E, 1)

#### Recenseamento Geral de 1970

- 238 — ANDRADE, Carlos Drummond de. Um cidadão. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):273-4, jul./set. 1970. Da importância da informação correta do cidadão, na organização das atividades econômico-sociais do Governo.
- 239 — —, Mauro Gonçalves de. A promoção do Censo de 1970. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):221-8, jul./set. 1970.
- 240 — —, Roberto. O Censo de 1970. *Indústria & Produtividade*, Rio de Janeiro, 1(1):20-1, jun. 1968.
- 241 — BARROS, Ernani Thimoteo de. Aplicações dos resultados do Censo Demográfico. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 32(126):191-201, abr./jun. 1971. Censo Demográfico de 1970.
- 242 — BRAGANÇA, Sérgio Luiz de. *Um ensaio sobre crítica e imputação*. Rio de Janeiro,

- ro, IBGE, 1975. 69 p., il. (Centro de Informática, 26/75). Critérios para um programa de imputação no Censo Demográfico de 1970.
- 243 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei n.º 369, de 19 de dezembro de 1968. Dispõe sobre a realização do VIII Recenseamento Geral do Brasil em 1970. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 17(864):4-5, 27 jan. 1969.
- 244 — ——. Decreto-Lei n.º 428, de 22 de janeiro de 1969. Dispõe sobre operação externa de financiamento do VIII Censo Geral do Brasil. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 17(864):5, 27 jan. 1969. Publicado no *Diário Oficial*, Brasília, 23 jan. 1969.
- 245 — ——. Decreto n.º 64.520, de 15 de maio de 1969. Aprova o Regulamento do VII Recenseamento Geral do Brasil. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 17(881): 10-11, 26 de maio de 1969. Publicado também no *Diário Oficial*, Brasília, 19 maio 1969.
- 246 — ——. Decreto n.º 65.697, de 12 de novembro de 1969. Altera disposições do Decreto n.º 64.520, de 15 de maio de 1969, que aprova o Regulamento do VIII Recenseamento Geral do Brasil. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 18(906):4, 17 nov. 1969. Publicado também no *Diário Oficial*, Brasília, 13 nov. 1969 e *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(121):89, jan./mar. 1970.
- 247 — CAFIERO, Pergi & LEAL, Luiz Carlos Campos. *Sugestão para apurações sobre os dados do Censo Demográfico — 1970. Melhoria das informações para o planejamento urbano*. Rio de Janeiro, IBGE, 1972. n. p. (Conferência Nacional de Estatística, Geografia e Cartografia, 2., Rio de Janeiro, 28 nov./11 dez. 1972)
- 248 — CENSO de 1970: precioso manancial de informações fundamentais. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):272-3, jul./set. 1970. Transcrição da reportagem "Censo Geral", publicada em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1970.
- 249 — COSTA, Rubens Vaz da. *Algumas considerações em torno dos resultados preliminares do Censo de 1970*. Fortaleza, 1971. 9 p. Datilografado.
- 250 — FREIRE, Francisco Romero Feitosa & VILLALOBOS, Alvaro González. *Anteprojeto: Plano de amostragem para o "SABAT" referente ao Censo Demográfico de 1970*. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. 128 p., tab. (Centro de Informática, 09/75) Bibliografia p. 127-8.
- 251 — IASI. COINS, XI Sessão, Ottawa 1973. *Brasil. Recenseamento Geral de 1970*. s. n. t., 16 f., il. Contribuição a . . . . Tema: "6. Utilización de los equipos electrónicos en la elaboración de datos estadísticos".
- 252 — ——. *Brasil. Recenseamento Geral de 1970*. s. n. t., 41 f., 2 mapas, 1 anexo.

- Contribuição a ... Tema: "4. Problemas y experiencias de los países americanos en los Censos efectuados bajo el Programa de COTA-1970".
- 253 — IBGE. *Amostra de 1% dos registros do Censo Demográfico de 1970: manual do usuário*. Rio de Janeiro, 1979. 85 p. (Estudos e pesquisas, 5)
- 254 — ——. *Censo Demográfico Avaliação da precisão da coleta; instruções de coleta (CD 1.83)* Rio de Janeiro [1970] 34 p. (Recenseamento Geral do Brasil 1970, 8)
- 255 — ——. *Censo Demográfico; código complementar*. Rio de Janeiro [1970] 243 p. (Recenseamento Geral do Brasil 1970, 8)
- 256 — ——. *Censo Demográfico; instruções de coleta (CD 1.09)* Rio de Janeiro [1970] 60 p., il. (Recenseamento Geral do Brasil 1970, 8)
- 257 — ——. *Censo 1970: realidade de hoje perspectivas do amanhã*. Rio de Janeiro, 1970. n. p., il.
- 258 — ——. *Instruções para delimitação dos setores censitários*. (DT-7.01) Rio de Janeiro [1970] 25 p., il., mapas (Recenseamento Geral do Brasil 1970, 8)
- 259 — ——. *Julinho o recenseador*. Rio de Janeiro, 1970. 16 p. Campanha de propaganda do VIII Recenseamento Geral.
- 260 — ——. *O quesito cor no Censo de 1970*. Rio de Janeiro, 1970. 8 p. Anexos. Datilografado.
- 261 — IPATINGA e o Censo de 1970. *Usiminas Revista*, Belo Horizonte, 1(2):42, 1970.
- 262 — KANNISTO, Vaino. *Observações e recomendações relativas ao questionário do Censo de 1970 do Brasil*. Trad. de Ruth Götttert. Rio de Janeiro, s.d., 11 p.
- 263 — KERSTENETZKY, Isaac. *Estatística para o planejamento*. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):274-5, jul./set. 1970.
- 264 — ——. *O recenseamento*. Rio de Janeiro, INL/MEC/Bloch, 1972. 61 p., tab. (Coleção Brasil Hoje, 10)
- 265 — LIMA, Francisco Negrão de. *Censo 70: fixação necessária da autêntica imagem nacional*. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):281, jul./set. 1970. Mensagem ao povo carioca.
- 266 — MERRICK, Thomas William. *Resultados preliminares do Censo de 1970, realizado no Brasil*. Rio de Janeiro, 1971. 15 p. Datilografado.
- 267 — VIII Recenseamento Geral do Brasil. *Tribuna do Economista*, Rio de Janeiro, 1(2):29-34, out. 1969.
- 268 — OLIVEIRA, Raul Romero de. *O Recenseamento Geral de 1970*. Rio de Janeiro, 1970. Separata de *A economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro, APEC, 1970.
- 269 — 1.º de setembro: iniciado o Recenseamento Geral do

- País. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):283-5, jul./set. 1970, fot. íntegra do pronunciamento do Presidente G. Médici sobre a importância do Censo de 1970.
- 270 — REIS, Sebastião de Oliveira *et alii*. *Recenseamento Geral de 1970. Planos para o Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1968. 24 p. Trabalho apresentado à 1a. Conferência Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 29 maio/4 jun. 1968.
- 271 — RETRATO fiel. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):275, jul./set. 1970. Considerações sobre o Censo de 1970, transcritas de *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 set. 1970.
- 272 — ROCHA, W. Multiplicaram-se surpresas e lições do Recenseamento. *Banas*, Rio de Janeiro, 16(864):37, nov. 1970.
- 273 — ——. Recenseamento 1970, realidade de hoje, perspectiva do amanhã. *Banas*, Rio de Janeiro, 16(852):39, ago. 1970.
- 274 — VELOSO, Heitor Câmara. O Censo Demográfico de 1970. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 31(123):241-9, jul./set. 1970, tab.
- 275 — VIEIRA, J. A. Estatísticas atualizadas para fotografar o Brasil. *Boletim dos Bancos*, Rio de Janeiro, 2(15):18-9, set. 1970.

#### Recenseamento Geral de 1980

- 276 — BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.º 84.221, de 19 de novembro de 1979, dispõe sobre a realização do IX Recenseamento Geral do Brasil. *Diário Oficial*, Brasília, 20 nov. 1979.
- 277 — IBGE. Censo Demográfico. *Manual do instrutor*. Rio de Janeiro, 1980. 111 p. Doc. DF 1.01.
- 278 — ——. *Censo Demográfico. Manual do recenseador*. Rio de Janeiro, 1980. 68 p. Doc. CD. 1.09.
- 279 — ——. *Censo Demográfico. Manual do supervisor*. Rio de Janeiro, 1980. 22 p. Doc. CD. 1.05.
- 280 — ——. *Censo Demográfico. Normas de operacionalização; treinamentos descentralizados PCD-80*. Rio de Janeiro, 1980. 11 p. Doc. DF 1.08.
- 281 — ——. *IX Recenseamento Geral — 1980. Instruções para delimitação dos setores censitários*. DT 7.01. Rio de Janeiro, 1979. 88 p.
- 282 — ——. *IX Recenseamento Geral do Brasil. Diretrizes da presidência*. Rio de Janeiro, 1980. 39 p.
- 283 — ——. Norma de Serviço — DF n.º 1, de 07-06-79 — Dispõe sobre um Grupo de Trabalho para as atividades do Censo. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 27(1400):53, jun. 1979. Censo Experimental de Taubaté, PNAD e Censo de 1980.

- 284 — ——. Norma de Serviço — DT n.º 01, de 16-04-79. Cria um Grupo de Trabalho com atribuição de planejar todas as fases preparatórias e a orientar a execução dos trabalhos de coleta e apuração do Censo Demográfico. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 27 (1395):2, maio 1979.
- 285 — ——. *Planejamento, seleção, contratação e treinamento de pessoal para o Censo Demográfico de 1980*. Rio de Janeiro, 1980. 46 p.
- 286 — ——. Resolução PR n.º 37, de 02-10-79. Cria a Comissão Técnico/Administrativa do Recenseamento Geral de 1980. *Boletim de Serviço IBGE*, Rio de Janeiro, 28(1416):6, out. 1979.
- 287 — MADEIRA, João Lyra & CASTRO, Mary Garcia. Proposições de linhas de informações e pesquisas — área de migrações internas (Primeira discussão sobre o Censo de 1980) *Boletim Demográfico DESPO*, Rio de Janeiro, 8(4):4-96, abr./jun. 1978. tab. Bibliografia.

#### OUTROS RECENSEAMENTOS

- 288 — BORGES, T. Pompeu Accioly. Censo Demográfico de Brasília, a Nova Capital do Brasil. *Boletim CLAPCS*, Rio de Janeiro, 3(2):30-7, maio 1960, tab.
- 289 — BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)*; realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro, Off. de Estatística, 1907-1908.
- 290 — CARVALHO, Bulhões. *A verdadeira população da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1901.
- 291 — FLORENCE, Amador. Curiosidades do censo paulistano de 1765. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 7(79):131-47, out. 1941.
- 292 — GOIAS. Inspeção Regional de Estatística Municipal. *Primeiro Recenseamento de Brasília* ... Rio de Janeiro, 1958. 14 p., 13 f. anexas, fot., mapa.
- 293 — IBGE. *Censo experimental de Brasília*; plano de divulgação. Rio de Janeiro, 1959. n. p. Mimeografado.
- 294 — ——. *Censo Demográfico do município de Presidente Prudente, 22 de outubro de 1967*. Rio de Janeiro, 1968. 43 p., 9 f. de anexos, mapa, planta, desd.
- 295 — ——. *Censo experimental de Brasília*; população, habitação. Rio de Janeiro, 1959. 109 p., mapas, tab.
- 296 — ——. *Informe sobre a execução do Censo da cidade de Ituiutaba*. Rio de Janeiro, 1957.
- 297 — ——. Resolução n.º 5, de 6 de maio de 1959. Dispõe sobre a realização do Censo de Brasília. In: —. *Resoluções da Junta Executiva Central 1958*. Rio de Janeiro, 1960. v. 23. p. 68.

- 298 — ——. Resolução n.º 11, de 10 de agosto de 1960. Dispõe sobre o Recenseamento da Região da Serra dos Aimorés e dá outras providências. In: —. *Resoluções da Junta Executiva Central 1960*. Rio de Janeiro, 1961. 64 p., p. 58-9.
- 299 — ——. Resolução n.º 41, de 30 de agosto de 1940. Dispõe sobre o recenseamento do território de jurisdição duvidosa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e dá outras providências. In: —. *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Recenseamento Geral de 1940) Rio de Janeiro, 1951. 181 f., tab. (Documentos censitários. Série A, 4) f. 87-8.
- 300 — ——. Resolução Censitária n.º 7, de 14 de abril de 1950. Dispõe sobre a execução do Recenseamento do Distrito Federal. In: —. *Resoluções da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no ano de 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951. v. 14, 64 p., p. 45-6.
- 301 — LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Demografia histórica do período de 1840 a 1880. In: —. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)* Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. 2 v., v. 1, p. 121-6, tabelas p. 135-51. Analisa os resultados dos censos de 1799, 1821 e 1838 no Município Neutro.
- 302 — ——. Demografia histórica do período de 1840 a 1880. In: —. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)* Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. 2 v., v. 1, p. 223-32, tabelas p. 360-442. Examina os resultados dos censos de 1838, 1849 e 1870 no Município Neutro.
- 303 — MARCÍLIO, Maria Luiza. A estrutura da população; a população de São Paulo segundo os censos de 1765, 1798 e 1836. In: —. *A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850*. São Paulo, Pioneira, 1973. 220 p. (Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros) p. 97-136.
- 304 — ——. A realização dos antigos recenseamentos de São Paulo. In: —. *A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850*. São Paulo, Pioneira, 1973. 220 p. (Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros) p. 78-94.
- 305 — MATTOS, Odilon Nogueira de. Campinas no recenseamento do Marechal Müller. *Revista da Universidade Católica de Campinas*, Campinas, 12(29/30):121-31, dez. 1966.
- 306 — NOGUEIRA, Pupo. O Censo paulista de 1934. *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, 4(39):25-30, abr. 1939.
- 307 — NUNES, J. P. Favilla. *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro*. Feito em 30 de agosto de 1892, por ordem do Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. José Thomaz da Porciuncula, auctorizado pela Lei do mesmo mez e anno. Rio de Janeiro, Comp. Typographica do Brazil, 1893. 237 p., mapa, tab.

## ÍNDICE DE AUTORES E ASSUNTOS

(Os números à direita remetem às referências bibliográficas)

### ALFABETIZAÇÃO

censo 1960 236

### AMOSTRA

seleção

censo 1970 253

### AMOSTRAGEM

aplicação 4, 14, 29, 32, 145, 214  
pesquisa 8

Andrade, Carlos Drumond de 238

—, Mauro Gonçalves de 151,  
239

—, Roberto 240

Andrade Júnior, Ovídio de 1

### ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO 17-8, 20

Aroucha, Marcelo 94

Arretx, Carmen 2

### AUTOMAÇÃO

censo 1970

critérios 242

plano de amostragem 250

utilização 251

Azevedo, Aloysio V. de 50

—, Anderson Gouveia de 196

—, Newton Pires de 153-4

—, Thales de 3

Baeza, Jorge Muñoz 4

Barbosa, W. 5

Barros, Ernani Thimóteo de 197,  
241

### BASE CARTOGRÁFICA

censo 1950 163

censo 1960 204, 237

Bastos, Humberto 95

### BIBLIOGRAFIA 26

### BOM SUCESSO, MG

censo 1920

relatório 90

Borges, T. Pompeu Accioly 288

Bragança, Sérgio Luiz de 242

Brandão, Théó 96

Brasil. Directoria Geral de Estatística 54, 59-60, 64-6, 69-72, 76-83, 289

—, Leis, decretos, etc. 6-7, 55-7, 61-2, 67-8, 73-5, 84-6, 91-2, 98-101, 155-7, 243-6, 276

### BRASÍLIA, DF

censo experimental (1959) 288,  
293, 295

legislação 297

primeiro censo 292

### CADASTROS

utilização 165

Cafiero, Pergii 247

Camargo, Enéas 199

Cansado, Enrique 8

### CARTA CENSITÁRIA

índice 78

### CARTOGRAFIA

e censo 194

Carvalho, Afrânio de 102-3  
—, Alceu Vicente W. de 9  
—, Bulhões 87, 290  
Castro, Mary Garcia 287  
Cavalcanti, Maria Dulce Vilar 158

**CENSO**  
  geral 1-53  
  Império  
    geral 54-8  
    1872 45-9, 59-63  
  
  República  
    1890 64-8  
    1900 69-72  
    1910 73-5  
    1920 76-90  
    1930 91-2  
    1940 93-152  
    1950 153-94  
    1960 195-237  
    1970 238-75  
    1980 276-87  
    outros 288-307

**CÓDIGO COMPLEMENTAR**  
  censo 1970 255

Coelho, Rêmulo 200

**COLETA**  
  aspectos administrativos 196  
  censo 1970  
  instruções 254, 256

**COR**  
  polêmica 260

Costa, Luís Cláudio de Castro e  
  158  
—, Manoel Augusto 10  
—, Rubens Vaz da 249  
Cunha, Ciro Vieira da 159-60  
—, Ovídio de 104

**CURSO**  
  preparação censo 1940 145

**CUSTO**  
  censos  
    1920 49, 77  
    1940 49, 138  
    1950 49  
    1960 210

**DADOS CENSITARIOS**  
  avaliação da qualidade 33  
  utilização 158

**DEMOGRAFIA** *ver* POPULAÇÃO

**DISTRITO FEDERAL, DF** *ver* RIO  
  DE JANEIRO, RJ

**ENSINO PRIMARIO**  
  análise, avaliação 146

Esteves, Albino 105

**FAMÍLIA**  
  estudo 226

**FAVELAS**  
  Rio de Janeiro, RJ  
    censos  
      1950 167  
      1960 200, 206

Felippe, J. Carneiro 106-8, 161  
Ferreira, Tolstoi de Paula 109  
Figueiredo, Jayme 110  
Florence, Amador 291  
Fonseca, Vinicius 11  
Freire, Francisco Romero Feitosa  
  250  
Freitas, Mário Augusto Teixeira de  
  88  
Frias, Roque Garcia 162

**GEOGRAFIA**  
  e censo 194

Goiás. Inspecção Regional de Es-  
  tatística Municipal 292

- GUANABARA *ver* RIO DE JANEIRO, RJ  
 Guimarães, Alberto Passos 163-8  
 IASI. Coins, XI Sessão, Ottawa 1973 251-2  
 IBGE 12-29, 111-34, 169-88, 201-25, 253-9, 279-84, 293-300  
 IDADE  
   análise 64, 228  
   erro nas declarações 44  
 INDICADORES SOCIAIS 51  
 INQUÉRITOS CENSITÁRIOS  
   história 28  
   instruções 149  
 Instituto Nacional de Estatística 135-7  
 INSTRUÇÕES  
   censos  
     1890 66  
     1900 69-70  
     1920 79, 81-3  
     1950 170  
     1980 277-80  
 Irwin, Richard 30-1  
 ITUIUTABA, MG  
   censo 1957 296  
 Jabine, Thomas B. 32  
 Jardim, Germano 138-9  
 Kannisto, Vaino 262  
 Kerstenetzky, Isaac 263-4  
 Leal, Luiz Carlos Campos 247  
 LEGISLAÇÃO  
   básica  
     1872/1890 22  
     1900/1920 23-4  
     1930 24  
   comentário 50  
   histórico 5  
   leis, decretos 6-7  
   Império 56-7, 61-2  
     1890 67-8  
     1910 73-5  
     1920 84-6  
     1930 91-2  
     1940 98-101  
     1950 155-7, 176  
     1960 198  
     1970 243-6  
     1980 276  
   norma de serviço  
     1980 283-4  
   Res./AG  
     1940 119-22  
     1950 179-81  
     1960 219-24  
   Res./CCN  
     1940 123-32  
       Minas Gerais/Espírito Santo 299  
     1960 225  
   Res./JEC  
     geral 27  
     1940 133  
     1950 182-8  
       Rio de Janeiro, RJ 300  
     1959  
       Brasília, DF 297  
     1960  
       Serra dos Aimorés, região 298  
   Res./PR  
     1980 286  
 Leite, Valéria da Motta 33-4, 52  
 Lima, Francisco Negrão de 265  
 —, Raul 140  
 Lobo, Eulália Maria Lahmayer 301-2  
 —, José Guimarães 189  
 Lopes, Valdecir F. 226  
 Lourenço Filho, Ruy 141  
 Madeira, João Lyra 227, 287  
 MAPAS MUNICIPAIS  
   elaboração  
     censo 1960 237  
 Marcílio, Maria Luiza 303-4  
 Mattos, Odilon Nogueira de 305

Mattoso, Kátia M. de Queirós 63

Melo, Afrânio Cavalcanti 190

Merrick, Thomas William 266

#### MIGRAÇÃO INTERNA

análise de dados 174

censo 1940 112

censo 1980 286

Milliet, Sérgio 35

#### MINAS GERAIS

censo 1920

comentário 88

população

aumento 41

#### MINAS GERAIS/ESPÍRITO SANTO

legislação

censo 1940 299

Montenegro, Tulo Hostílio 191

Morais, Maria Aguinaga de, trad. 4

—, Octavio Alexander de 108, 142-3

Moreira, Fausto 89

Mortara, Giórgio 36-48, 144-8, 192-3, 228-9

Nogueira, Pupo 306

Nunes, J. P. Favilla 307

Oliveira, Raul Romero de 268

Pacheco, Octávio Leal 90

#### PARÁ

população

aumento 42

Pereira, Celeciana Maciel de Sá 230

Pessoa, H. E. Alvim 149

#### PLANEJAMENTO

censos

1960 211-8

1970 270

#### POPULAÇÃO

atividades econômicas

estudo 1, 10

aumento 38-9, 40-2, 192

distribuição 139

erro nas previsões 229

escolar

estimativa 76

estimativas pós-censitária 16, 197

fecundidade 193

estimativa 2

idade

análise 64, 228

erro nas declarações 44

indicadores demográficos 30

mortalidade 34

quesito cor

polêmica 260

recenseamentos do Império

investigações 58

resultados

análise, avaliação e utilização

9, 11, 15, 33, 35-6, 40, 43, 46,

48, 63, 111, 141, 152, 171-2,

201, 301-4

sexo

análise 228

surdos-mudos 134

#### PRESIDENTE PRUDENTE, SP

censo 1967 293

#### PROPAGANDA CENSITÁRIA 19,

25, 105, 140, 153, 159-60, 239, 259, 265, 293

Rabello, Armando Duarte 49

#### RECENSEAMENTO *ver* CENSO

Reis, Maurício Rangel 235

—, Sebastião de Oliveira 50

— et alii 270

#### RELATÓRIOS 54, 59, 71-2, 93,

118, 178, 235

#### RELIGIÃO

censo 1950 168

RIO DE JANEIRO

censo 1892 307

RIO DE JANEIRO, RJ

censo 1906 289

favelas

1950 167

1960 200, 206

legislação

1950 300

setores censitários

delimitação 207

Rios, José Arthur 51

Rocha, W. 272-3

SÃO PAULO

antigos recenseamentos 291,  
303-4

SÃO PAULO, SP

censo 1934 306

Schlaepfer, E. de C. R. 236

SERRA DOS AIMORÉS, região

censos

1940 94

1950 189

legislação

1960 298

SETORES CENSITÁRIOS

delimitação 258, 281

Rio de Janeiro, RJ 207

Silva, Benedicto 151

—, Joaquim Norberto de Souza  
e 58

SINOPSE PRELIMINAR

censo 1950 190

Spielman, Evelyn 30-1, 52

Sterenberg, Anna 195

Taunay, Affonso de E. 53

Veloso, Heitor Câmara 274

Vieira, J. A. 275

Villalobos, Alvaro González 250

Wilkes Júnior, Herbert 237

Xavier, Rafael 152

Zarur, Jorge 194

## **IBGE**

**Presidente: Jessé Montello**

**Diretor-Técnico: Marco Antonio de Souza Aguiar**

**Diretor de Geodésia e Cartografia: Mauro Pereira de Mello**

**Diretor de Administração: Horácio de Almeida Amaral**

**Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal: Getúlio Pereira Carvalho**

**Diretor de Informática: Nelson Hochman**

**Diretor de Divulgação: Paulo Roberto Salema Garção Ribeiro**